

# RES PUB BLI CA

DEMOCRACIA,  
SISTEMAS DE PARTIDOS,  
E MOVIMENTOS  
NÃO-PARTIDÁRIOS

ACTAS DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL  
"DEMOCRACIA, SISTEMAS DE PARTIDOS  
E MOVIMENTOS NÃO-PARTIDÁRIOS"

17  
2017

Revista  
de Ciência  
Política,  
Segurança  
e Relações  
Internacionais



# RES PUBLICA

Revista de Ciência Política,  
Segurança e Relações Internacionais

## FICHA TÉCNICA

**Órgão do CICPRIS – Centro de Investigação em Ciência Política, Relações Internacionais e Segurança** (ULHT e ULP)

### **Diretor**

João de Almeida Santos

### **Subdiretor**

José Filipe Pinto

### **Coordenador Editorial**

Sérgio Vieira da Silva

### **Assessoras da Direção**

Teresa Candeias

Elisabete Pinto da Costa

### **Conselho de Redação**

Andrea Donofrio, Diogo Pires Aurélio, Elisabete Costa, Fernanda Neutel, Fernando Campos, João de Almeida Santos, José Filipe Pinto, Manuel Gonçalves Martins, Paulo Mendes Pinto e Sérgio Vieira da Silva

### **Colaboradores Permanentes**

Todos os membros do CICPRIS

### **Conselho Editorial**

Adelino Torres

*(Professor Emérito do ISEG)*

Adriano Moreira

*(Professor Emérito da Universidade de Lisboa)*

Alberto Pena

*(Universidade de Vigo)*

António Bento

*(Universidade da Beira Interior)*

António Fidalgo

*(Universidade da Beira Interior)*

Enrique Bustamante

*(Universidade Complutense de Madrid)*

Gianluca Passarelli

*(Universidade de Roma "La Sapienza")*

Guilherme d'Oliveira Martins

*(Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian)*

Javier Roca García

*(Universidade Complutense de Madrid)*

Jesús Timoteo Álvarez

*(Universidade Complutense de Madrid)*

João Cardoso Rosas  
(Universidade do Minho)  
John Loughlin  
(Universidade de Cambridge)  
José Bragança de Miranda  
(Universidade Nova de Lisboa e ULHT)  
José Lamego  
(Universidade Clássica de Lisboa)  
Manuel Anselmi  
(Universidade de Perúgia)  
Michel Cahen  
(Universidade de Bordéus)  
Michelangelo Bovero  
(Universidade de Turim)  
Octavio Uña Juárez  
(Universidad Rey Juan Carlos – Madrid)  
Oreste Massari  
(Universidade de Roma «La Sapienza»)

Paulo Ferreira da Cunha  
(Universidade do Porto)  
Pierre Musso  
(Universidade de Rennes 2)  
Rafael Calduch  
(Universidade Complutense  
de Madrid)  
Reinhard Neumann  
(Investigador no CIES  
e no Dinamia – ISCTE)  
Sarah Childs  
(Universidade de Londres)  
Silvano Tagliagambe  
(Universidade de Sassari)

**Fundador da ResPublica**  
Fernando Santos Neves

---

**Propriedade**

Cofac - Cooperativa de Formação  
e Animação Cultural

**Design Gráfico**

Rute Muchacho

**ISSN:**

1645-8931

**Versão eletrónica:**

<http://respublica.ulusofona.pt>  
Outubro 2017

**Correspondência:**

Assessoria da ResPublica  
Departamento de Ciência Política,  
Segurança e Relações Internacionais  
Universidade Lusófona de Humanidades  
e Tecnologias  
Campo Grande, 376, 1749-024 LISBOA,  
Portugal

**E-mail:**

Teresa Candeias: [f1314@ulusofona.pt](mailto:f1314@ulusofona.pt)  
Elisabete Pinto da Costa: [p2477@ulp.pt](mailto:p2477@ulp.pt)

**Distribuição:**

Edições Universitárias Lusófonas  
Campo Grande, 376  
1749-024 Lisboa  
Tel 21 751 55 00

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UID/CPO/4563/2016

# Índice

## EDITORIAL

*João de Almeida Santos*..... 9

## PROGRAMA DE INVESTIGAÇÃO

*João de Almeida Santos*.....13

## MOVIMENTOS POLÍTICOS DE NOVO TIPO NA EUROPA: ESPANHA E ITÁLIA

*Podemos: De las Calles al Asalto al Cielo* .....19

*Andrea Donofrio*

Mudança de Paradigma:

A Emergência da Rede na Política.

Os Casos Italiano e Chinês.....51

*João de Almeida Santos*

## DEMOCRACIA, SISTEMA DE PARTIDOS, MOVIMENTOS AUTÁRQUICOS NÃO-PARTIDÁRIOS (MANPS): PORTUGAL

Introdução: O Estado da Arte.....81

*José Filipe Pinto*

Os Movimentos Autárquicos Não-Partidários - Forças de Mudança?

Os Casos de Estremoz e Alandroal .....87

*Fernanda Neutel & José António Carochinho*

Movimentos Autárquicos Não-Partidários:

O Caso da Guarda e o Movimento *A Guarda Primeiro*..... 103

*João de Almeida Santos & Fernanda Pereira*

Movimentos Autárquicos Não-Partidários: O Caso de Oeiras.....	127
<i>José Filipe Pinto, Elias Quadros &amp; Diogo Morais</i>	
Movimentos Autárquicos Não-Partidários: Os Casos de Portalegre e do Redondo.....	143
<i>José António Carochinho &amp; Fernanda Neutel</i>	
Movimentos Autárquicos Não-Partidários no Alentejo: Sua Génese e <i>Modus Operandi</i> .....	159
<i>José António Carochinho &amp; Fernanda Neutel</i>	
Os Movimentos Autárquicos Não-Partidários nas Eleições Autárquicas no Concelho de Sintra .....	171
<i>José Filipe Pinto, Elias Quadros &amp; Diogo Morais</i>	
<b>CONCLUSÕES</b> <i>João de Almeida Santos</i> .....	193

# RES' PUB BLI CA

17  
2017

EDITORIAL





Este número da *ResPublica* contém as *Actas* de uma *Conferência Internacional* que ocorreu no dia 22.05.2017, na Universidade Lusófona, em Lisboa, promovida pelo CICPRIS – Centro de Investigação em Ciência Política, Relações Internacionais e Segurança –, sobre o tema «Democracia, Sistema de Partidos e Movimentos Não-partidários». Tratou-se de uma conferência de apresentação dos resultados da primeira fase de uma vasta investigação, em curso, sobre o papel dos *movimentos de cidadania* na democracia representativa nas modernas sociedades digitais e em rede, tendo em conta, por um lado, as novas condições de afirmação da cidadania e, por outro, a progressiva insuficiência dos sistemas de partidos na resposta às expectativas políticas da cidadania.

Intervieram na Conferência os Professores Jesús Timoteo Álvarez e Andrea Donofrio, da Universidade Complutense de Madrid, respectivamente sobre «Comunicação Política» e sobre o movimento político espanhol *Podemos*, procurando, por um lado, reflectir sobre o que é a comunicação política na era da sociedade digital e em rede e, por outro lado, sobre a experiência de um movimento que já se tornou uma consistente força política espanhola com características inovadoras, designadamente do ponto de vista da organização, mas também do discurso estratégico. Interveio também o Prof. Gianluca Passarelli, da Universidade de Roma, *La Sapienza*, com uma reflexão de fundo sobre o *MoVimento5Stelle*, a mais avançada experiência política do que podemos designar como *partido digital* num grande país europeu como é a Itália, evoluindo radicalmente em relação a uma experiência de certo modo pioneira que ocorreu também em Itália, em 1993/1994, com o aparecimento de um original *partido do público*, o partido *Forza Italia*, de Silvio Berlusconi.

Estas reflexões tiveram como objectivo enquadrar, mediante experiências de grande relevo, as novas tendências que se estão a exprimir na política à escala global e, em particular, na Europa, assumindo, designadamente, a forma de movimentos populistas. Neste sentido, e precisamente em estudo efectuado à escala europeia, foi também apresentado, pelo Prof. João de Almeida Santos, o mais recente livro

10

do Investigador do CICPRIS, Prof. José Filipe Pinto, *Populismo e Democracia* (Lisboa, Sílabo, 2017), desenvolvido também no âmbito do projecto de investigação em curso. Nesta ocasião, e a este propósito, houve oportunidade de desenvolver a intervenção do Prof. Passarelli e de caracterizar nas suas grandes linhas o *Movimento5Stelle*. Neste sentido, publicamos a intervenção de João de Almeida Santos, desenvolvida e alargada, incluindo também uma parte sobre a Rede e a política na China.

A Conferência contou ainda com a presença de um representante da Direcção da Associação Nacional dos Movimentos Autárquicos Independentes (AMAI), dando conta da situação actual e das estratégias de uma organização que representa a maioria dos Movimentos Autárquicos Não-Partidários (MANPs) existentes em Portugal.

Todas estas reflexões, apresentadas nesta conferência, procuraram servir de suporte e de enquadramento à filosofia que inspirou as investigações desenvolvidas em torno dos Movimentos Autárquicos Não-Partidários, com incidência nas eleições autárquicas de 2013.

Foram apresentados os resultados das investigações do Centro sobre nove MANPs em Portugal (Alandroal, Anadia, Borba<sup>1</sup>, Estremoz, Guarda, Oeiras, Portalegre, Redondo e Sintra) que se integram num conjunto mais vasto de investigadores sobre 15 MANPs (Covilhã, Gondomar, Vila Nova de Cerveira, Porto, Aguiar da Beira, Matosinhos). Apresentaram os resultados das investigações acima referidas os Investigadores e Professores João de Almeida Santos, José Filipe Pinto, Fernanda Neutel, José António Carochinho e Eduardo Miranda, tendo, todavia, participado nas investigações também o Professor Elias Quadros e o Mestre Diogo Morais.

Neste número 17 da revista do CICPRIS apresentamos, pois, os resultados já obtidos das investigações em curso relativas a sete MANPs, publicando as Actas da Conferência Internacional realizada na ULHT, no mês de Maio de 2017.

*João de Almeida Santos*

---

1. Os casos de Anadia e Borba, apresentados, não estão incluídos nestas actas, por estarem ainda em desenvolvimento.

# RES PUB BLI CA



PROGRAMA DE INVESTIGAÇÃO



## Programa de Investigação

João de Almeida Santos\*

1. O Programa de Investigação da Unidade de I&D CICPRIS centra-se actualmente em dois projetos de investigação. O primeiro programa visa estudar 15 *Movimentos Autárquicos Não-Partidários* (MANPs), com o propósito mais vasto de obter um diagnóstico rigoroso do Sistema de Partidos em Portugal. O segundo programa centra-se no estudo das fronteiras entre a Segurança Pública e a Segurança Privada, com o objetivo de chegar a uma identificação do campo de intervenção de ambos os agentes (públicos e privados) de segurança e as formas que poderá assumir essa intervenção. Este estudo já foi objeto de publicação num número especial desta Revista (o número 16/2017), sob a forma de actas de uma Conferência realizada em Maio de 2017, onde foram expostos publicamente os resultados entretanto obtidos nas investigações em curso.

Trata-se agora, neste número, de apresentar os resultados das investigações já concluídas do primeiro projecto.

2. Durante o período em que ocorreram as investigações foram distribuídos aos grupos de investigação nove movimentos, correspondentes aos Municípios de Alandroal, Anadia, Borba, Estremoz, Oeiras, Portalegre, Redondo, Sintra e Guarda. Este estudo integrou 9 investigadores que desenvolveram trabalho de campo, através de entrevistas com os líderes dos movimentos e de acordo com um modelo

---

\* Professor Catedrático, Director da Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração e do Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais da ULHT. Director de *ResPublica*, é também Coordenador do Centro de Investigação em Ciência Política, Relações Internacionais e Segurança (CICPRIS).

14

pré-estabelecido e descrito num formulário que foi submetido a todas as lideranças dos movimentos.

3. O que no essencial estava em causa era um diagnóstico acerca do estado de saúde do sistema de partidos em Portugal, através de um observatório privilegiado: as eleições autárquicas, onde o sistema político, através da lei eleitoral, já permite que grupos de cidadãos possam vir a candidatar-se a todos os órgãos de natureza electiva da democracia local, ou seja, às Assembleias de Freguesia, às Assembleias Municipais e às Câmaras Municipais. Trata-se, neste caso, de um observatório mais fiável do que o das sondagens, dos inquéritos ou dos estudos de opinião, já que parte de resultados eleitorais firmados e nalguns casos de práticas de governo desenvolvidas ao longo de mandatos completos da responsabilidade dos MANPs.

O forte crescimento eleitoral destes movimentos – a terceira força política em matéria de mandatos para as Assembleias de Freguesia e a quarta força política em Presidências de Câmara, algumas de grande dimensão, como o Porto ou Oeiras, por exemplo – revela que a cidadania já não se reconhece como antes no sistema de partidos, procurando, por isso, e porque a lei o permite, alternativas políticas para o autogoverno. Isto significa, por um lado, que a cidadania cresceu, que os canais de informação e de participação aumentaram em número e em qualidade, que a informação cresceu exponencialmente em quantidade e em qualidade; mas isso também significa que o contentor partidário já não consegue acolher as expectativas desta cidadania mais informada, preparada e activa, insuficiência também imputável à tendência endogâmica que tem vindo a verificar-se no sistema de partidos.

4. Acresce que a própria legislação eleitoral que regula o processo de gestação política destes movimentos não ajuda a promover nem a sua criação nem a sua participação no tecido democrático, o que se explica – mas não se compreende – pelo facto de se apresentarem como concorrentes de quem tem a missão de fazer as leis e pela exclusividade de propositura dos partidos nas candidaturas ao Parlamento. Mas é por isso mesmo que este processo se mostra relevante, já que, mesmo assim, ele se afirma e progride, exibindo um consistente património eleitoral e governativo.

5. A análise, pois, da sua génese, da sua organização, das suas dinâmicas, do seu crescimento e também do exercício governativo (a desenvolver numa segunda fase da investigação nos municípios que os

*movimentos de cidadania* têm vindo a governar) revela-se de extrema importância, não só para conhecer o estado de saúde do sistema partidário, mas também para experimentar formas alternativas de organização da cidadania para o autogoverno das sociedades.

Na verdade, a análise mostra-se muito mais interessante ainda lá onde os *movimentos de cidadania* se confrontam com o sistema de partidos (em particular, com os dois partidos estruturantes do sistema, PS e PSD), conseguindo, mesmo assim, obter maiorias para o governo dos municípios ou, então, afirmando-se como segundas forças políticas. Estas situações verificaram-se, por exemplo, no Porto e em Oeiras, no primeiro caso, mas também em Sintra e na Covilhã, em 2013, no segundo caso.

6. Obtidos os dados, os grupos formados para a análise destes nove Movimentos procederam à elaboração de um *paper*, com vista a ulterior apresentação pública em Conferência Internacional organizada para o efeito. A Conferência realizou-se, como já referido no editorial, a 22 de maio, com a participação de 6 investigadores do CICPRIS e de 3 investigadores da Universidad Complutense de Madrid (UCM) e da Universidade de Roma *La Sapienza*. Dois destes investigadores integram o Conselho Consultivo Internacional do Centro. Os *papers* da conferência foram finalizados para a apresentação dos resultados neste número da ResPublica.

7. No âmbito deste projeto fora, entretanto, desenvolvida, e publicada, em livro, em 2015 (Lisboa, Almedina), uma investigação do Prof. José Filipe Pinto, Coordenador do Projeto, com o objetivo de um prévio levantamento geral do panorama dos MANPs, desde o 25 de abril até 2013. Em complemento e reforço do projeto foram desenvolvidas investigações sobre a *nova geração de movimentos políticos* na Europa, pelo mesmo Investigador e pelo Prof. João de Almeida Santos, tendo os resultados sido apresentados na Conferência acima referida, que incluiu, ainda, a apresentação do livro *Populismo e Democracia*, de José Filipe Pinto, do *Movimento5Stelle*, pelo Prof. Gianluca Passarelli, da Universidade de Roma *La Sapienza*, e do *Podemos*, pelo Prof. Andrea Donofrio, da UCM. Foi, ainda, apresentado um relatório sobre o estado da arte da «Política e Comunicação na Sociedade em Rede», pelo Prof. Jesús Timoteo, da UCM.

Em síntese, foram obtidos estudos parcelares, em *paper*, sobre 9 MANPs, bem como estudos complementares sobre os principais

- 16 *movimentos políticos de nova geração* na Europa. Dos estudos feitos resulta que os MANPs surgem devido ao mau funcionamento do Sistema de Partidos e à incapacidade de responderem às expectativas dos cidadãos. Verifica-se, além disso, que boa parte destes movimentos resulta da incapacidade dos partidos tradicionais gerirem as sensibilidades internas, originando saída de militantes e a constituição de movimentos políticos alternativos.



# RES' PUB BLI CA

17  
2017

MOVIMENTOS POLÍTICOS  
DE NOVO TIPO NA EUROPA:  
ESPANHA E ITÁLIA



## *Podemos: De las Calles al Asalto al Cielo*

Andrea Donofrio \*

### *Resumen*

La irrupción de *Podemos* en el escenario político nacional español ha despertado gran interés tanto dentro como fuera del país. El objetivo de este artículo es reflexionar sobre el nacimiento de *Podemos* desde una perspectiva múltiple y multidisciplinar: en el texto se relata su génesis y sus primeros pasos; se analiza su organización interna y la supuesta democracia directa; se pondrá el acento en su forma de comunicar, el recurso a medios tradicionales y medios digitales. Finalmente se ofrecerán una serie de breves reflexiones sobre el fenómeno *Podemos*.

*Palabras claves:* Podemos, Pablo Iglesias, democracia, redes sociales, comunicación política

---

\* Profesor de la Universidad Complutense de Madrid. Investigador en diferentes proyectos financiados por el Ministerio de Ciencia e Innovación, la Secretaría de Estado de Investigación dentro del Plan Nacional de I+D+i y la Universidad Complutense de Madrid.

20      *Abstract*

The irruption of *Podemos* in the Spanish national political scene has awakened great interest inside and outside the country. The aim of this article is to reflect on the birth of *Podemos* from a multiple and multidisciplinary perspective. The text relates its genesis and its first steps; it discusses its internal organization and the supposed direct democracy; it analyzes its way of communicating, the use of traditional and digital media. Finally, there are a series of brief reflections on the *Podemos* phenomenon.

*Keywords:* Podemos, Pablo Iglesias, democracy, social networks, political communication

## Introducción

21

La irrupción de *Podemos* en el escenario político nacional español ha despertado gran fascinación tanto dentro como fuera del país. El interés por la formación morada se ha dado tanto a nivel político como académico y periodístico. Una aparición que ha generado varias preguntas. Entre otras, ¿cómo nació esta formación política? ¿Se trata de un partido nuevo o de una formación política tradicional con una estrategia novedosa? ¿El partido apuesta por nuevas formas de democracia interna? ¿Cuáles son los puntos de fuerza de su estrategia comunicativa? Son preguntas cuyas respuestas no resultan tan sencillas y tampoco unívocas. No cabe duda que su ingreso en el escenario político nacional ha alimentado un interesante debate sobre el papel de los partidos políticos en el siglo XXI. Al mismo tiempo, ha contribuido a la renovación de la comunicación política incorporando nuevos canales tecnológicos en la vida política española.

El objetivo de este artículo es reflexionar sobre el nacimiento de *Podemos* desde una doble perspectiva: por un lado, se darán algunas breves pinceladas sobre su génesis y sus primeros pasos; y, por otro, se analizará su organización interna y su supuesta revolución democrática, poniendo a la vez el acento en su forma de comunicar. Finalmente se ofrecerán una serie de breves reflexiones.

Desde el punto de vista metodológico, para su elaboración, se ha acudido a fuentes primarias (los escritos de los fundadores del movimiento, los estatutos y la web oficial del partido) y fuentes secundarias de reconocido prestigio. Se han tenido en cuenta los libros de reciente publicación y artículos publicados en revistas especializadas. Asimismo, aunque con los límites de extensión que un artículo de este tipo impone, se han consultado algunos diarios y nuevas tecnologías como *Twitter*.

### 1. El Nacimiento de *Podemos*

En enero de 2014, *Podemos* formalizaba su inscripción en el registro oficial de partidos políticos del Ministerio del Interior. Este acto suponía la creación de un partido que, con un ideología aún por definir y una tendencia a un discurso populista – inclinado hacia la izquierda –, anhelaba aglutinar el generalizado hartazgo ciudadano contra la clase

política y al mismo tiempo, cuestionaba el bipartidismo existente, intentando postularse como alternativa política novedosa y creíble a la vez.

La primera aseveración que suele realizarse es que *Podemos* nació tras el 15-M. Aunque en parte es verídica, habría que refutarla en el sentido que el germen de *Podemos* viene de mucho antes. Resulta claro que «no es posible desvincular el fenómeno de *Podemos* del vacío que le colocó en el centro de la vida política. La larga crisis, la corrupción persistente, el descrédito de los políticos y el evidente desprecio de los grandes partidos políticos hacia los ciudadanos indignaron y desesperaron a la gente. *Podemos* acertó a ser respuesta a estos sentimientos» (Timermans, 2014: 17).

*Podemos* apareció en el escenario socio-político en un momento de grandes movilizaciones en España. Era evidente la desafección de los ciudadanos ante una clase política considerada distante y ajena a los problemas ciudadanos: «La gente acude a las urnas cada vez con menos entusiasmo, confía menos en los políticos y en las instituciones (...). Pero de repente estalla un movimiento espontáneo e imprevisto que llena las plazas de gente, que no comparte una identidad ideológica previa, si una sensación de abandono por parte del sistema político. Por una parte hay una acumulación lenta y larga de descontento que no era visible. La gente se va divorciando de las razones oficiales de los políticos y los medios de comunicación. Entre el país real y el país oficial empieza a haber un desacople que no tuvo traducción política durante mucho tiempo» (Brieger, 2015: 158).

Reflexionando sobre el nacimiento de *Podemos*, hay que destacar la convergencia de diferentes organizaciones y asociaciones, que si bien con disímil nivel, influyeron en la formación del partido morado. Empezando por Izquierda Anticapitalista (IA). Se trataba de un partido político – inscrito formalmente en febrero de 2009 en el registro de partidos políticos del Ministerio de Interior – con una trayectoria antigua – desde los años noventa – y que previamente se había presentado a varias citas electorales con resultados poco satisfactorios. En los años 2011-2013, en el partido se dio un debate sobre la posibilidad de presentar una plataforma política más amplia, agrupando a otras fuerzas ideológicamente cercanas para dar seguimiento a la indignación callejera. A tal propósito resulta especialmente interesante el boletín de enero de 2014, publicado días antes de la Iniciativa Podemos, en el que se

contemplaban una serie de principios e ideas que luego serán recogidas por el manifiesto fundacional de la Iniciativa Podemos.

En su formación también influyó Izquierda Unida y el Partido Comunista, mostrando en algunos aspectos, una afinidad política con ambas formaciones. *Podemos* se apropió de algunas de sus ideas presentándolas con un nuevo traje.

Según Raul Zelik, escritor y politólogo alemán, «son al menos tres núcleos los que permiten el surgimiento del partido: a. La organización Izquierda Anticapitalista, que se define como *revolucionaria, socialista, feminista*; b. los proyectos de televisión, *La Tuerka* y *Fort Apache*, fundados por Pablo Iglesias c. el círculo de profesores universitarios en torno a Pablo Iglesias e Íñigo Errejón» (Zelik, 2016: 97-98). Para este autor, «estos tres componentes – la estructura organizativa de Izquierda Anticapitalista, la presencia alentadora de Iglesias en los medios y la cohesión del grupo promotor proveniente de la Complutense – son decisivos para el surgimiento de Podemos» (Zelik, 2016: 105).

Al respecto, podríamos establecer de forma esquemática y resumida un calendario *podemita*. El objetivo de este ejercicio es doble: por un lado demostrar su largo recorrido, más allá del 15-M; y por otro, poner de manifiesto que no se trató de un proyecto improvisado. Sus raíces son sólidas y aunque hubo algo de precipitación, se dio sólo en los momentos previos a las europeas. El partido llegó después de una larga gestación.

Entre los primeros pasos de lo que luego será el núcleo del partido, se coloca la creación de la asociación anticapitalista *Contrapoder*, fundada en mayo de 2005<sup>1</sup>. Su popularidad se debe, entre otras cosas, por haber conseguido que Evo Morales visitara el campus de Somosaguas – 14 de septiembre de 2009<sup>2</sup> – e impedir con gritos y pitos la conferencia de Rosa Díez – 21 de octubre de 2010. También resulta muy conocido su eslogan, «*defender la alegría, organizar la rabia*», que luego entró en la comunicación de la formación morada. No cabe duda de que esta asociación universitaria tuvo un papel destacado en la formación de *Podemos* y fue clave para su funcionamiento. Consiguió *ocupar* el espacio

- 
1. El nombre deriva de una de los principales conceptos elaborados por Toni Negri, referente de Iglesias y de parte de la izquierda marxista
  2. Hugo Chávez visitó la Facultad de Políticas el 22 de noviembre de 2004 de la mano de Juan Carlos Monedero. Se suele relacionar la visita con la asociación pero aún no había sido registrada.

universitario, organizando debates públicos y llenando la Facultad de carteles reivindicativos. Permitió movilizar a los estudiantes y testar los lemas del movimiento.

Siguiendo cronológicamente, en 2008 Pablo Iglesias publicó un interesante artículo titulado *Renovación de la izquierda: ¿De qué estamos hablando?* en el que proponía la creación de un «experimento electoral nuevo» formado por la confluencia de diferentes grupos de la izquierda radical. Aunque tuvieron que pasar cinco años para que su idea se hiciera realidad, el texto contenía interesantes ideas sobre el cambio propuesto: «en primer lugar, es necesario asumir que la izquierda radical en el Estado español es, por suerte, mucho más que IU y el PCE, aún cuando solo IU sea un referente electoral estatal (...). Lo único que hoy tiene IU y de lo que carecen todos los sectores a su izquierda es la representación institucional, así como ciertos cuadros preparados en tareas de gestión local y regional (elemento este de más valor que el primero, a medio plazo). Por lo tanto, renovar debe significar hacer confluir a diferentes grupos del conjunto de la izquierda radical en un experimento electoral nuevo. Algunos de ellos procederán, sin duda, de la propia IU, pero otros muchos, muchísimos, no. La clave para ello no es tanto sumar siglas de pequeñas casas de muñecas con aspiraciones de partido-vanguardia varios, como cartografiar los procesos de lucha social que se han dado en los últimos años para atraer así, en un nuevo proyecto, a todo un capital disperso de militantes, colectivos, media-activistas, intelectuales, gentes de la cultura, etc. que, unidos en torno a un objetivo específico, seguramente podrían dar muchas sorpresas en la arena política mediático-estatal»<sup>3</sup>.

En la misma línea, en fechas ligeramente póstumas (2008-2009), se creó la *Promotora de Pensamiento Crítico*, una iniciativa de varios profesores de la Facultad de Ciencias Políticas. El objetivo de este colectivo era reflexionar sobre temas políticos vinculados a la actualidad y al pasado de España. Entre estos últimos, destacó la crítica de la Transición, considerada poco *modélica* y descrita como un pacto entre élites en aras de una continuidad, cuyo prejuicio sería evidente en la actualidad. El tema fue reiterado en diferentes ocasiones: «el movimiento vivió su cenit el 25 de mayo de 2010, cuatro años exactos antes de las

---

3. El artículo le fue solicitado al autor por Juan Iglesia, secretario general de la UJCE, para el número de septiembre del periódico *Mundo Obrero*. Sin embargo, finalmente se le rechazó y fue publicado en el blog *El gesto de Antígona*, 31 de agosto de 2008.



elecciones, cuando 500 alumnos y profesores asistieron a un debate en la sala Polivalente de la facultad. El evento, *99 segundos one Step beyond*, se puede ver íntegro en *Youtube*. En él, ocho ponentes debatían sobre la Transición, la calidad democrática y la memoria histórica. Allí estaban catedráticos célebres como Ramón Cotarelo o Enrique Curiel, ex vicesecretario general del PCE y ex senador del PSOE. También actores como Willy Toledo o la escritora Almudena Grandes. Iglesias era el moderador, la voz cantante que controlaba el tiempo de cada ponente y la escenificación. El tempo y la escenografía. El evento suponía, en sus palabras, *un intento de la red de profesores La Promotora de la Facultad de Ciencias Políticas y Sociología de la UCM de renovar los actos académicos para acercarlos a los últimos desarrollos de la cultura política audiovisual, apostando por un estilo de debate joven, ágil y desenfadado, inspirado en fórmulas televisivas de éxito*. Y funcionó. Poco después, desde Tele K ofrecieron trabajo a Iglesias y a su equipo» (Müller, 2014: 22).

Más adelante cronológicamente, el 2011 fue marcado por el 15-M. El Movimiento 15-M, también conocido como *movimiento de los indignados* forma parte de los antecedentes de la formación política morada. Se trató de un movimiento ciudadano que ocupó la madrileña Plaza del Sol, del 15 de mayo al 19 de junio de 2011, manifestando su malestar hacia la clase política y postulando una serie de demandas (mayor democracia representativa, lucha contra la corrupción, stop a los desahucios...).

Se trató de una protesta *anómala*, tanto por su duración como por la composición, manifestantes de diferentes ideologías y con reivindicaciones variadas. Los ciudadanos ponían de manifiesto su malestar y su desconfianza hacia una clase política considerada arcaica e ineficaz. Se cuestionaba el sentirse representados. Como escribió Errejón: «el movimiento 15M o el movimiento de los indignados surgió de la base de la opinión pública sobre que las quejas, demandas, y aspiraciones de la sociedad española no habían sido, ni lo serían, abordadas satisfactoriamente a través de la estructura política tradicional del país» y añadió que: «(...) más allá de su habilidad de organizarse y crecer a nivel popular, el movimiento es notable por haber transformado la frustración silenciosa y rabia de millones de ciudadanos ordinarios en una poderosa condena colectiva del statu quo político y financiero que instantáneamente tocó la fibra sensible a lo largo de gran parte de la

26 sociedad española» (Errejón, 2013). Desde su ingreso en el escenario político nacional, *Podemos* se apropió de muchas de estas reivindicaciones.

No obstante, resulta ambigua su actitud respecto al 15-M. Por un lado, ha alimentado la idea de que *Podemos* puede considerarse su heredero político. Y por otro, se ha desmarcado de la ecuación consecuen- cial 15-M: *Podemos*, como si fueran causa-efecto. Esta ambigüedad se hace evidente en las declaraciones del propio Iglesias. En su aniversario de 2015, afirmaba que el 15-M fue «la mejor expresión social de esa crisis del régimen político español», y *Podemos* era su «mejor expresión política». Y a continuación precisaba: «que nadie pueda representar políticamente al 15-M» (EFE, 2015).

Lo que resulta evidente es que *Podemos* se hizo eco de algunas de las reivindicaciones de la plaza: convirtió algunas de sus pretensiones en puntos claves de su programa político. La corrupción, la crisis de la democracia, la hostilidad hacia el sistema bancario y la defensa de los derechos sociales entraron de lleno en la retórica del partido.

*Podemos* se mostró atento al desarrollo de los acontecimientos y entendió que en un momento de especial convulsión de la sociedad, cabía la posibilidad de canalizar el malestar generalizado en la formación de un nuevo sujeto político, ajeno al tan cuestionado pasado y que, al menos en apariencia se presentase como novedoso. Miró detenidamente el fenómeno y se apropió de algunos de sus elementos novedosos como: el asamblearismo, la demanda de una mayor transparencia y participación ciudadana, un discurso aparentemente menos ideologizado y más transversal, o el recurso a mecanismos de financiación basado en las nuevas tecnologías y no en los bancos. También, como veremos, comprendieron el potencial de las redes sociales y las pusieron a su servicio.

Es interesante destacar que una de las razones por las que evitan una ecuación directa, deriva del hecho de que ninguno de ellos fue promotor del acto e incluso, como confesó Errejón, le pilló de sorpresa. En opinión de Errejón: «Podemos no es la representación política del 15-M. Los indignados no podían tener partidos porque era una acumulación transversal y heterogénea, que se define por su rechazo a las elites políticas y económicas (...). El 15-M no es capaz de trastocar los equilibrios de poder en el Estado, pero cambia la cultura de nuestro país» (Brieger, 2015: 159). No obstante, es cierto que «lo que supo ver

Iglesias – y no todos sus compañeros entendieron – era que el 15-M fue un cambio cualitativo al conectar con una indignación sin etiquetas ideológicas definidas (...). El 15-M mostró una indignación con el sistema – y a la vez la desesperación era transversal» (Timermans, 2014: 41).

Nadie se esperaba un evento de tal envergadura. Sobre el tema resulta especialmente interesante la opinión de Jorge Moruno que, preguntado por la relación de *Podemos* con el 15M, contestó: «Podemos no hubiera existido sin la movilización ciudadana y especialmente sin el 15M, pero Podemos no es el 15M. El 15M es la sociedad en movimiento, Podemos es una articulación política de la indignación social. Hablamos de dos cosas que son de un orden diferente. El 15M puso encima de la mesa un nuevo relato, una nueva explicación para los mismos hechos de la crisis, consiguió politizar los dolores sociales que hasta ese momento se percibían como taras o culpas individuales y la crisis era poco más que un efecto meteorológico. El 15M colocó en la opinión pública discusiones y preocupaciones que hicieron las veces de fermento, sin el cual Podemos no hubiera tenido sentido»<sup>4</sup>.

El año 2013 fue de capital importancia para *Podemos*: «el 25 de abril de 2013, Pablo Iglesias Turrión, profesor de Ciencias Políticas en la Universidad Complutense de Madrid, logró una ansiada invitación para participar como tertuliano en *El Gato al Agua*, el buque insignia de *Intereconomía*. Y así se lo comunicó a través de *Twitter* a sus seguidores. Esa noche culminó un camino iniciado mucho antes, una intensa campaña a través de las redes sociales para darse a conocer y con la que Iglesias, hasta entonces conocido sólo en ámbitos muy reducidos de la izquierda, aspiraba a dar el salto a la televisión nacional (...). El 25 de abril de 2013, también arrancó, sin que nadie se diera cuenta, una carrera política que en 13 meses exactos llevó a Iglesias de la marginalidad a los principales programas de las cadenas nacionales, a formar un partido político y a conseguir 1,2 millones de votos y cinco escaños en las elecciones europeas» (Müller, 2014: 15-16).

A partir de este momento, Iglesias multiplicó sus presencias televisivas. Se convirtió en un tertuliano de varios programas tanto de *Cuatro* como de *La Sexta*. En un famoso post en su blog – de noviembre

---

4. Entrevista a Jorge Moruno dentro del excelente trabajo de fin de Máster de Juan Navarro García, *Comunicación política y redes sociales. La estrategia electoral de Podemos en la campaña del 20D*. Universidad Complutense de Madrid, julio de 2016, p. 104.

de 2013 – explicaba las razones del «Por qué voy a los medios». Básicamente la idea es que a través de sus apariciones televisivas, estaba consiguiendo devolver la esperanza a aquellos ciudadanos desengañados por la política y apenados por la crisis económica.

Programa tras programa, Iglesias lograba entrar en las casas de los españoles ofreciendo un mensaje simple, repetido y crítico contra una casta política acusada de vivir a espaldas de la realidad. Era evidente que las experiencias televisivas previas – de las que hablaremos más adelante – le habían servido para perfeccionar su comunicación política: los canales locales habían sido la palestra donde preparar su llegada al gran escenario nacional.

Este mismo año, cerca de la navidad, en el programa, «Las mañanas de Cuatro», Iglesias parodió el mensaje de Navidad del Rey: «poca gente sabía entonces que el profesor y tertuliano ya había puesto en marcha la llamada Operación Coleta (así bautizó la izquierda anticapitalista el plan para que liderara una candidatura. El mensaje escondía una referencia que hoy sonará a cualquiera pero que entonces pasó más que desapercibida: *Defender lo de todos contra los privilegiados es asumir que podemos*. Faltaba apenas una semana para cerrar el año y dos más para que Iglesias diera el paso» (Riveiro, 2014).

En enero de 2014, *Podemos* se registró oficialmente como Partido político. La popularidad ya podía considerarse lograda: faltaba la definición ideológica del partido. A mediados del mes, se publicó el manifiesto *Mover ficha: convertir la indignación en cambio político* del que se hizo eco el diario *Público* (2014). Estaba firmado por activistas e intelectuales, periodistas y personajes de la cultura. Aunque Iglesias no figuraba tras los firmantes, a los pocos días se convirtió en el líder de este proyecto.

El 17 de enero el Partido decidió celebrar un acto en el Teatro de Barrio, en el barrio de Lavapiés: «Nace Podemos. Apenas tres días después [del manifiesto] el movimiento tenía nombre, Podemos, y nacía con una intención: apelar a las organizaciones de izquierdas para abrirse a la ciudadanía que, desde 2011, llenaba las plazas y las calles. En este acto intervinieron sus principales líderes y se esbozaron los objetivos de la plataforma. Era la presentación pública de *Podemos*, que Iglesias definió como *un método participativo abierto a toda la ciudadanía* que nacía con la idea de *convertir la indignación ciudadana en cambio político*. Allí lanzó el primer reto: junto a Juan Carlos Monedero y Teresa

Rodríguez, entre otros, Iglesias anunció que concurriría a las elecciones europeas siempre y cuando lograra 50.000 firmas de apoyo popular a través de la web de la formación. No tuvo ni que esperar 24 horas para ver cómo se superaban con creces esos apoyos» (Riveiro, 2014).

Tras unos primeros días frenéticos, *Podemos* fue asestándose, centrándose en la organización del Partido: «comenzaba su segunda fase presentando en el cine Palafox de Madrid los llamados Círculos, espacios asamblearios donde los ciudadanos participan para desarrollar el proyecto político de la formación. El propio Iglesias explicaba días después a *El Huffington Post* que la idea de los Círculos perseguía *el empoderamiento de la gente. Están abiertos a todo el mundo, son espacios de protagonismo popular y tienen que tener su propio recorrido a la hora de plantear qué quieren hacer. No queremos que sean espacios en los que nosotros demos la consigna, sino instrumentos de la autoorganización de la gente*, aseguraba. Era evidente que la gente decidió organizarse. Se crean miles de círculos de Podemos en todos los barrios de este país, sin que nadie organice nada, espontáneamente» (Machuca, 2015).

En marzo, solicitó la inscripción formal en el registro oficial de partidos políticos del Ministerio del Interior: de esa manera, el Partido podía presentarse a las elecciones europeas de mayo.

A finales de marzo de 2014, el Partido celebró sus primarias abiertas para elegir la lista para las elecciones europeas. Se recurrió a unas urnas virtuales. En la votación participaron más de 33.000 personas. Y al mismo tiempo, se inició la elaboración del programa electoral, «que contó con tres fases: debate y aportaciones individuales a través de Internet, enmiendas de los *círculos* y referéndum sobre las enmiendas a través de la web de la formación. A finales de marzo, coincidiendo con las primarias, se presentó el programa definitivo. 40 páginas resumidas en seis puntos: recuperar la economía, conquistar la libertad, conquistar la igualdad, recuperar la fraternidad, conquistar la soberanía y recuperar la tierra. Todo ligado con una frase común, *construir la democracia*» (Machuca, 2015).

Los días 18 y 19 de octubre de 2014, *Podemos* celebró su Asamblea Ciudadana en el Palacio de Vistalegre de Madrid. En el acto, se debatieron las diferentes propuestas políticas y organizativas. Como cabía esperar, las propuestas más votadas fueron las de Iglesias. Su liderazgo tocaba uno de los puntos más altos: aclamado por todos, Iglesias

30

pronunció una de las frases más conocidas «El cielo no se toma por consenso: se toma por asalto»<sup>5</sup>. Así fue que en las primarias abiertas para elegir al secretario general y a los miembros del Consejo Ciudadano, Pablo Iglesias obtuviera el 88,6% de los votos, imponiéndose indiscutiblemente como líder de *Podemos*.

Y por último en este breve recorrido, llegamos a las elecciones europeas de mayo de 2014. Las elecciones confirmaron el paso de la plaza al terreno institucional. Estas elecciones significaron «el principio de un ciclo político; luego vinieron las andaluzas, las municipales autonómicas en mayo de 2015, en medio las catalanas y al final las generales. En un año y medio todo el poder político e institucional se pone en juego en España. Un ciclo político corto y acelerado, al que nosotros concurrimos con una estrategia de *guerra relámpago*» (Brieger, 2015: 161). Y ¿por qué deciden concurrir a las europeas de prisa y corriendo? A esta pregunta contestaron – en la misma línea – Iñigo Errejón y Teresa Rodríguez. Para el primero, «las elecciones europeas son más sencillas como medio para irrumpir en la política española. Hay una sola circunscripción nacional y eso favorece el voto progresista, porque favorece el voto de las grandes ciudades» (Brieger, 2015: 160). Y para la eurodiputada andaluza, «las europeas son las elecciones más fáciles para presentar una candidatura para todo el territorio del país, porque es un sólo distrito electoral. Era un buen ensayo porque son elecciones en las que a la gente le preocupa menos el resultado, está dispuesta a experimentar con un voto diferente».

## 2. ¿Cómo Funciona *Podemos*? ¿Democracia Directa?

Aunque no se trata de un partido político tradicional, con el pasar del tiempo *Podemos* ha ido institucionalizando su estructura. Según sus fundadores, se trata de un instrumento político creado espontáneamente por la ciudadanía para recuperar el control de las instituciones políticas que se encuentran en manos de una minoría privilegiada, ajena a los problemas reales de los ciudadanos.

---

5. El asalto a los cielos prometido por Pablo Iglesias tomaba referencia de una carta que Karl Marx escribió sobre la Comuna de París de 1871. Pero también se titulaban así las memorias de Dolores Ibarruri *Pasionaria* escritas por su secretaria Irene Falcón, «Asalto a los cielos». Mismo nombre tuvo el documental *Asaltar los cielos*, sobre la muerte de León Trotsky, de 1996.

En la página web del partido se puede leer una primera autodefinición que intenta ejemplarizar lo planteado: «iniciativa ciudadana que abarca mucho más que el partido político registrado con el mismo nombre el 11 de marzo de 2014 para poder concurrir a las elecciones»<sup>6</sup>. Desde sus primeros pasos, *Podemos* puso el acento en que se trataba de algo más que un partido político, recurriendo a la expresión una «iniciativa ciudadana» de mayor indefinición. En sus escritos, los fundadores destacaban su vocación de organización participativa surgida desde el hartazgo y el deseo de mayor participación política de la ciudadanía. Por su parte la expresión «iniciativa ciudadana» apuntaba a una supuesta amplia colegialidad, a diferenciarse de otras formaciones que se basan en la figura de un líder o de un grupo limitado. Supuestamente *Podemos* apuesta por el protagonismo de los ciudadanos como decisores de la línea política de la formación. En un artículo escrito por Iñigo Errejón, titulado «*Podemos*» *Para Lectores Latinoamericanos*, se subrayaba que: «La iniciativa se reclama no un partido ni una coalición de partidos sino un método para el protagonismo ciudadano y popular (...). Propone además que la composición de las listas electorales y del programa final sea el resultado del protagonismo ciudadano abierto. Ello porque parte de la premisa de que hay mucho más descontento popular fuera de las organizaciones políticas tradicionales que dentro, y que la construcción de un pueblo por el cambio político y la refundación del país (o, en el caso del Estado Español atravesado por la plurinacionalidad, los países) pasa por mecanismos de participación que cuenten con, pero vayan más allá de, los procedimientos internos de las organizaciones que están por la ruptura democrática pero que se muestran incapaces por sí solas de convertir el hartazgo en voluntad popular» (Errejón, 2014).

Para Teresa Rodríguez, eurodiputada de la formación morada, «Podemos surge como resultado de la acción concreta de algunos comunicólogos y politólogos en la UCM, que desarrollan un programa de TV llamado *La Tuerka* y dan el salto a los medios de comunicación de masas. Los medios de comunicación privados tienen cierto interés que salgan los tertulianos díscolos contra el régimen, las estafas y los bancos, y reproduzcan ese runrún que existía en los bares y en las plazas,

---

6. Cf. <<https://podemos.info>>.

pero en el ámbito de la televisión. Y fundamentalmente Pablo Iglesias» (Brieger, 2015: 176).

Respecto a sus símbolos, Iñigo Errejón confirmó la gestación del nombre y del color. En lo que concierne al nombre, la formación consideraba que debía «ser un verbo. No podía definirse por lo que ya éramos, sino por un movimiento *hacia*. Era una cosa de lectura de la situación política y cultural española, no una cuestión de mercadotecnia. Queríamos expresar que las cosas pueden ser diferentes y que la gente común puede transformarla. Había una influencia de la animación que se le dio a la selección española de fútbol que había ganado el mundial de 2010 en Sudáfrica, pero lo más importante era el *sí se puede*» (Brieger, 2015: 163). Y sobre el otro tema, «¿Cuál iba a ser nuestro color? No estaban libres ni el rojo, ni el azul, ni el naranja, ni el verde. El morado estaba disponible y dijimos *pues, el morado*» (Brieger, 2015: 168).

Respecto a la nueva organización, inicialmente el modelo era el 15-M. Por eso, se crearon los denominados *círculos*, redes de simpatizantes diseminadas en todo el territorio nacional – y no sólo –: no había ni carnets ni pago de cuotas. Tampoco una disposición jerárquica. Se trataba de asambleas a las que eran invitadas a participar personas de diferentes tipología social y generacional. En común tenían la crítica hacia la clase política y la situación socio-económica del país. Cualquiera podía registrarse y participar. Pero también podían votar, lo que generó polémicas y acusaciones.

La estructura se fue cristalizando y se publicaron unos Estatutos en los que se indica que *Podemos* estaría formado por seis órganos con diferentes competencias. Por razones de espacio nos centraremos sólo en los Círculos. Para su organización territorial, la creación de los Círculos representa uno de los aspectos más destacados del Partido. Están en la base de su estructura organizativa. Albergan elementos tradicionales y novedosos. Sería simplista considerar los llamados *Círculos Podemos* como las tradicionales organizaciones territoriales. Se trata de grupos de personas en un vecindario o pueblo, que se organizan de forma asamblearia, estableciendo portavoces rotatorios y evitando supuestamente relaciones jerárquicas. Los círculos organizan debates públicos sobre temas de interés general y local y elaboraban un calendario de movilizaciones. Las protestas y las llamadas *mareas* (blanca, verde, violeta...) se convierten en la manifestación visible del malestar de



un colectivo concreto (sector sanitario, sector educativo, igualdad...). Establecen un mapa con los principales problemas de la zona o de una categoría concreta. En su propia definición, «los Círculos Podemos están más allá de las siglas. Son espacios para terminar con el miedo, la fragmentación y la resignación, para construir la unidad popular y ciudadana, contra el empobrecimiento y el secuestro de la democracia. Desde los Círculos defendemos cuestiones de sentido común: somos ciudadanos y tenemos derecho a tener derechos; a vivir sin miedo; a la sanidad, la educación, la jubilación y la protección social; a la tierra y el territorio; al empleo; a la cultura; a desarrollarnos como personas y como pueblos; a que no nos mientan; a que no nos maltraten; a que no nos carguen con sus deudas; a que no nos roben»<sup>7</sup>. Según los Estatutos, «los círculos territoriales son una agrupación voluntaria y abierta en el que convergen personas interesadas por una transformación social sustentada en el respeto por la democracia, la dignidad y los derechos humanos»<sup>8</sup>. Cara a las elecciones europeas, se constituyeron más de trescientos círculos por toda la geografía de España pero también en el extranjero, en Alemania, Francia, Argentina, Suiza o Chile.

Tema muy interesante resulta el de la toma de decisiones. Dando seguimiento a una de las demandas del 15-M, *Podemos* han intentado establecer supuestos mecanismos de democracia directa a través de aplicaciones móviles y plataformas digitales. El objetivo era favorecer una participación activa de sus simpatizantes. *In primis*, se han utilizado plataformas como: *Appgree*, una herramienta que ofrece la posibilidad de realizar debates y votaciones en tiempo real, garantizando un rápido recuento de votos. Esta plataforma también permite realizar asambleas virtuales y sondeos. Luego, se ha utilizado otra herramienta, ubicada dentro de la plataforma *reddit*, conocida como *Plaza Podemos*, un foro en el que puede participar cualquier persona. El objetivo de esta *plaza virtual* es configurarse como lugar de encuentro donde compartir noticias, realizar propuestas o debatir temas considerados interesantes. En función del grado de apoyo recibido, las propuestas entrarían en la agenda del partido. Dentro de esta plataforma, se han celebrado las denominadas *Ruedas de Masas* en las que los internautas registrados podían hacer preguntas a los exponentes del partido de

---

7. Cf. <<https://aragon.podemos.info/circuitos/>>.

8. Cf. <[https://participa.podemos.info/pdf/estatutos\\_de\\_podemos.pdf](https://participa.podemos.info/pdf/estatutos_de_podemos.pdf)>.

34 forma directa. Y posteriormente, han hecho uso de una plataforma más completa llamada *Portal de Participación*. Otros recursos para favorecer la participación ciudadana han sido: el *Banco de Talentos*, una base de datos en la que los ciudadanos pueden registrarse indicando sus habilidades y su formación para que los círculos puedan contar con ellos para determinados temas o campos; y los *Equipos de Acción Participativa*, encargados de estimular y reforzar la participación y la movilización ciudadana. El objetivo de este equipo es favorecer el arraigo del partido en el territorio y crear un tejido socio-político favorable a su acción directa.

Se trata de mecanismos de participación ciudadana, aunque se ha cuestionado la efectividad del sistema y los datos acerca del número efectivo de participantes. Su objetivo ha sido la implicación ciudadana en aras de una aplicación de la democracia directa. Este tema ha generado mucha polémica. Aunque es deseable mayor transparencia y democracia, no parece la panacea de todos los males. Además es evidente que la democracia directa también se presta a formas de manipulación. Aquellos que gestionan la marcha de la democracia directa, marcan su funcionamiento. Iglesias y el equipo dirigente han propuesto y aprobado las reglas de funcionamiento del partido, dando lugar a que se encuentren en situación de ser «juez y parte». Y eso se ha visto en temas tan importantes como la formación de las listas, los plazos de presentación de las candidaturas, el peso – desequilibrado – de los diferentes círculos en las tomas de decisión o en la adopción del tipo de mayoría (simple, absoluta, cualificada o unanimidad) según los casos. Se ha acusado al equipo dirigente de controlar las listas, de injerencia en el voto apadrinando las llamadas «listas nacionales», de centralización del poder en manos del líder. Y en la misma línea se ha polemizado sobre la dureza impuesta en los procesos de revocación de los cargos elegidos.

La polémica ha ido acrecentándose y se ha cuestionado cada vez más el aumento de poder del líder. Hace un año, en *Plaza Podemos 2.0*, se publicó el siguiente post: «en aras de la eficiencia y la eficacia, las propias bases de *Podemos* renunciaron a la democracia directa en favor del Consejo Ciudadano y la Secretaría General. Se establecieron ciertos mecanismos destinados a empoderar a los círculos y a los ciudadanos que la Comisión de Garantías Democráticas debe salvaguardar. No debemos achacar la falta de democracia interna en *Podemos* a la mala

intención de sus fundadores o actuales dirigentes, sino más bien a las dificultades técnicas que supone establecer un diálogo eficiente entre los aproximadamente 350.000 actuales miembros de la Asamblea Ciudadana. Sin democracia interna y sin un auténtico papel activo de los participantes de *podemos* en la toma de decisiones la ilusión que todavía existe por el proyecto desaparecerá pronto y *Podemos* se convertirá en un partido más, con las nefastas consecuencias que ello puede traer consigo a pesar del compromiso ético de sus integrantes, y con una pérdida progresiva de apoyo en favor de otras opciones que pueden acabar con él. *Podemos* utiliza *Loomio* y *Appgree* entre otros instrumentos para tomar decisiones, pero *Loomio* no es útil para grupos de más de mil personas (según la propia organización que lo implementa) y *Appgree* es una herramienta útil para sondear y decidir, pero no para debatir. Además, ¿cuántos participantes de *podemos* las usan realmente? Es necesario difundir a los cuatro vientos la existencia y utilidad de las herramientas que ya existen e invitar a que todo el mundo las use, pero además es necesario explorar nuevas posibilidades, y tener como objetivo independiente lograr una democracia interna eficaz y participativa. No debería ser necesario renunciar a la democracia en aras de la eficacia política, puesto que eso implica, de facto, renunciar a la democracia como principio» (Juan, 2016).

El tema de la democracia resulta central para explicar el crecimiento de *Podemos*. La demanda de una mayor participación ciudadana en la toma de decisiones fue una de las reivindicaciones más destacadas del 15-M. Se le acusaba a los partidos tradicionales de ser jerarquizados e inmunes a las quejas de una sociedad civil golpeada por la crisis. Por eso, *Podemos* – cuya estrategia será imitada luego por el PSOE – consideró las consultas a las bases como un bálsamo ante esta petición. Se mostraba conocedor del sondeo de *Encuesta Social Europea* (2013), según el cual los ciudadanos vinculaban las consultas a la calidad de la democracia. Y por eso presentaban su recurso a consultas con la base como ejercicio de democracia interna y defensa de una mayor participación ciudadana. No obstante el constante recurso a las consultas ciudadanas tampoco ha estado exento de críticas por las siguientes razones:

- Se cuestiona la objetividad. Las condiciones las pone el organizador. Está claro que quien formula la pregunta tiene indudable

ventaja. Además la forma de postular la cuestión (la elección de los términos y de los adjetivos), el cuerpo elector (limitar o ampliar la participación a inscriptos, a registrados o a todos) o los plazos para votar, determinan que el organizador cuente siempre con ventaja.

- La tendencia a convertir la democracia directa en democracia ratificativa. En muchos casos, los votantes están llamados a reafirmar la palabra del líder. Y eso pasa no sólo en las decisiones, sino en la elección de los cargos. El hecho de hacer pública una posición o hacer campaña a favor de una propuesta, condicionan el resultado. Tanto el prestigio del promotor como su peso dentro del partido hacen que la balanza tienda hacia una parte.
- Por último, el nivel de participación, casi siempre limitado a unos pocos votantes. En la mayoría de los casos, la consulta a la base se reduce al voto de una parte de militantes movilizados e informados sobre la acción del partido. Se presume de contar con el *apoyo de las bases* o de haber sido elegido *por mayoría abrumadora* cuando en realidad han votado sólo un número reducido de militantes.

No obstante, la intención de *Podemos* no puede ser criticada *in totum*. El partido puso entre sus objetivos renovar la anquilosada política española apelando a una mayor participación ciudadana. Y en parte este objetivo ha sido logrado, tal y como lo demuestra la participación ciudadana en sus primarias y en la actividad del partido.

### 3. La Importancia de la Comunicación Política

Pasamos brevemente a otro tema especialmente interesante, como son los canales de comunicación elegidos por *Podemos* para darse a conocer y difundir su discurso político: por un lado, la televisión, haciendo especial hincapié en el papel mediático de su líder, Pablo Iglesias, director y presentador de programas de debate político como *La Tuerka* o *Fort Apache* y exitoso tertuliano en diferentes canales nacionales; y por otro lado, el llamado marketing político 2.0, en el que destaca el papel de las redes sociales, consideradas como algo fundamental y no como algo accesorio.

En términos generales, en la comunicación política *Podemos* apeló a los sentimientos, al *vientre* de aquella parte de la ciudadanía cansada

del bipartidismo y de los partidos tradicionales. Se puso como objetivo recuperar la pasión. Como confesó Teresa Rodríguez: «*Podemos* se construye a través de dos grandes hitos, uno es la irrupción de Pablo Iglesias en los medios de comunicación. La gente lo veía con pasión, como si fuera su equipo de fútbol. Así lo veía mi suegro, una persona que había votado al Partido Socialista y se identificaba de forma ambigua con la izquierda, sin ninguna pasión y a Pablo lo veía como si estuviera jugando el Real Madrid. Cada vez que Pablo respondía a un periodista en la TV, para mi suegro era como un gol de Cristiano Ronaldo» (Brieger, 2015: 171).

Respecto a la retórica de *Podemos*, utilizó un discurso funcional a su objetivo político: «*Mover ficha* o cambiar el tablero de juego se convierte en una figura central en el discurso de *Podemos*. En especial, Pablo Iglesias utiliza la expresión para decir que no quieren posicionarse a la izquierda ni a la derecha, sino *ocupar la centralidad del tablero* y siempre añade que esa centralidad no es equivalente al centro político. Dicho de otra manera, *Podemos* no quiere ubicarse en un campo político ya existente, sino obligar a que ese campo se reestructure sobre la base de una nueva antinomia (*arriba-abajo* en lugar de *derecha-izquierda*) (...). Son evidentes las referencias a la teoría populista» (Zelik, 2016: 197-108).

*Podemos* hizo una apuesta concreta para renovar el lenguaje político. Buscó conceptos que pudieran servirle para conciliar diferentes posiciones y preocupaciones: «La cúpula de *Podemos* persigue, cada vez más claramente, la estrategia de construir un movimiento principalmente mediante una comunicación que facilite el consenso y mediante la identificación de un enemigo (*la casta*), en lugar de a través del trabajo y el arraigo en las clases populares» (Zelik, 2016: 113).

Respecto a este tema, la batalla conceptual librada por el partido fue hacia un lenguaje nuevo, más cercano a la calle y menos *politizado*. Se trataba de una mezcla de elementos racionales (datos y estadísticas) con argumentos emocionales. Si los datos daban credibilidad a Pablo Iglesias y al partido, las emociones conectaban con la insatisfacción ciudadana. Iglesias, móvil en la mano, era capaz de rebatir cualquier dato.

Como dijo Nanni Moretti en la película *Palombella rossa*, «las palabras son importantes». Y quizás en la comunicación política aún más. *Podemos* escogió cautelosamente las palabras y los conceptos que

utilizar. Y las escogió de forma funcional a su programa político. Empezó recurriendo con frecuencia a la palabra *casta*, cuyo éxito se debe a la publicación del libro *La Casta. De cómo los políticos se volvieron intocables* de Gian Antonio Stella y Sergio Rizzo en 2007. Iglesias se *apoderó* de este concepto y lo usó para criticar a los partidos tradicionales. Y en la misma línea, se utilizaban de forma crítica expresiones como *una minoría de privilegiados* o *el régimen del 78* para atacar a los políticos españoles.

Desde el punto de vista lingüístico, también se ponía como objetivo rescatar la palabra *democracia*, dándole un nuevo significado. Se apropiaba de los eslogan callejeros *¡Lo llaman democracia y no lo es!* o *Democracia secuestrada*, apostando por una recuperación de la idea, dando mayor peso a la participación ciudadana. Hablaban de empoderamiento, de la necesidad de que los ciudadanos volvieran a empoderarse de su destino. Promovían la idea de que una mayor participación política significaría volver a tener las llaves del propio futuro, equivaldría a empoderarse del propio destino.

Respecto a la situación social, ya no se hablaba de *lucha de clases*, considerado un concepto con demasiada carga ideológica, y se recurría a la expresión *arriba y abajo*. Intentaban evitar la retórica clásica de izquierda y aún apostando por un doble lenguaje, cambiaron los términos del contraste conceptual: ya no ricos contra pobres sino arriba vs. abajo. Se indicaba la existencia de una fractura social entre una minoría adinerada y todopoderosa y una mayoría aniquilada, atemorizada y consumida por la crisis. Podemos se erige como defensor de *los indefensos*. Se ponía como objetivo dar voz – y representación – a todos aquellos que habían sido castigados duramente por la crisis económica. Se proponía defender a las categorías más frágiles como desempleados, trabajadores precarios, inmigrantes...

Al mismo tiempo, denunciaban las malas prácticas del sector bancario, cuestionando la utilidad de su rescate y la repercusión de este coste en la sociedad. Criticaban la corrupción política, abanderando una idea nueva de hacer política, más cercana a la gente y más lejos del mundo de los negocios.

Estaba claro que, sobre todo en sus primeros pasos, la formación intentaba presentarse como elemento nuevo, *outsider* del panorama político español y por lo tanto ajeno a la corrupción imperante. Por otro lado, pretendía ofrecer un discurso transversal para dar representación

a diferentes sectores sociales. En su tentativa de capitalizar el descontento ciudadano, se hacía eco de las demandas de aquellos que habían visto sus derechos recortados, de aquellos que veían su situación económica empeorar, de aquellos que se sentían desamparados... El objetivo era conseguir apoyos de sectores sociales diferentes; y por último, devolver la esperanza: era una batalla librada en el terreno emocional. Se presentaba como fuerza del cambio, capaz de cualquier resultado: el éxito no sólo era deseable, sino posible.

Esta estrategia comunicativa venía acompañada de dos elementos: por un lado, «supieron transmitir un mensaje simple, comprensible para todo el mundo y que se sustentaba en un objetivo poco discutible para una gran mayoría de la población. Mucho más que insistir en aspectos concretos de su programa (que apenas fue conocido y debatido), apuntaron hacia la recuperación de mecanismos de decisión colectivos» (Müller, 2014: 104). Y por otro, el recurso a la llamada «demagogia mediática efectiva. Titulares poderosos captados en décimas de segundo, mantras replicables y recordables. Ya no hablamos de *establishment*, sino de *casta*. Ya no usamos poderes fácticos, sino *troika*. Y así sucesivamente» (Müller, 2014: 86).

Ya en las elecciones europeas, su estrategia comunicativa resultaba clara. Se trataba de presentar un programa que pareciera novedoso, aunque mantuviera expresiones cercanas a la retórica de izquierda. Había que poner el acento en el carácter participativo de la formación, en la celebración de unas primarias abiertas, en lo novedoso de la formación y en la figura de Pablo Iglesias. Sobre el anterior, una última reflexión: «la mejor prueba es que el programa de Podemos no era sustancialmente distinto del defendido por IU, pero lo que sí les separaba, y por eso una fuerza con cuatro meses de vida estuvo cerca de merendarse a la vieja, fue el grado de convicción que sus líderes generaban entre quienes recibían sus mensajes. Como explicaba Pablo Iglesias refiriéndose al éxito de Syriza, la gente no les vota porque prometan unas medidas concretas de gobierno, sino porque dicen que van a hacer política de verdad. Sin ese elemento, no es posible entender la carga emocional que han movilizado ni la verdadera potencialidad de la formación» (Müller, 2014: 109-110).

En sus primeras elecciones, la estrategia de *Podemos* mostró una doble tendencia a mantener elementos antiguos con otros renovados. Por eso coexisten la personalización de la campaña entorno a la figura

de Iglesias (elemento antiguo) con el uso de las nuevas tecnologías (lo nuevo) o la apuesta por el mundo real (mítines y platós televisivos) y a la vez del digital (*twitter* como punto fuerte de la campaña). Para dar visibilidad al partido, sus principales exponentes recurrieron a diferentes canales de comunicación, entre lo antiguo y lo nuevo: participaron en mítines y concentraciones, organizaron cursos y talleres, escribieron en revistas de papel o digitales (próximas a la izquierda como *Rebellion.org*, *Kaos en la Red*, *Público* o *Diagonal*), convocaron eventos en *Facebook*, fiestas en las Universidades o actos en teatros.

Y en esta estrategia, la televisión tuvo un papel determinante. Se convirtió en uno de los principales altavoces del partido. Como afirmó César Rendueles, otro de los intelectuales provenientes de los movimientos sociales que había decidido apoyar a *Podemos* y autor de *Sociofobia*, el ensayo de moda, la agrupación «supo intervenir en el lugar donde se gestionan los consensos políticos en este país, es decir, en la televisión y en las tertulias radiofónicas» (Müller, 2014: 102). Iglesias comprendió su poder: como en otros países (Italia por ejemplo), todo pasa por la televisión, convertido en un lugar de información (o desinformación) y de influencia sobre las decisiones políticas. Su poder aumenta en los momentos de crisis y desorientación. La Televisión se encarga de conformar y confirmar las opiniones de unos votantes apáticos y displicentes.

Iglesias tenía gran familiaridad con el medio. En 2010, creó el programa *La Tuerka* y en 2013 *Fort Apache*. Ambos producidos por Producciones Con Mano Izquierda (CMI), agencia especializada en sector audiovisual relacionado con el campo de la comunicación política. Ambos pasaron a ser emitidos a escala nacional (de *Tele K*, emisoras del barrio de Vallecas al satélite). Sobre la importancia de lo audiovisual en la comunicación política, en un curso de verano en Valencia, el propio Iglesias afirmaba: «¿Cuál es el principal dispositivo de producción ideológica, el que genera consenso, el que genera sentido común, el que enseña a la gente lo que tiene que pensar, el que enseña a la gente lo que significa democracia? (...) los dispositivos de producción ideológica audiovisual. Hay que intentar dar la guerra en esos ámbitos». Y añadía: «una vez que tengamos claro que el discurso es fundamental para hacer política, una vez que tengamos claro que hay que traducir los diagnósticos a mensajes, diré que en el año 2012 el 90% de un discurso político es un dispositivo audiovisual, el 95% de un liderazgo



es un dispositivo audiovisual, el 95% de una campaña electoral, de una campaña política, es un dispositivo audiovisual, el 95% de lo que puede decir una organización política es un dispositivo audiovisual» (Iglesias, 2012). Estos programas sirvieron a Iglesias y a los demás miembros del partido para familiarizarse con el medio, para lanzar sus mensajes y comprobar su aceptación o rechazo. En estos programas aprendieron a debatir, a defenderse y a atacar. Estas enseñanzas le sirvieron a Iglesias para desenvolverse en la televisión nacional, donde demostró gran habilidad para destacar estando en minoría o para replicar con *finezza*. Respecto al tema, el propio Iglesias contaba: «El trabajo que hicimos en *La Tuerka* era un trabajo pensado para ver cómo podíamos ganar utilizando el principal instrumento de socialización política en sociedades en las que hemos sido absolutamente derrotados, que son los medios de comunicación. Mi presencia en los medios de masas, las cosas que digo, cómo las digo son muchísimas horas de trabajo con compañeros pensadas para saber cómo movernos en un terreno absolutamente hostil en el que la derrota ideológica e incluso física de los que venimos de la izquierda es total» (Muriel, 2014).

Las audiencias premiaron su audacia y las cadenas empezaron a contar con su presencia para elevar su *share*. Queriendo o no queriendo, desde 2014, a Iglesias se le brindó un protagonismo mediático impensable hace unos años: «Pablo Iglesias es seguramente el primer político que de verdad profesionalizó las tertulias televisivas (...). Iglesias se tomó más en serio que nadie sus apariciones porque tenía muchísimo que ganar, mucho más que dinero. Iglesias se rodeó de su equipo, de asesores y expertos, tanto en comunicación como en los distintos temas de actualidad. Gente que le proporcionaba datos, argumentos, jurisprudencia, precedentes. Ejemplos. Un equipo que le ayudaba a entrenar intensamente para cada debate. Y que incluso durante el propio directo le proporcionaban números, hechos y armas con las que defenderse o atacar a sus rivales en la mesa» (Müller, 2014: 26).

Una exposición que algunos definieron excesiva, pero que sin duda benefició al partido. Recurriendo a lo comentado anteriormente, la mezcla de datos y conceptos sencillos, estadísticas fiables y expresiones de la calle, consiguió hacer que Iglesias conectara con parte de los espectadores que luego se convirtieron en votantes.

Pablo iglesias se convirtió en el líder omnipresente del partido. Por razones de espacio y porque ya se ha escrito mucho sobre el tema, no

nos centraremos en su figura. Gran conocedor de la obra de Maquiavelo y de Gramsci, destacaremos de forma esquemática algunos elementos que favorecieron su ascenso político, como su capacidad oratoria, su conocimiento de los medios de comunicación y de su funcionamiento o su arte en comunicar. Desde su experiencia como profesor, era consciente de la importancia de la audiovisual, del poder de la imagen. Por eso tanta minuciosidad a la hora de preparar los vídeos o los programas televisivos. Respecto a cómo actuar, «Iglesias cree que hay dos formas de entender la política: como el ajedrez o como el boxeo. La primera es asumir que llegas a una partida ya empezada, con reglas del juego establecidas, y que debes demostrar tus habilidades con las piezas repartidas de forma desigual» (Müller, 2014: 46).

Desde los primeros pasos de la formación morada, Iglesias se ha postulado como líder del partido y portavoz del mismo. *Podemos* apostó por la personalización del partido entorno a su figura, hasta el punto de que ha puesto de moda una expresión tan célebre en el pasado como «culto a la personalidad». A su protagonismo mediático correspondió el hecho que su rostro dominaba la papeleta en las elecciones al Parlamento europeo. Pese a las acusaciones de personalismo, según la cúpula del partido esta decisión «*Fue puro pragmatismo. En los sondeos, sólo un 7 por ciento de la gente conocía el partido y más de un 50 por ciento a Pablo. Cambiamos el logo el último día, el miércoles de Semana Santa, en el único notario que encontramos abierto, explica Carolina Bescansa en las páginas de El Mundo (...). La imagen de Pablo: la usábamos como un signo o un logo para resumir de manera rápida y evidente un conjunto de ideas que están detrás. Pablo sale mucho en televisión*» (Müller, 2014: 44). Iglesias tenía el cometido de ilusionar con sus sonrisa a un electorado que desconfiaba de los políticos profesionales y de los miembros de la casta; hacer creer a los electores que su voto valía, podía servir para favorecer una alternativa real a los partidos tradicionales.

Centrémonos brevemente sobre un último punto, de gran importancia en la campaña electoral del partido: las redes sociales. *Podemos* entendió que las llamadas nuevas tecnologías podían resultar útiles para su acción política. El partido recurrió a lo que Gil definió como tecnopolítica, el uso táctico y estratégico de las plataformas digitales para organizar la acción colectiva (Gil, 2015). *Podemos* explotó las nuevas tecnologías digitales en su batalla comunicativa: a diferencia

de los partidos tradicionales que lo consideraron como algo accesorio y, como mucho, complementario a la habitual campaña electoral, *Podemos* entendió su potencial y lo consideró como algo fundamental. Las redes como lugar dónde generar consensos, entablar debates políticos, acusar a los enemigos.

*Twitter* resultó una herramienta exitosa: «las claves de *podemos* en *Twitter* según explican desde el propio equipo al diario *El País* han sido: 1) Entender la comunicación en redes sociales, como *Twitter* y *Facebook*, como pilar básico de su estrategia de comunicación. 2) Interaccionar con sus seguidores. Ya sea retuiteando o respondiendo a los comentarios, intentan no ser solo un altavoz de las ideas de su partido como si se tratara de una cuña de radio. 3) Seguir a sus seguidores. Esta iniciativa ya fue llevada a cabo por Obama para dar sensación de interacción real con sus seguidores. 4) Documentación y análisis de los temas del momento para ser *trending topic* (lo más leído del momento) a lo largo de la campaña» (Bustos Díaz, 2014: 11).

Las redes sociales demostraron tener una serie de ventajas: bajo coste, facilidad de uso, capacidad de atracción de un electorado joven familiarizado con su uso. Y si al principio las usaron para dar a visibilidad al partido, luego se convirtieron en un elemento importante de la campaña electoral para promover sus eslogan, organizar mítines o movilizar al electorado. *Podemos* creó un funcional triángulo formado por las calles, la televisión y las redes sociales: tres ejes útiles para una campaña electoral, como ya he dicho, novedosa y tradicional a la vez. Nuevos medios, vieja propaganda.

#### 4. Algunas Reflexiones

Aunque el nacimiento de *Podemos* sorprendió a los analistas políticos, a parte de los medios de comunicación y a los partidos tradicionales, no nació de la improvisación, sino que fue producto de una estrategia elaborada y diseñada por el grupo de los profesores de la UCM. Contrariamente a lo que algunos indican, se trató de un proceso cuidadoso. Iglesias y su *entourage* fueron preparando el terreno, adaptándose a la situación que se vivía en España. Dio salida al malestar latente en la sociedad, intentado ofrecer un mensaje transversal y que apelase no sólo a la razón, sino sobre todo a los sentimientos.

Y una vez registrado el partido, supo aprovechar el hueco presente en el tablero político español. Habló a los electores un lenguaje que le resultara atrayente: ya no partido, sino círculos; ante la crisis de la democracia, más democracia; las redes sociales como elemento estrella de una campaña fulgurante, local (calle) y general (nuevas tecnologías). De las calles a las instituciones, sin olvidar las redes y contando con las personas (Müller, 2014: 90). Y en este contexto, el papel de Iglesias: «con su capacidad de resumir y condensar problemas complejos en afirmaciones claras pero no erróneas, se convierte en una figura central de la opinión pública española. El objetivo de Iglesias, declarado por él mismo, no es sencillamente producir emisiones interesantes. Lo que le interesa, concebido desde una perspectiva muy gramsciana es otorgar cohesión al descontento generalizado y poner a disposición de los movimientos y de los individuos argumentos para la polémica política» (Zelik, 2016: 101).

*Podemos* entendió que en un momento de crisis, como el que vivía España entre 2008-2014, el voto se hacía más fluctuante y ante un panorama desolador, aumentaba la posibilidad de articular una nueva formación política, capaz de convencer a un electorado desencantado y desengañado. Incluso cabía la posibilidad de atraer el voto de los electores que se consideraban defraudados por los partidos tradicionales. Por eso articuló un discurso *fuera* de los clásicos esquemas políticos. En palabras de Errejón, «lanzamos una iniciativa basada en ese discurso transversal y nacional-popular. Nuestro discurso intenta identificar los intereses del país con los de las mayorías sociales que retrocedieron en estos años (...). Además se aprovecha del liderazgo mediático muy potente construido por Pablo Iglesias» (Brieger, 2015: 162). Partiendo de la idea gramsciana de la importancia de ocupar los espacios, obtener hegemonía cultural y política, *Podemos* fue aumentando su presencia y doblando sus esfuerzos. «Nos movíamos en un terreno político marginal, aunque fuimos ganando espacio e influencia cultural, dando los primeros pasos de un estilo y un relato político que después darían a la luz a Podemos. En un momento se catapultaba esta situación con el acceso de Pablo a los grandes medios de comunicación (...). Nuestro discurso fue calando y Pablo se convirtió en un fenómeno de liderazgo y en un catalizador de identificación muy poderoso» (Zelik, 2016: 162).

Considerar *Podemos* como hijo de la crisis económica y de los partidos tradicionales parece reductivo. «Según la explicación convencional,

Podemos nace de la confluencia de dos procesos: por un lado, una crisis económica muy profunda y prolongada que afecta a grandes capas de población: a unos, expulsándolos al desempleo y a la pobreza, a otros muchos, aumentando su sensación de inseguridad económica y cercenando sus expectativas de mejora vital futuras. Y por otro lado, del convencimiento, también entre una gran parte de la ciudadanía, de que los mecanismos tradicionales de representación política son incapaces de canalizar las cada vez mayores demandas que esta ciudadanía traslada al sistema en una situación de crisis. Bien porque los partidos políticos se han ido convirtiendo en maquinarias diseñadas exclusivamente para el ejercicio del poder, perdiendo sus vínculos tradicionales con la sociedad, bien porque la naturaleza supranacional de la crisis y del entorno macroeconómico e institucional en el que operan los gobiernos como el español dejan muy poco margen de maniobra a los responsables políticos para atender a las exigencias de los votantes, una buena parte del electorado empezó a distanciarse cada vez más de los partidos tradicionales y a ver con mejores ojos a opciones diferentes y rupturistas» (Fernández-Albertos, 2015: 13). Aunque estas dos fueron las principales, las razones de su aparición en el escenario político nacional fueron múltiples. España vivía una crisis socio-política e institucional. Se cuestionaba hasta el sistema electoral. La crisis investía también el ámbito cultural e incluso educativo. Por esa razón también, la Universidad fue uno de los trampolines del partido. El malestar era generalizado y se focalizaba en diferentes temas, con la economía como eje principal. Lo que antes era insoportable, ahora era intolerable. «No hacía falta ser marxista para ver que en España existían desde hace tiempo las *condiciones objetivas* para la aparición de un fenómeno parecido: desempleo, desigualdad, recortes en derechos sociales, sensación de pérdida de soberanía, corrupción y una percepción de profunda inequidad en la distribución de los costes de la crisis, ejemplificadas en las enormes facilidades concedidas para el rescate de las instituciones financieras y la insensibilidad hacia los ciudadanos más desfavorecidos» (Torreblanca, 2015: 45-46). A estos elementos habría que añadir «un problema de mercado de trabajo muy desfavorable para los jóvenes, un estado del bienestar excesivamente apoyado en la capacidad redistributiva de las familias y con poca capacidad de llegar a las capas más bajas y una estructura productiva demasiado dependiente de la construcción y los servicios. La crisis, podríamos

decir, no ha creado los problemas, sólo los ha elevado a una magnitud insoportable para una parte importante de la población» (Torreblanca, 2015: 49-50).

*Podemos* ha demostrado saber «aprovechar, con inteligencia y audacia, las circunstancias existentes» (Torreblanca, 2015: 17). Los ciudadanos mostraban su malestar hacia una corrupción galopante y una clase política que generaba especial desconfianza. Tras el 15-M, los integrantes de *Podemos* se dieron cuenta de que la situación había cambiado; los tradicionales mecanismos institucionales y sociales se habían roto. Había una evidente demanda de una nueva forma de hacer política: *Podemos* se ofreció para dar respuesta a esta demanda. Quería ocupar el hueco dejado por el sistema. Y utilizó sus armas: Iglesias como *homo novus* de la política, carismático líder capaz de debatir en cualquier tertulia y sobre cualquier tema (política, educación, deporte, series televisivas...); la ecuación que decía que entre los partidos tradicionales no había diferencia (en las pancartas de sus primeras movilizaciones era frecuente ver las siglas unidad «PPSOE»), cuestionando el bipartidismo, considerado como agotado; su habilidad para presentarse como voz de aquellos que habían sido acallados o que llevaban demasiado tiempo callados, portavoz de todas las reivindicaciones socio-políticas; desde el punto de vista del lenguaje, menos politiquero y más sencillez, enunciados comprensibles y cercanos a la calle; necesidad de regeneración de la política incluso en términos generacionales; y la importancia de la comunicación audiovisual, la video política de Sartori en todo su esplendor. A través de las redes sociales, *Podemos* conectaba con sus electores de forma directa, lanzaba sus imágenes y sus lemas. Lanzaba proclamas – a veces demagógicas o de difícil alcance – como parte de una estrategia empática: se mostraba dispuesto a escuchar a la gente, sus problemas y darles nuevo entusiasmo ante un panorama desolador. Catapultaba las reivindicaciones ciudadanas al centro de la agenda política y mediática.

Respecto a la transversalidad de su discurso, habría que considerarlo como «un arma retórica que usan todos los partidos con aspiración de convertirse en mayoritarios (...). Por otra parte, el crecimiento de *Podemos* lo hacía inevitablemente más heterogéneo, con lo que los discursos y mensaje de sus líderes tenían por fuerza que apelar a un electorado cada vez menos definido ideológicamente, más aún cuando la búsqueda de la *centralidad* pasaba por atraer cada vez más a votantes

con preferencias políticas y económicas más moderadas, a los que más le estaba costando atraer en la fase de expansión. Es así como podemos entender la cada vez mayor moderación de sus propuestas. En resumen, mientras sus competidores y la naturaleza de sus apoyos le hacían parecer un partido menos central, sus líderes se veían obligados a enfatizar el discurso más moderado del partido» (Fernández-Albertos, 2015: 105-106).

También merece la pena destacar la importancia de la Facultad de Ciencias Políticas de la UCM en el nacimiento de *Podemos*. Una Facultad atípica que se convirtió en el laboratorio de la formación. Aquí es donde se gestaron las ideas del partido, pudieron testar sus eslóganes. Fue un lugar de desobediencia y de activismo: sirvió para movilizar profesores, alumnos y curiosos que se acercaban al centro por su intensa actividad académica y política.

Considero necesario subrayar nuevamente la importancia de los medios en la evolución del partido. Iglesias ha sabido aprovechar la *obsesión* de las audiencias por los medios: le invitaban por su combatividad, para ponerle en evidencia como *friki* o nostálgico comunista. Se convirtió en un habitual en las tertulias de las diferentes cadenas nacionales. Mostró gran destreza a la hora de debatir. El paso por los platós de televisión fue fundamental: «Podemos es un partido político que se funda como plató de televisión: es decir, en un formato que lo dice todo sobre la sociedad en la que vivimos y sobre la enorme capacidad anticipatoria de sus líderes. Podemos se fundó como una televisión, y luego la televisión fundó a Podemos. La conclusión, para Pablo Iglesias, es certera y de calado: *La televisión es a la política contemporánea lo que la pólvora fue a la guerra*» (Torreblanca, 2015: 107).

Y luego estarían las redes sociales que Iglesias y su equipo utilizaron con magistral habilidad, con *Facebook* y *Twitter* como punto de lanza de su estrategia. Era la forma más inmediata para mantener el contacto con los ciudadanos. Y a la vez servía para atraer a los llamados *millenials* (personas nacidos entre 1981 y 1995), jóvenes poco acostumbrados a largos mítines, deseosos de una interacción bidireccional y más participativa. Para ellos, la política debía ser menos vertical y más horizontal, menos jerárquica y más asamblearia. *Podemos* prometía tener en cuenta estas demandas, aunque luego en la práctica en su funcionamiento diríamos que la regía el centralismo democrático. La contradicción se hace manifiesta en el modelo de partido «tan basado

en el liderazgo de una persona, cerrado al exterior, vertical en cuanto a la toma de decisiones y tan difícil de renovar» (Torreblanca, 2015: 19). El modelo organizativo del partido podría ser definido como *mixto*: «practica la descentralización territorial y temática y emplea las nuevas tecnologías de comunicación basadas en las redes sociales y los procesos asamblearios y deliberativos con el fin de generar una dinámica de comunicación horizontal. Por otro, para mantener el control, recurre a la centralización de la dirección y la estrategia del partido en manos de unos pocos dirigentes muy eficazmente blindados por mecanismos mayoritarios y técnicas de control organizativo y comunicativo (...). Este modelo, que podríamos llamar *leninismo en red o leninismo 3.0*» (Torreblanca, 2015: 139-140). Es innegable el amplio poder del Secretario General y el hecho de que las reglas de funcionamiento de la formación son determinadas por el equipo técnico, próximo a Iglesias.

## Conclusión

Desde su nacimiento, *Podemos* ha puesto de manifiesto su capacidad para conectar con la parte más desencantada del país. Aprovechando su penetración en los medios nacionales, Iglesias se ha auto-investido como portador de una forma nueva de hacer política. Y en un lapso de tiempo relativamente breve, ha conseguido formar un partido, que aún sin una ideología clara, con propuestas populistas, obtuvieron en las europeas votos más allá de lo previsto. Una formación con más base popular que ideológica, con más redes que sedes: «de las sedes, a las redes» (Gutiérrez-Rubí, 2011: 125).

*Podemos* ha aparecido como un *catch-all party*, un partido atrapalotodo, que ha hecho de su indefinición un punto de fuerza. Un partido de masas con el objetivo de seducir votantes heterogéneos críticos con el sistema político español. Respecto a la ideología de *Podemos*, se habla de «la reinención de un populismo de nuevo cuño adaptado a las circunstancias específicas de España, el intento de trasladar el eje del debate desde la izquierda y la derecha a una dimensión vertical (arriba-abajo) y la construcción de una organización sumamente abierta pero, a la vez, férreamente centralizada» (Torreblanca, 2015: 22).

El tema del populismo y los vínculos con Venezuela suelen aparecer en el debate sobre la formación morada. *Podemos* ha coqueteado con los principales líderes de América Latina. Y es innegable la influencia de



Chávez<sup>9</sup>, de Correa o de Morales en su acción política. Iglesias, Errejón y Monedero asistieron de primera mano al surgimiento y consolidación de estas figuras. Fueron asesores y asesorados. No obstante, sin renegar de sus mentores políticos, fueron matizando su mensaje y moderando su lenguaje. El populismo de *Podemos* es nuevo, diferente a los otros ejemplos del pasado. Se trata de un tema complejo; el uso del concepto de populismo ha sufrido un evidente abuso y se utiliza sobre todo de forma despectiva. Si es cierto que en algunos aspectos, *Podemos* intenta ser *popular* tanto como otros partidos – bailando chotis, prometiendo lo deseable, lemas altisonantes –, su populismo se inspira en Ernesto Laclau y en las experiencias de izquierda que se han dado en Latinoamérica. *Podemos* busca la fórmula para implantar un proyecto popular que se articule alrededor de conceptos como pueblo y soberanía.

Su aparición en el escenario político español se debe a factores estructurales de fondo y no a una simple coyuntura favorable. El sistema socio-económico-político mostraba sus límites. En un contexto de manifiesta desafección política, nació *Podemos* con el objetivo de cambiar la percepción ciudadana de la realidad, y a la vez las reglas del juego político vigentes desde la llegada de la democracia en España.

Concluyendo, *Podemos* ha demostrado «su conocimiento de la técnica discursiva y la movilización emocional (...). Desde la quimera a la realidad, desde la locura al sueño, la utopía convertida en escaño» (Müller, 2014: 74). No obstante, el fenómeno *Podemos* es tan reciente y en constante evolución que resulta difícil dar una explicación unívoca sobre su origen y, sobre todo, acerca de su futuro.

## Referencias Bibliográficas

- Brieger, P. (2015). *La Encrucijada Española: Del 15-M a la Disputa por el Poder*. Buenos Aires: Capital Intelectual.
- Bustos Díaz, J. (2014). "Twitter ¿una moda convertido en habitual?". In: *Actas del VI Congreso Internacional Latina de Comunicación Social (VI CILCS)* Universidad de La Laguna, diciembre.
- EFE (2015). *Pablo Iglesias Reivindica a Podemos Como el "Movimiento Heredero" del 15-M*. Online: <<https://www.efe.com/efe/espana/politica/pablo>>

9. A su muerte, Iglesias afirmó: «Hoy los demócratas hemos perdido a uno de los nuestros». Cf. <<https://www.youtube.com/watch?v=QCUh7xNzIQI>>.

- iglesias-reivindica-a-podemos-como-el-movimiento-heredero-del-15-m/10002-2613419> (referencia de 12-09-2017).
- Errejón, I. (2013). "The People United Will Never be Defeated: The M15 Movement and the Political Crisis in Spain". In: W. Puschra & S. Burke (eds.), *The Future We The People Need*. New York: Friederich Ebert Stiftung, pp. 73-79.
- Errejón, I. (2014). "Podemos" Para Lectores Latinoamericanos. Online: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=180249>> (referencia de 09-08-2017).
- Fernández-Albertos, J. (2015). *Los Votantes de Podemos. Del Partido de los Indignados al Partido de los Excluidos*. Madrid: Catarata.
- Gil, I. (2015). *Pablo Iglesias: Biografía Política Urgente*. Madrid: Stella Maris.
- Gutiérrez-Rubí, A. (2011). *La Política Vigilada: La Comunicación Política en la Era de Wikileaks*. Barcelona: Editorial UOC.
- Iglesias, P. (2012). *Qué Debe Decir la Izquierda*. Online: <<https://www.youtube.com/watch?v=nfK2B14NjGM>> (referencia de 12-09-2017).
- Juan, P. (2016). Democracia interna en Podemos. Online: <<https://plaza.podemos.info/debates/1128>> (referencia de 12-09-2017).
- Machuca, P. (2015). *2014: El año de Podemos*. Online: <[http://www.huffingtonpost.es/2014/12/29/podemos-repaso-2014\\_n\\_6391270.html](http://www.huffingtonpost.es/2014/12/29/podemos-repaso-2014_n_6391270.html)> (referencia de 09-08-2017).
- Müller, J. (coord.) (2014). *#Podemos. Deconstruyendo a Pablo Iglesias*. Barcelona: Deusto.
- Muriel, E. (2014). *Cinco Claves del Éxito de la Campaña Electoral de Podemos*. Online: <<https://www.lamarea.com/2014/05/26/cinco-claves-del-exito-de-la-campana-electoral-de-podemos/>> (referencia de 12-09-2017).
- Público (2014). *Intelectuales y Activistas Llaman a "Recuperar la Soberanía Popular" Con Una Candidatura Para las Europeas*. Online: <<http://www.publico.es/politica/intelectuales-y-activistas-llaman-recuperar.html>> (referencia de 12-09-2017).
- Riveiro, A. (2014). *Podemos, año I*. Online: <[http://www.eldiario.es/politica/2014-Podemos\\_0\\_338416243.html](http://www.eldiario.es/politica/2014-Podemos_0_338416243.html)> (referencia de 12-09-2017).
- Timermans, A. (2014). *¿Podemos?* Málaga: Última Línea.
- Torreblanca, J.I. (2015). *Asaltar los Cielos. Podemos, o la Política Después de la Crisis*. Barcelona: Editorial Debate.
- Zelik, R. (2016). *Continuidad o Ruptura: Perspectivas de Cambio en el Estado Español*. Madrid: Capitán Swing.

## Mudança de Paradigma: A Emergência da Rede na Política. Os Casos Italiano e Chinês\*

João de Almeida Santos\*\*

### Resumo

Procuro, neste ensaio, retirar consequências do novo modelo de comunicação digital do ponto de vista da emergência de um novo espaço público deliberativo, que nasceu com a rede, propondo, ao mesmo tempo, uma reflexão não só em torno da questão da democracia digital (no caso italiano), mas também em torno do problema da regulação dos fluxos informativos e comunicacionais neste espaço e das tentativas de controlo por parte dos poderes nacionais, em nome

---

\* O texto que aqui proponho – uma atualização, inclusive bibliográfica, da minha conferência na ULP no Congresso Internacional sobre «Netativismo», em novembro de 2015, agora em livro (Lisboa, Edições Lusófonas, 2017), que tive ocasião de sintetizar na Conferência que este número de *ResPublica* publica em Atas – sobre o caso do *MoVimento5Stelle* não fica, no essencial, prejudicado pelo que aconteceu com o relativo, mantendo-se como *garante*, afastamento de Beppe Grillo da liderança mais operacional do *MoVimento* – estando esta confiada a Luigi di Maio, provável candidato a Primeiro-Ministro, nas eleições de 2018 – e com a morte de Gianroberto Casaleggio, o homem que tinha nas suas mãos o comando real do M5S. Mas é claro que o que aconteceu, pelo papel que ambos nele desempenhavam, mas também pelas relações orgânicas da Casaleggio Associati com a estrutura operacional do *MoVimento*, não deixará de influenciar significativamente a evolução do M5S, apesar de o seu desenho estratégico já estar plenamente consolidado. A grande questão reside certamente em saber como virá a estruturar-se o vértice do poder no *MoVimento*, mas sobretudo qual será o seu comportamento no caso de chegada ao poder. De qualquer modo, como disse, Beppe Grillo manter-se-á como *garante* e a liderança operacional tenderá a concentrar-se, no momento, em Luigi di Maio.

\*\* Professor Catedrático, Diretor da Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração e do Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais da ULHT. Diretor de *ResPublica*, é também Coordenador do Centro de Investigação em Ciência Política, Relações Internacionais e Segurança (CICPRIS).

- 52 da sua soberania, mas em conflito aberto com a liberdade de informação e de comunicação inscrita no *espaço intermédio* reticular (caso chinês). Um problema que, afinal, não se põe só aos regimes autoritários, mas também às próprias democracias representativas. Um problema de regulação dos fluxos comunicacionais. Um problema, portanto, muito mais complexo do que o da liberdade digital no quadro de um regime autoritário.

*Palavras-chave:* democracia digital, política, rede

#### *Resumen*

Intento, en este ensayo, sacar las consecuencias del nuevo modelo de comunicación digital y en red desde el punto de vista de la emergencia de un nuevo espacio público deliberativo, que nació con la red, proponiendo, en simultáneo, una reflexión no solo en torno del tema de la democracia digital (en el caso italiano), sino también en torno del problema de la regulación de los flujos informativos y comunicacionales en este espacio y de las tentativas de control por parte de los poderes nacionales, en nombre de su soberanía, pero en claro conflicto con la libertad de información y comunicación inscrita en el *espacio intermedio* digital o reticular (caso chino). Un problema que, después de todo, se pone no solo a los regímenes autoritarios, sino también a las democracias representativas - el problema de la regulación de los flujos comunicacionales, desde los medios hasta la red. Un problema, pues, mucho más complejo que lo de la libertad digital bajo un régimen autoritario.

*Palabras claves:* democracia digital, política, red

*Senhor Hu, deite abaixo esta Grande Firewall!*  
Hillary Clinton

53

*O nosso objetivo é mudar o mundo*  
Eric Schmidt, CEO do Google

## Introdução

Retiro da Introdução de um recentíssimo livro de Paolo Ceri e Francesca Veltri, *Il Movimento Nella Rete. Storia e Struttura del Movimento 5 Stelle*, algumas palavras que dão conta do que se está a passar num grande país como a Itália, a propósito da possibilidade de um *movimento político digital* chegar ao poder já em 2018: «No fim de fevereiro de 2017 as sondagens atribuíam ao Movimento 5 Stelle 32 por cento. Fixado há muito, e apesar das travessias romanas, nos cerca de 30 por cento, o M5S registava um crescimento como consequência da sofrida cisão do Partido Democrático e da derrota referendária sofrida pelo projeto constitucional do seu secretário e ex-chefe de governo. Tudo com base no acolhimento alargado da mensagem antissistema expresso pelo M5S, juntamente com a oferta de uma alternativa de protesto, e no futuro de governo, entendida como inovadora» (Ceri & Veltri, 2017: 7).

Entro, deste modo, no tema, dando conta do que está a ocorrer em Itália neste ano de 2017 e do que poderá vir a ocorrer nas eleições legislativas previstas para 2018, em Itália. Um tema que ganha cada vez mais importância nos dias que correm: a emergência da Rede na política.

Já a propósito do caso Google/China, alguém falou de um combate digital entre um David e um Golias. Outros disseram que só a consciência da própria força é que permitiu ao Google enfrentar abertamente o colosso chinês, em vez de negociar nos bastidores, como é próprio do mundo empresarial (Pisani, 2010: 27). Perspetiva que, de resto, parece hoje cada vez mais plausível visto o potencial do mercado chinês nesta – como noutras – área. A questão motivou uma intervenção de Hillary Clinton, exigindo publicamente respeito pela *web* a nível global e defendendo a liberdade universal *online*. Com refere Timothy Garton Ash (2010: 27), sem ser tão radical como Ronald Reagan – quando, dirigindo-se a Gorbatchov, disse, em Berlim, «Senhor Gorbatchov, deite abaixo este Muro» –, Hillary disse, de facto: «Senhor Hu, deite

abaixo esta Grande Firewall!»! Sobretudo, o que está em questão, com a actualíssima questão chinesa (ou iraniana), é a relação entre a universalidade da Rede, as soberanias nacionais e a liberdade individual. Questão que se põe à China ou ao Irão, outro protagonista da censura digital, e, em geral, àqueles que eram considerados, pelos *Repórteres Sem Fronteiras* (Alandete, 2010: 32-33), como os *12 inimigos da Internet* (Cuba, Egito, Coreia do Norte, Síria, Tunísia, Arábia Saudita, Vietname, Myanmar, Turquemenistão e Uzbequistão, além da China e do Irão), mas que se põe também às democracias ocidentais. É claro que a verdadeira questão é a da *liberdade de informação e comunicação*, sobretudo quando, por um lado, estamos perante uma escala global e um acesso globalmente livre (em teoria) e, por outro, estamos perante sistemas políticos nacionais mais ou menos autoritários, tradicionalistas ou fundamentalistas, que não podem conviver com a livre circulação da informação, vertical ou horizontal que seja. E também é claro que não podemos falar somente em liberdade política, de opinião, de informação e de acesso ao conhecimento. Falamos também de entretenimento, de acesso a bens, de comércio, de negócio, de atividade económica. De uma realidade muito bem retratada por Don Tapscott, na estimulante introdução ao livro de Juan Luís Cebrián, *La Red*: «o mundo desenvolvido está a deixar de ser uma Economia Industrial baseada no aço, nos automóveis e nas estradas para se converter numa Economia Digital baseada no silício, nos computadores e na rede» (Cebrián, 2000: 20).

Ou seja, trata-se daquela transição que Nicholas Negroponte identificava, em *Being Digital*, como passagem dos átomos aos *bits* (Negroponte, 1995: X). Da emergência de um universo que não está imune, bem pelo contrário, às práticas desviantes, como a pornografia infantil ou o terrorismo. Trata-se, pois, do ponto de vista dos conteúdos, de mundividências, de estilos de vida, de informação e cultura, de economia, de política, de comunicação e de práticas reais, tudo conteúdos circulantes sob forma digital, mas com um impacto decisivo sobre países, grupos sociais e indivíduos singulares. É por isso que a questão não se põe só para os países governados por sistemas autoritários. Ela põe-se também para as democracias ocidentais, sujeitas como estão a desvios claramente incompatíveis com os grandes princípios por que se regem – desde a ciberpirataria até à pornografia ou à pedofilia difusas, ao terrorismo. Trata-se também aqui, afinal, da questão de uma regulação dos *fluxos informativos e comunicacionais que circulam na*

*rede universal que não afecte, todavia, a liberdade responsável.* A questão é, porém, bem mais complexa do que a que se põe aos meios de comunicação tradicionais, sabendo nós que, afinal, a própria regulação dos *media* tem sido tão sensível quão difícil e complexa, até quase à impraticabilidade. Porque a Rede tem uma dimensão global, tratando-se, ao mesmo tempo, de um sistema muito mais complexo, estruturado a partir de uma lógica relacional (a da relação *many-to-many*, entre variáveis independentes), massificado, mas individualmente orientado (*mass self-communication*), com diversas modulações de acesso, emissão, recepção e interação e sem centros de comando equivalentes aos dos *media* tradicionais. Uma regulação, portanto, muito mais difícil e complexa. Além disso, neste mundo da globalização de processos e da comunicação continuam a manter-se as soberanias nacionais, as lógicas, os processos e as relações locais. E a própria natureza, por mais que se queira, ainda continua a caminhar com os ritmos implacáveis da sua própria e lenta temporalidade. De resto, alguém definiu esta coexistência com uma palavra de compromisso: *glocal*, ou seja, *pensar global e agir local*. E a questão também é esta: até que ponto a lógica global tenderá a colonizar a acção local? Ou, então: até que ponto a lógica local tende a reforçar-se e a criar mecanismos de defesa perante uma ameaça de colonização por parte de uma lógica global, exógena, externa? O problema, como se sabe, consiste em compatibilizar a preservação das identidades locais ou nacionais, a sua, digamos, soberania, com a assunção da lógica global, demarcando os planos em que se afirmam ambas. No fundo, é sempre a questão da relação entre sistema e indivíduo, entre universal e particular, lá onde é sempre indesejável que um subsuma o outro, sobretudo, aqui, onde desapareceram os mediadores. Foi por isso que se formulou essa ideia de traduzir o pensamento global na linguagem da identidade local: *glocal*. Mas a questão é incontornável: pode um Estado autoritário conviver com uma informação sem fronteiras – suportada, além disso, numa infraestrutura global, como é a Rede –, mesmo que se trate de um despotismo iluminado? O que regressa sempre ao debate é a própria questão democrática. E, assim, a questão de um novo *espaço público deliberativo* que remete mais para o indivíduo singular do que para as grandes organizações. De resto, a questão da compatibilidade entre as identidades nacionais e uma cidadania universal (embora ele estivesse mais preocupado em fundamentar uma cidadania europeia) foi muito bem analisada e demonstrada por Habermas num excelente texto

56 sobre *Cidadania e Identidade Nacional* (Habermas, 1991: 123-146). De qualquer modo, um novo *espaço público deliberativo* representará sempre a possibilidade de conversão decisional e institucional da deliberação pública, do que ocorre, sob forma pregnante, semanticamente intensa e virtualmente imperativa, no *espaço público deliberativo*.

## 1. O Espaço Público Deliberativo e os Seus Inimigos

Castells identificou, em *Communication, Power and Counter-Power in the Network Society*, esta nova realidade da Rede através do conceito de *mass self-communication*, de *comunicação individual de massas* (Castells, 2007). Conceito que até parece, à primeira vista, contraditório, já que a afirmação individual resiste à ideia de uma sua anulação nesse universo compacto das massas. Mas é por isso mesmo que ele é interessante, além de eficaz. Com efeito, quando se fala deste universo, na *mass self-communication*, fala-se na capacidade expansiva universal do sistema em rede, precisamente a partir de pólos individuais, mas múltiplos ao infinito. Lá onde o acesso é directo e sem mediações, mas onde, por isso mesmo, esta possibilidade de expansão está condicionada, à partida, pelas competências do próprio emissor individual, pela sua capacidade de produzir conteúdos consistentes e de os difundir no interior do sistema, pela sua genialidade e também pela sua capacidade de penetrar no sistema dos *media* convencionais, ainda indispensáveis para uma boa difusão na própria Rede. Trata-se, pois, de uma poderosa revolução que permite agir directamente no interior do espaço público como nunca antes acontecera. Um espaço público que, agora sim, pode ser considerado como um verdadeiro *espaço público deliberativo*. Mas é por isso mesmo que muitos – por exemplo, o próprio Castells – já começam a chamar a atenção para as manobras vastíssimas que se estão a verificar neste espaço, o da Rede, não só através da sua ocupação, ou colonização, pelos *media* convencionais, no plano dos conteúdos e dos seus *agentes orgânicos*, mas também internamente, por parte de grupos ou de países – como a China, com a sua *Grande Muralha de Fogo*, ou seja, a censura *online* da República Popular – que temem que este se venha a transformar num perigoso *espaço de contrapoder*, ameaçador de uma ordem que não pode conviver com a liberdade própria deste novo espaço público. Diz Castells: as elites dominantes vêem-se, assim, desafiadas por



movimentos sociais, projectos de autonomia individual ou políticas insurreccionais que encontram um ambiente muito mais favorável nesse universo emergente da *mass self-communication*. Deste modo, ao que se assiste é a uma nova fase e a um novo modo de construção do poder no espaço de comunicação, quando os poderosos compreendem que é necessário responder ao desafio lançado pelos *networks de comunicação horizontal*. Que significa isto, diz ele? Significa ter necessidade de vigiar a Internet, como acontece nos USA, apesar de nem assim conseguirem evitar as constantes intrusões no seu sistema, designadamente por parte da China, tendo-se registado, só entre Janeiro e Junho de 2009, 43.785 casos de ciberpirataria, no que vem sendo uma subida exponencial desde 2000 (de 1415 para 87.570, em 2009) (Fonte: Reuter/La Repubblica); de controlar manualmente o correio eletrónico, se não se dispuser de um robot em condições de o fazer com eficácia, como comprovado pelas últimas descobertas na China, onde, segundo Federico Rampini, 15.000 técnicos trabalham em permanência no controlo da informação, muitas vezes usando os mesmos métodos dos ciberpiratas; de tratar os utentes da Internet como piratas e vigaristas, como está abundantemente previsto na legislação da União Europeia; de adquirir *sítios* da *web* de *social networking*, para controlar as suas comunidades; de adquirir as infraestruturas de rede para fazer discriminações nos direitos de acesso. Em suma, de recorrer a tantas tácticas de controlo e de delimitação daquele que é o mais recente modelo de espaço de comunicação. Isto diz Castells. E com isso ele quer dizer que esta grande revolução no espaço público começa agora, muito antes de ter despoletado a suas imensas e exponenciais capacidades, a conhecer ela própria a sua própria contrarrevolução. Porque do que aqui se trata, de facto, não é ainda, infelizmente, da desejada regulação, mas de controlo, de censura e de ciberespionagem. Ou mesmo de desqualificação, por parte de personagens insuspeitos, como Alain Finkielkraut ou Jacques Séguéla, que, num momento certamente menos feliz, ousaram considerar a *net* como *poubelle de la démocratie* ou como *la plus grande saloperie jamais inventée*<sup>1</sup>. Uma coisa é certa: o mundo não volta para trás e a natureza da Internet é tal que o controlo se torna cada vez mais difícil. E o que eu creio é que ela já nos trouxe mais coisas positivas do que negativas. E uma delas é a do poder que

---

1. *Le Nouvel Observateur*, novembre/décembre, 2009.

58 o indivíduo singular readquiriu, ao libertar-se desses intermediários (*gatekeepers* do espaço público) que tendem sempre a transformar a própria mediação em princípio e fim do processo democrático. Como dizia Bill Gates: «a China, de qualquer modo, será melhor do que antes, graças a nós». Mas eu creio que não será só a China: será o mundo em geral.

## 2. A Rede em Ambiente Autoritário: O Caso Chinês

O caso da China, de resto, é um caso que importa analisar, uma vez que as autoridades de Pequim, sobretudo a partir do famoso discurso de Al Gore sobre a «construção da autoestrada da informação», têm vindo a dedicar atenção crescente à rede, pois consideram as novas tecnologias como um meio idóneo para melhorar a vida dos cidadãos, embora não tanto para aprofundar o seu nível de participação política, ou seja, como um meio que há que manter fundamentalmente no plano económico (Qiu, 2011: 140). Em 2003, os internautas chineses eram mais de 59 milhões, para cerca de 21 milhões de computadores ligados à rede, constituindo a terceira maior rede mundial de internautas, depois dos Estados Unidos (EUA) (165,2 milhões, em 2002) e do Japão (61,1 milhões, em 2002). Mas, em 2007, já havia 210 milhões de utilizadores de Internet na China, um número muito próximo daquele que os EUA exibiam nessa altura, 216 milhões. Um ano depois, em 2008, segundo o CNNIC, o *Centro de Informação da Rede de Internet Chinesa*, a China já dispunha de 253 milhões de utilizadores da Internet, o que o tornou no país com maior número de utilizadores do mundo (Castells, 2011a: 370-371). O crescimento da rede é, na China, de facto, absolutamente exponencial. Com efeito, se em 2003 ele representava somente cerca de 4.5% da população, embora o ritmo de crescimento anual fosse absolutamente impressionante, 262% por ano, desde 1995 (data do início, quando existiam apenas 5 telefones por cada 100 habitantes) até 2003, em 2008, ele já representava cerca de 19,5% da população, com 253 milhões, e em 2012 (30.06) representava 40,1%, com cerca de 538 milhões de utilizadores, para uma população de 1.343.239.923 habitantes<sup>2</sup>. Mas a verdade é que, em 2003, os usuários ainda representavam, em boa medida, uma elite. Vejamos

---

2. Cf. <<http://www.internetworldstats.com/stats3.htm>> (acesso em 18.08.2013).

(dados de 2003): quando o rendimento per capita médio chinês era de cerca de 84 dólares, a média exibida pelos utilizadores de internet, entre 1997 e 2003, era de 164 dólares, quase o dobro; e quando a média chinesa geral de cidadãos com instrução superior correspondia a 3,6%, a média exibida pelos utilizadores de internet era de cerca de 72%. Ou seja, a Internet era ainda usada por uma elite: com dinheiro, com instrução superior, mas também com menos de trinta anos e masculina (Qiu, 2011: 143). Como contraprova, basta dizer que, correspondendo a população rural chinesa a 69% da população, somente um por cento era, nesta data, internauta. Outro dado interessante, para o nosso objectivo, é que 80% dos utilizadores visitavam, em 2003, páginas web nacionais, 13% páginas em chinês estrangeiras e só 6% liam conteúdos em línguas estrangeiras e em sítios web estrangeiros (Qiu, 2011: 144)<sup>3</sup>. Também estes dados dizem muito acerca das características dos utilizadores e das limitações com que os conteúdos circulavam na rede, facilitando, assim, a tarefa ao poder político instalado. Entretanto, a China já contava, em 2000, com cerca de 1.250.000 kms de fibra óptica. Hoje, tudo mudou, com essa massa imensa de utilizadores de uma tecnologia que, por mais controlos que haja, tem efetivamente um enorme potencial libertador, com o qual os poderes terão cada vez mais de se confrontar. Diz Jack Linchuan Qiu, investigador da Annenberg School for Communication, da Universidade da Califórnia do Sul e cofundador do *Grupo Eletrónico de Investigação em Internet da China*: «A idiossincrasia mais intrigante da Internet na China é que, apesar do potencial libertador da tecnologia, a sua alta velocidade de crescimento possa manter-se dentro do marco do sistema político actual dominado pelo partido comunista» (Qiu, 2011: 150).

E esta é mesmo a questão que aqui nos interessa. Como se explica a convivência feliz de uma tecnologia libertadora num país politicamente autoritário e, mais ainda, com o poder político a apostar nela, como negócio? Será suficiente toda a parafernália de dispositivos de controlo estatal sobre a Rede? O desenvolvimento que ela induz não acabará por suscitar fortes exigências de liberdade política? Ou a rede poderá ser colonizada ideologicamente pelo poder político, por um lado, controlando os fluxos do ciberespaço, por outro, pilotando os conteúdos através da

---

3. Os acessos são feitos a partir de casa (63%), dos escritórios (43%) e dos cibercafés (20%) (Qiu, 2011: 145).

60

influência sobre as elites (incluída a económica), embora cada vez mais esse *espaço intermédio* se esteja a transformar num imenso espaço público acessível a todos? A censura sobre a Internet pode assumir a forma mais suave de *regulação*? Ou os conteúdos que nela circularão poderão ser, por um lado, enquadrados por uma forte hegemonia político-cultural do partido comunista e, por outro, por indústrias culturais e estilos de vida politicamente inofensivos, induzidos pelo poder instalado?

O problema é complexo, até porque se uma parte do poder político – por exemplo, os tecnocratas do Ministério da Indústria da Informação (MII), defensores de uma aceleração do desenvolvimento com base tecnológica – aposta fortemente na rede, já o *Comité de Direção do Conselho Estado para a Informatização* (integrado por representantes do MII, mas também pelo Departamento de Propaganda do PCC, do Gabinete de Informação do Conselho Estatal, do Ministério da Segurança Pública, dos Serviços Secretos do Estado e do Exército de Libertação do Povo), a maior instância de decisão nacional sobre assuntos da Rede, valoriza, mais do que a economia, a consolidação e a expansão do poder político chinês, logo, necessariamente o controlo apertado dos fluxos de informação. Assim sendo, é natural que o fluxo da rede esteja sujeito a normas de controlo muito apertadas, desde o início do processo (1996-1997):

- a) todo o tráfego internacional de Internet deverá passar por canais aprovados oficialmente;
- b) todos os fornecedores de serviços Internet deverão possuir uma licença;
- c) todos os utilizadores de Internet deverão registar-se;
- d) a «informação danosa, subversiva ou obscena» será proibida.

Outras iniciativas foram tomadas em nome da segurança na rede, emanadas das instituições encarregadas da segurança nacional (Ministério da Segurança Pública, Serviços Secretos, etc.). Em 2000, foram promulgados *seis decretos reguladores* relacionados com os segredos de Estado, com as operações comerciais on line, com os serviços de informação e de notícias e com a segurança na rede, visando sobretudo os fornecedores de conteúdos: *licenças especiais, informações detalhadas sobre os utilizadores da rede, proibição de titularidade de*

*acções por empresas estrangeiras nas empresas de fornecimento de conteúdos.*

A *regulação* revelava, de facto, segundo Qiu (2011: 151), uma «cultura empresarial de censor». Este sistema de *regulação* é garantido por inúmeros agentes ligados às forças de segurança. De resto, a China ficou conhecida pela famosa *Grande Muralha de Fogo (Great Firewall)*, que bloqueia o acesso a informação considerada prejudicial, amplamente definida, talvez até cerca de 10% dos sítios da World Wide Web (Qiu, 2011: 152). Segundo Castells (2011b: 372), «uma série de sítios web de todo o mundo, incluídos alguns dos principais meios de comunicação do ocidente, como o *New York Times*, estiveram bloqueados durante certos períodos e alguns dos sítios mais populares, como o Youtube, estiveram encerrados na China em momentos críticos». Na verdade, só os sítios mais conhecidos estão bloqueados. A maioria dos sítios web, incluídos os dos principais meios de comunicação ocidentais, só estão bloqueados em períodos de tempo limitados. As instituições utilizam também tecnologias intranet e de rastreio avançadas, programas para filtrar conteúdos, como o famoso *Projeto Escudo Dourado* (cuja criação foi confiada à Cisco Systems), o sistema de bloqueio mais sofisticado do mundo. De facto, a partir de 2002 o processo de bloqueio sofisticou-se ainda mais e tornou-se mais agressivo. E a verdade é que quem se atrever a passar a linha vermelha marcada pelas autoridades arrisca-se a ter perturbações no seu terminal e a ir parar à prisão. Isto, como se compreende, cria dificuldades ao desenvolvimento e ao próprio investimento estrangeiro, que encontra uma rede agrilhoadada, menos rápida, menos eficiente e menos livre. Mas, se isto é verdade, também é verdade que, do ponto de vista interno, esta frenética e vasta actividade de controlo encontra os seus clientes, gerando postos de trabalho e boas oportunidades empresariais, no interior do quadro normativo definido pelo Estado.

E, todavia, este vasto sistema de controlo dos fluxos da rede chinesa não consegue controlar eficazmente os utilizadores individuais. Por exemplo, é possível usar a rede nos cibercafés, usando cartões online pré-pagos. Por outro lado, os utilizadores conseguem iludir os sistemas de vigilância utilizando uma linguagem menos directa, iludindo os sistemas automáticos de detecção. No seu estudo sobre a eficácia real do controlo da Internet na China, Fan Dong descobriu que, nos fóruns de internet sobre a China, os temas mais delicados (Falun Gong,

Tiananmen) não eram tratados directamente em nenhum foro (Castells, 2011b: 374). E também é claro que os movimentos mundiais não alinhados com a China dispõem de recursos de Internet capazes de iludir a rede de controlo chinesa.

A situação não é, como se vê, linear. O sistema chinês de censura, por um lado, tem vindo a agir por reacção a posteriori perante condições não previstas e, por outro, funciona em registos paralelos, ou não convergentes, uma vez que não se verifica uma clara hierarquia de funções neste domínio, coexistindo instituições com lógicas claramente diferenciadas como, por exemplo, a da economia e do desenvolvimento acelerado e a da política de um Estado autoritário; por outro lado, ainda, visto o crescimento deste sistema, o que se está a verificar é uma progressiva aliança estratégica com a indústria global das tecnologias da informação, designadamente pelo interesse dos grandes grupos económicos globais em actuar na China, o que os leva a estreitar relações de compromisso com o poder de Pequim (Qiu, 2011: 154-155).

Num contexto destes, com real asfixia de tudo o que dificilmente o regime poderá tolerar, ganham margem de manobra no ciberespaço chinês tendências induzidas pelo próprio desenvolvimento da sociedade chinesa. Refiro-me, por um lado, à emergência do consumismo e da mundividência que ele transporta consigo e, por outro, ao nacionalismo, enquanto expressão de uma vontade nacional de desenvolvimento rápido promovido pelas tecnologias da informação e de afirmação no contexto mundial, relançando a China como potência tecnologicamente avançada, mas também enquanto ideologia política muito interessante para o poder político instalado. Jack Qiu considera que estas duas referências definem o essencial da identificação do universo dos internautas chineses<sup>4</sup>.

---

4. Mas veja-se também o que diz Castells, em *Comunicación y Poder*, sobre o assunto, indo na mesma direcção de Qiu: «Entre los estudiantes y los jóvenes en general, la principal ideología política que genera una gran simpatía es el nacionalismo, especialmente contra Japón y Taiwán. (...) Si a esto sumamos el echo de que más de dos tercios del uso de Internet en China es para entretenimiento, y que la principal preocupación de los urbanitas con educación, que son el grueso de los usuarios de Internet, es el consumo, muy bien pudiera ser que el gigantesco sistema desplegado por el gobierno chino para controlar Internet sea más bien un reflejo del pasado que una necesidad real» (Castells, 2011b: 375). O que, todavia, fica por demonstrar, em especial se não se tiver em conta a poderosa máquina da autocensura, quando o sistema está todo ele construído com base na lógica da proibição: «é proibido tudo aquilo que não é permitido».

A situação chinesa, do ponto de vista da rede, tem estado, portanto, sob controlo, pelos vários factores já identificados, entre os quais o consumismo e o nacionalismo, a atraente dimensão do mercado chinês, o regresso de emigrantes em condições de alavancar a economia chinesa, as relações com as empresas multinacionais e, em geral, os sistemas administrativos e tecnológicos de controlo. Mas, como diz Qiu (2011: 160), «mantém-se a promessa de que a rede traga maior liberdade ao Reino Médio, porque, concomitantemente com o auge tecnológico, uma sociedade civil madura está a emergir decididamente no mundo virtual e na realidade da China contemporânea. À medida que continuam proliferando as limitações políticas e económicas, a esfera das comunicações não reguladas continuará a expandir-se em direções imprevisíveis porque, fundamentalmente, são as necessidades de informação de milhões de internautas chineses que produzem formas criativas de alcançar a informação».

Certamente. Mas aqui estamos num universo politicamente fechado, onde a rede, sendo desejada pelos adeptos do desenvolvimento acelerado, é também temida pela sua potência libertadora, numa sociedade onde a comunicação é entendida como simples meio instrumental, seja como alavanca de desenvolvimento económico seja como canal veículo de propaganda, mas nunca como ambiente onde se constrói a dinâmica do poder legítimo e onde se pode afirmar a liberdade a partir do indivíduo singular.

Combinados os fatores que poderão limitar os efeitos disruptivos da rede sobre o sistema político chinês, poder-se-á supor que, no essencial, a situação até poderá ser controlada pelas autoridades de Pequim. O enorme dispositivo de controlo tecnológico da rede, que poderá até contar com a ajuda silenciosa das grandes multinacionais, o quadro político-cultural chinês com hegemonia da ideologia oficial, o complexo do sistema mediático de comunicação controlado pelo poder político, a emergência de uma nova ideologia do consumo decorrente do crescente afluxo de novos bens de consumo, tangíveis e intangíveis, à sociedade chinesa, o despertar de um nacionalismo de *grandeur* nacional de inspiração desenvolvimentista e de potência mundial, acarinhado pelo poder de Pequim – tudo isto poderá abrir um quadro evolutivo da rede e de conteúdos que poderão ser inteligentemente harmonizados, por um lado, com uma nova economia de mercado em plena expansão e, por outro, com um ordenamento político fechado e autoritário

cada vez mais virado somente para os nós críticos do sistema. É uma situação que merece um acompanhamento permanente, precisamente porque nela pode residir a chave resolutora de um paradoxo que entra pelos olhos de todos nós. Sobretudo quando assistimos nas sociedades ocidentais livres à emergência política da rede com efeitos verdadeiramente disruptivos sobre o sistema. É o que está a acontecer em Itália, como veremos de seguida.

### 3. A Rede em Ambiente Democrático: O Caso Italiano

«È in corso una guerra tra due mondi. Tra due diverse concezioni della realtà. [Guerra] nascosta dai media, temuta dai politici, contrastata dalle organizzazioni internazionali, avversata dalle multinazionali. (...) Questa guerra totale (...) è dovuta alla diffusione della rete. (...) I giornali stanno scomparendo, poi verrà il turno delle televisioni (...). (...) tutta l'informazione confluirà in rete e chiunque potrà diventare prosumer, ossia al tempo stesso produttore e fruitore dell'informazione. (...) La partecipazione diretta dei cittadini alla cosa pubblica sta prendendo il posto della delega in bianco».

Isto dizem Gianroberto Casaleggio e Beppe Grillo (2011: 3-4), em *Siamo in Guerra. Per Una Nuova Politica*, introduzindo desde logo um novo conceito para identificar o *cidadão digital*, naquela que é a diferença essencial relativamente ao *cidadão da era mediática: prosumer*.

#### 3.1. Prosumer

Beppe Grillo e Gianroberto Casaleggio, o seu *spin doctor*, na apresentação do seu livro, estabelecem já todo um programa: guerra entre duas concepções do mundo, induzida pela rede, que acabará por substituir toda a velha parafernália comunicacional, onde cada cidadão se pode tornar *prosumer* e, neste mesmo registo, se pode tornar governante no lugar dos velhos representantes de má memória...

Aqui está o programa de uma nova formação política que surgiu no seio de uma democracia consolidada, num importante País ocidental, economicamente poderoso e onde está a acontecer, de facto, o mais



importante fenómeno político da rede dos nossos dias<sup>5</sup>. Fenómeno que parece emergir num ambiente equivalente, mas conseqüente ao que viu surgir Silvio Berlusconi, em 1994. Fenómenos – ambos – únicos em todo o mundo e que confirmam a Itália como o mais interessante laboratório político que se conhece, pelo menos desde a Marcha sobre Roma, em 1922.

Na verdade, é possível concluir que se Berlusconi representou o último estádio da sociedade mediática e da *democracia do público*<sup>6</sup>, Grillo surge verdadeiramente como o seu sucessor, embora num registo alternativo, ou seja, no interior de um novo e revolucionário paradigma comunicacional e político: o da Rede. Como dizem Bordignon e Ceccarini (2013), «[p]olitics and the parties are being shaken by a deep crisis of legitimacy. Economic problems, judicial investigations and lack of faith in the political class recall the situation in the early 1990s, when an already weakened system imploded under the impetus of the *Clean Hands* judicial investigations. This prompted the so-called Italian political transition towards the Second Republic. Berlusconi's entry into politics in 1994, and the twilight of Berlusconiism that began in the Autumn of 2011, with the fall of his government, delimit this long phase. Now, the country is witnessing the beginning of a new transition. Where it will lead is hard to determine, but the M5S is certainly one of the major protagonists».

É isto mesmo que urge compreender, a nova transição, com a Rede, depois de consolidada a superação definitiva da era dos *partidos-igreja* em Itália (por exemplo, da Democrazia Cristiana e do Partito Comunista Italiano), por obra, certamente, da queda do Muro de Berlim, do furacão mãos-limpas e da irrupção em cena dos media como directos protagonistas políticos, pela mão de Silvio Berlusconi. Esta transição durou quase vinte anos, mas não foi provavelmente uma transição para uma estável *democracia do público*, uma vez que, 19 anos depois,

---

5. Na semana que vai de 14 a 20 de março de 2016, a média ponderada dos resultados de sondagens de seis empresas (SWG, EMG, Euromedia, Piepoli, Ixè, Tecnè) atribuiu ao *MoVimento5Stelle* (M5S) 24,73% contra 32,94% do Partito Democratico, 14,45% da Lega Nord e 11,58% de Forza Italia. O M5S mostra, assim, uma inesperada resiliência, mantendo-se como segundo partido há anos, a escassos 8 pontos do primeiro partido e dez pontos acima da terceira força política (Cf. <<http://www.termometropolitico.it/sondaggi-politici-elettorali>> acesso em 03.04.2016).

6. Veja-se, a este respeito, o meu livro *Media e Poder. O Poder Mediático e a Erosão da Democracia Representativa* (Santos, 2012: 257-338).

irrompe de novo em cena um protagonista que já está a ameaçar os fundamentos inacabados da revolução berlusconiana. E esse protagonista, Beppe Grillo, vem bem acompanhado, ou seja, emerge na Rede. Numa palavra, poderíamos dizer que passámos, assim, do tempo dos *catch-all media*, dos *catch-all parties*, dos *partidos do público* e da *democracia do público* para um novo tempo, o que vê afirmar-se cada vez mais o modelo *digital* de comunicação e de política: *catch-all net*, com o seu novo modelo de poder, o *poder diluído*, na sua moldura digital (veja-se a este propósito Timoteo, 2005), e com um novo modelo de cidadão: o *prosumer*, produtor e consumidor de política e de informação.

É claro que esta passagem não é radical, embora o M5S abomine e ataque frontalmente os *media* tradicionais, que, todavia, estão presentes – sobretudo a televisão – como importantes fontes de informação. Não é radical também porque muitos – mesmo dentro do movimento – consideram que Beppe Grillo e Gianroberto Casaleggio, afinal, usaram a rede de forma autoritária, instrumental e unidireccional, precisamente como acontecia com os *media* tradicionais, sendo, por outro lado, também certo que os restantes partidos, sobretudo o Partito Democratico, também a usam de forma intensa. E, todavia, o *Movimento 5 Stelle* (M5S) representa, de facto, uma novidade, precisamente do ponto de vista da Rede. Dizem Lorenzo Mosca e Cristian Vaccari, em *Il Movimento e la Rete*, tomando em consideração o período eleitoral que ocorreu entre 2010 e 2012: «O interesse e o consenso conquistados pelo *Movimento 5 Stelle* e pelos seus candidatos nas eleições autárquicas foram frequentemente considerados o sinal de uma mudança nas modalidades e nas formas da comunicação política em Itália. Em particular, os candidatos *5 Stelle* resultaram menos visíveis nos *mass media* em relação aos outros partidos principais, mas compensaram, pelo menos em parte, esta desvantagem através da *web*. A Internet foi escolhida por Beppe Grillo e pelos activistas do Movimento como a arena principal para lançarem o desafio aos partidos, à classe política e, não por último, ao sistema de informação. Não foi por acaso que o segundo V-Day, em Turim, a 25 de Abril de 2008, teve como alvo a *casta dos jornalistas* e os *mass media*. E é opinião comum que os eleitores do Movimento têm uma relação particularmente estreita com a rede, muitas vezes considerada instrumento alternativo e não complementar aos *mass media*, em particular à televisão, que nas últimas duas décadas foi o coração da comunicação política em Itália» (Mosca & Vaccari, 2013: 169).

Com efeito, se é certo que as diferenças quantitativas entre os candidatos do Movimento e os dos dois outros maiores partidos, do ponto de vista do uso da Rede, não foram muito significativas, de realçar, todavia, é a diferença no seu uso pelos apoiantes do M5S, não só para obtenção de informação, mas também do ponto de vista da participação activa destes nos circuitos de informação do Movimento: «os resultados confirmam, portanto, a hipótese de que a Internet é bem mais relevante como fonte de informação para os apoiantes do Movimento do que para os dos outros partidos» (Mosca & Vaccari, 2013: 184). Mas, mais: «para o M5S a Internet não é só um canal com o qual se chega a uma parte consistente do eleitorado, evitando a mediação jornalística. A rede é também um potente multiplicador destes conteúdos porque activa e facilita a comunicação interpessoal dos simpatizantes do Movimento, que utilizam intensamente os ambientes de informação e de discussão política *online* para formar e difundir as suas opiniões». «Deste ponto de vista», continuam os autores, é sobretudo «das dinâmicas de difusão, desde baixo, de conteúdos e opiniões na rede, mais do que através de uma maior capacidade e intensidade de utilização da *web* por parte dos seus candidatos locais, que parece derivar o sucesso do Movimento na rede» (Mosca & Vaccari, 2013: 192-193). Ou seja, parece não haver dúvidas de que os simpatizantes do M5S partilham de facto de uma *cultura de rede*, ao contrário dos simpatizantes dos partidos tradicionais que tendem a vê-la como um mero instrumento de difusão de mensagens. A diferença, portanto, reside mais na base do que nos protagonistas. Ou seja, o Movimento tem mais sucesso nos ambientes que vivem uma *cultura de rede* do que propriamente nos protagonistas políticos formais. E esta é uma diferença absolutamente vital.

### 3.2. Os Factos

Mas vejamos os factos. O que se passou nas eleições italianas de fevereiro de 2013, nas Europeias de 2014, e do que resulta das sondagens disponíveis, só veio confirmar, de forma muito significativa, o que já estava a acontecer no plano das eleições locais e, sobretudo, representa uma nova fuga para a frente, depois do que já acontecera em 1994, com Silvio Berlusconi. Com efeito, em muito pouco tempo, um movimento saído (quase) do nada tornou-se a primeira força política italiana. O *MoVimento5Stelle*, de Beppe Grillo, obteve na Câmara

dos Deputados 8.689.458 votos, equivalentes a 25,55% do eleitorado que votou, o melhor resultado obtido por um partido. Este resultado fez dele a primeira força política italiana, à frente do *Partito Democratico* (de Bersani) e de *Il Popolo della Libertà* (de Berlusconi). Mario Monti (*Rigor Montis*, como lhe chama, sarcasticamente, Grillo) ficou-se pelos 8,30%. Vistas as circunstâncias, Grillo e Berlusconi foram os grandes vencedores das eleições.

Tendo-se tornado um proscrito do sistema televisivo, depois de ter contado na TV uma sarcástica anedota sobre os socialistas de Bettino Craxi<sup>7</sup>, o então Secretário-Geral do PSI, Grillo fez da sátira política o centro do seu discurso, nas praças, teatros ou pavilhões desportivos italianos, mobilizando um público farto da classe política, daquela *casta* de que falam Sergio Rizzo e Gian Antonio Stella no livro, demolidor e de estrondoso sucesso, *La Casta*<sup>8</sup>. O seu blogue surge em 2005, mas poucos anos depois já era considerado, por *The Observer* e pela revista *Forbes*, um dos mais influentes do mundo. O movimento M5S é criado em 2009, iniciando a sua movimentação nas eleições autárquicas e reforçando cada vez mais o seu peso político (obteria 4 presidências de Câmara nas eleições autárquicas de 2012, entre as quais a de Parma, e tornar-se-ia o maior partido na Sicília). Não se trata de um movimento qualquer. Movimento da Rede, vive da revolta ética e de uma retórica cómica-sarcástica contra a classe política e contra o establishment mediático<sup>9</sup>. Ou melhor, contra a promiscuidade entre media e política que sempre se verificou em Itália e que se tornou elemento central de denúncia, de crítica e de radical rejeição por parte do M5S (Mosca e Vaccari, 2013: 170). Portanto, nasceu, desenvolveu-se e consolidou-se na Rede: [www.beppegrillo.it](http://www.beppegrillo.it). Tal como Berlusconi, também Grillo se alimenta da revolta ética, mas no interior de um novo paradigma:

- 
7. Em novembro de 1986, no programa *Fantastico 7*, Grillo conta uma anedota sobre os socialistas de Bettino Craxi, então Presidente do Conselho de Ministros: «La cena in Cina. C'erano tutti i socialisti, con la delegazione, e mangiavano... A un certo momento Martelli ha fatto una delle figure più terribili. Ha chiamato Craxi e gli ha detto: *Ma senti un pò, qua ce n'è un miliardo e son tutti socialisti?*. E Craxi gli ha detto: *Sì, perché? Ma, allora, se son tutti socialisti, a chi rubano?»* (Vignati, 2013: 29).
  8. *La Casta. Così i Politici Italiani Sono Diventati Intoccabili*. Milano: Rizzoli, 2007 (com 20 edições no mesmo ano).
  9. Grillo já tentara, em 2008, promover três referendos, tendo como alvo o *establishment* mediático: um, para abolir a ordem dos jornalistas; outro, para acabar com os subsídios públicos à atividade editorial e outro, ainda, para revogar a famosa Lei Gasparri sobre o audiovisual (que beneficiara Berlusconi) (Vignati, 2013: 48).

movimento digital, procura dar voz à novíssima onda dos *indignados*. Do que se trata é de algo muito forte que vem emergindo na sociedade, sem que os agentes tradicionais (partidos) lhe estejam a dar a devida atenção, não só incorporando esta nova lógica da comunicação, irredutível a uma natureza meramente instrumental, mas sobretudo reconfigurando-se radicalmente em função do novo paradigma emergente. Este Movimento, que nasce no interior deste novo paradigma, acabou por captar eleitoralmente significativas faixas eleitorais provenientes quer do centro-esquerda quer do centro-direita<sup>10</sup>, demonstrando, assim, assumir uma clara identidade pós-ideológica. Um movimento que, à semelhança do que acontecera com Berlusconi, e mais em geral com os movimentos de inspiração populista, surge num ambiente de profunda crise política e económico-financeira e aponta o dedo em riste, perante os italianos, aos culpados: o *establishment político* e o *establishment mediático*. Ou seja, aponta o dedo aos dois elementos centrais do sistema político.

### 3.3. Neopopulismo Digital?

Esta questão – a do populismo – é, de facto, levantada por vários autores. Por exemplo, por Roberto Biorcio e Paolo Natale (2013) ou por Piergiorgio Corbetta (2013). Vejamos, com Corbetta, esta questão.

É verdade que as tendências populistas nascem e crescem em ambientes de grande incerteza, de crise e de forte desgaste das instituições, o que, de certo modo, se verificou quer no caso de Berlusconi (com *tangentopoli*) quer no caso de Grillo. Corbetta di-lo e desenvolve uma interessante análise de verificação da natureza do M5S relativamente ao populismo. Por um lado, reconhece que o M5S alinha mais com a tendência a repor a centralidade da ideia de *povo-soberano* do que as que propõem a centralidade do *povo-classe* ou do *povo-nação*. O *povo-soberano* retomaria assim a soberania nas suas mãos, retirando-a dos representantes. As outras duas ideias estariam longe do M5S porque nem ele se reconhece, por um lado, como representante dos excluídos e marginalizados do processo de desenvolvimento nem, por outro lado, exhibe uma identidade comunitária assente em afinidades culturais, linguísticas, de sangue, históricas, etc. Neste sentido, o M5S

---

10. Nas autárquicas de 2012, 46,3% provenientes do centro-esquerda e 39% provenientes do centro-direita (Gualmini, 2013: 10).

exibe uma identidade política muito clara: *contra a representação política*, contra o mandato não imperativo. Mas ele exibe também outra característica afim aos movimentos populistas, a do líder carismático, qual substituto da classe dos representantes e intérprete oracular e legítimo dos sentimentos difusos do povo-soberano. O líder seria, então, o depositário de um mandato fiduciário para agir em nome do povo, não com a lógica racional da representação, mas com a pulsão emocional de uma pertença imanente ao povo. Esta característica própria dos populismos ganha, todavia, no M5S uma originalidade que não existia antes: o povo-soberano tem hoje, através da rede, canais permanentes de expressão da sua vontade junto do líder e dos *comissários*, que não existiam antes e que podem dar expressão a uma prática deliberativa mais avançada do que a velha representação política exclusiva. *E esta é uma característica nova, relativamente aos populismos clássicos*. Por outro lado, o recurso a esta nova tecnologia de participação política inaugura também uma outra novidade em relação ao passado. Ou seja, quando os populismos tendiam sempre a exprimir a voz dos excluídos do progresso, daqueles que estavam a ficar à margem do movimento histórico, assumindo-se generalizadamente como antimodernos, o M5S apresenta-se precisamente como o porta-voz da modernidade: «como se pode facilmente ver, com o M5S encontramos-nos num planeta completamente diferente: o povo ao qual apela Beppe Grillo não é o povo *simples e humilde*, mas é o povo sofisticado da web; não nasce do desconforto perante a modernidade, mas da própria modernidade» (Corbetta, 2013: 203). Ou seja, o M5S apresenta originalidades tão significativas em relação aos velhos populismos que o colocam muito longe dessa tradição: moderno ou mesmo *pós-moderno*, praticante de uma autêntica *cidadania ativa* através da rede e fator de uma nova *democracia deliberativa* que tem o líder como garante, sim, mas que acciona uma permanente participação do povo soberano na decisão política. É neste sentido que o M5S promove uma autêntica reviravolta no processo político: *não procura enxertar mecanismos de democracia direta no sistema representativo, antes procurando enxertar o sistema «representativo» na democracia direta, alterando profundamente a natureza do próprio mandato* (Corbetta, 2013: 197-214; veja-se também Biorcio & Natale, 2013: 135-151).

### 3.4. *Catch-All NET?*

A verdade é que se Berlusconi representou, a seu tempo, uma viragem relativamente à forma tradicional de fazer política, radicalizando o modelo mediático de comunicação política, *catch-all media*, que em teoria política se chama *catch-all party*, e invertendo a fórmula clássica da relação entre a oferta e a procura (a procura passava a anteceder a oferta, exatamente ao contrário do que acontecia na fórmula clássica), agora, Beppe Grillo está a fazê-lo também, mas traduzindo em política a emergência da Rede nas nossas vidas e a sua extraordinária capacidade de mobilização instantânea, apelando a todos sob a forma de apelo a cada um, individualizado: *catch-all net*. Castells chama-lhe *mass self-communication, comunicação individual de massas*. Grillo e Casaleggio enunciam, em *Siamo in Guerra* (2011), aquela que eles definem como a *Lei da Rede*: «cada um vale um». A rede permite, de facto, a emergência da singularidade, sem recurso a organizações, apoios, *gatekeepers*, dinheiro: «somos todos jornalistas», diz Grillo. Requer, simplesmente, genialidade individual, recursos intelectuais, criatividade, inovação na narrativa. Grillo começa a propor formas de democracia pós-representativa, ou seja, à medida que vai criticando a velha forma de representação política separada – «to change [Italy], politicians have to be replaced by the citizens» – propõe, no programa político que apresentou aos italianos<sup>11</sup>, uma *cidadania digital* obtida à nascença e concretizada através de um acesso universalmente gratuito à rede: «cittadinanza digitale per nascita, accesso alla rete gratuito per ogni cittadino italiano». Por outro lado, as decisões relevantes são postas à discussão no sítio do M5S. Os temas – para além (a) da crítica às elites políticas e mediáticas, (b) da promoção de uma cidadania digital que substitua a velha representação centrada na separação entre governantes e governados e entre produtores de informação e cidadãos<sup>12</sup> e (c) da promoção da rede e dos instrumentos digitais como meios de libertação – são mais próprios dos movimentos do que dos partidos e

---

11. Veja-se <[www.movimento5stelle.it](http://www.movimento5stelle.it)> e <[www.beppegrillo.it](http://www.beppegrillo.it)>.

12. Os cidadãos serão *prosumers*, ou seja, ao mesmo tempo produtores e consumidores de informação e, por isso, produtores e consumidores de política.

mais próximos das *policies* locais do que das nacionais<sup>13</sup>: água, ambiente sustentável, energia, transportes, desenvolvimento, alimentos de qualidade, conectividade, serviços sociais. Os cinco primeiros objetivos correspondem, como diz Elisabetta Gualmini (2013: 12)<sup>14</sup>, às cinco estrelas inscritas no nome de um movimento, o M5S, que não é verdadeiramente um partido. Melhor: que é uma não-associação, como se autodefine<sup>15</sup>. Na verdade, o M5S, tal como o define o sítio do movimento (agora em [beppegrillo.it](http://beppegrillo.it)), é: «una libera associazione di cittadini. Non è un partito politico nè si intende che lo diventi in futuro. Non ideologie di sinistra o di destra, ma idee. Vuole realizzare un efficiente ed efficace scambio di opinioni e confronto democratico al di fuori di legami associativi e partitici e senza la mediazione di organismi direttivi o rappresentativi, riconoscendo alla totalità dei cittadini il ruolo di governo ed indirizzo normalmente attribuito a pochi».

---

13. Como diz Piergiorgio Corbetta, o primeiro dilema é o que contrapõe local a nacional: «o movimento nasceu a nível político nas administrações locais, e eram estas que os fundadores tinham em mente quando inventaram o nome da organização política, onde as 5 estrelas significavam água, ambiente, energia, transportes, desenvolvimento, todos temas de política a nível comunal» (Corbetta, 2013: 212). De resto, a projeção a nível nacional de algo que poderia funcionar somente a nível local (inscrita na ideia de democracia participativa) caminha ao lado de outro desafio mortal, ou seja, a passagem de movimento político a instituição que tem de se confrontar com as exigências da dura realidade.

14. Veja-se também Vignati, 2013: 48-49.

15. «Il *MoVimento5Stelle* è una *non Associazione*. Rappresenta una piattaforma ed un veicolo di confronto e di consultazione che trae origine e trova il suo epicentro nel blog [www.beppegrillo.it](http://www.beppegrillo.it). La *Sede* del *MoVimento5Stelle* coincide con l'indirizzo web [www.beppegrillo.it](http://www.beppegrillo.it). I contatti con il *MoVimento* sono assicurati esclusivamente attraverso posta elettronica all'indirizzo [movimento5stelle@beppegrillo.it](mailto:movimento5stelle@beppegrillo.it)». «Il *MoVimento5Stelle* intende raccogliere l'esperienza maturata nell'ambito del blog [www.beppegrillo.it](http://www.beppegrillo.it), dei *meetup*, delle manifestazioni ed altre iniziative popolari e delle *Liste Civiche Certificate* e va a costituire, nell'ambito del blog stesso, lo strumento di consultazione per l'individuazione, selezione e scelta di quanti potranno essere candidati a promuovere le campagne di sensibilizzazione sociale, culturale e politica promosse da Beppe Grillo così come le proposte e le idee condivise nell'ambito del blog [www.beppegrillo.it](http://www.beppegrillo.it), in occasione delle elezioni per la Camera dei Deputati, per il Senato della Repubblica o per i Consigli Regionali e Comunali, organizzandosi e strutturandosi attraverso la rete Internet cui viene riconosciuto un ruolo centrale nella fase di adesione al *MoVimento*, consultazione, deliberazione, decisione ed elezione. Il *MoVimento 5 Stelle* non è un partito politico né si intende che lo diventi in futuro. Esso vuole essere testimone della possibilità di realizzare un efficiente ed efficace scambio di opinioni e confronto democratico al di fuori di legami associativi e partitici e senza la mediazione di organismi direttivi o rappresentativi, riconoscendo alla totalità degli utenti della Rete il ruolo di governo ed indirizzo normalmente attribuito a pochi ([www.movimento5stelle.it](http://www.movimento5stelle.it) – *Non Statuto*)». Este não-estatuto foi redigido por Beppe Grillo e pelo seu *spin doctor* Gianroberto Casaleggio (Vignati, 2013: 40).



Como se vê, o M5S é uma *livre associação*, ou seja, uma associação aberta a todos os cidadãos, sem as mediações de estrutura próprias de partidos ou associações que filtrem os actos de uma cidadania livre, através de uma dinâmica representativa. À totalidade dos cidadãos está confiada aquela capacidade de orientação e de governo que antes estava confiada somente aos representantes. E como? Através da Rede. O processo está descrito no *Código de Comportamento dos Eleitos do Movimento 5 Stelle no Parlamento*: «L'obiettivo principale dei parlamentari eletti è l'attuazione del Programma del M5S, in particolare per i principi della democrazia diretta come il referendum propositivo senza quorum, l'obbligatorietà della discussione parlamentare con voto palese delle proposte di legge popolare e l'elezione diretta del parlamentare» (M5S, 2012).

Os cidadãos poderão votar, na Rede (no Portal do Movimento), propostas de lei que, em certas condições, deverão depois ser apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Movimento: «Le richieste di proposte di legge originate dal portale del Movimento 5 Stelle attraverso gli iscritti dovranno obbligatoriamente essere portate in aula se votate da almeno il 20% dei partecipanti. I gruppi parlamentari potranno comunque valutare ogni singola proposta anche se sotto la soglia del 20%» (M5S, 2012).

Não há, pois, dúvida de que o M5S se constituiu como um canal de comunicação da *cidadania* com a mais alta instância do poder, da forma mais expedita de que há memória, através da Rede, dando uma nova configuração ao velho *instituto da iniciativa popular*, agilizando-o, não só através da funcionalização do grupo parlamentar a este mecanismo, mas também baixando drasticamente as exigências regulamentares, designadamente no número de intervenientes no processo. Vejamos uma simples amostra das exigências do mecanismo de iniciativa popular em Portugal, Espanha, Itália e Brasil:

1. em Portugal, são necessários 35.000 eleitores intervenientes no *instituto da iniciativa popular*, designado por «iniciativa legislativa dos cidadãos» (n.º 1, art.º 6, Lei 17/2003, de 4 de junho, com as alterações introduzidas pela Lei 26/2012, de 24.07);
2. em Espanha são necessárias assinaturas de 500 mil eleitores (n.º 3 do art.º 87º da Constituição);
3. em Itália são necessárias 50 mil assinaturas (art.º 71º da Constituição);

4. no Brasil é necessário 1% dos eleitores, distribuído por um mínimo de 5 Estados federados (§2 do art.º 61º da Constituição).

Se o *instituto da iniciativa popular*, tal como o referendo, era um instituto de democracia direta enxertado no sistema representativo, esta prática do M5S parece inscrever-se numa lógica inversa, a de usar instrumentalmente o sistema representativo para introduzir em pleno a democracia digital direta. «Obiettivo, nemmeno tanto implícito», dizem Gianluca Passarelli, Filippo Tronconi e Dario Tuorto (2013: 123), em *Una Rivoluzione Democratica o Solo un Altro Partito?*, «è quello di innescare una rivoluzione democratica, improntata alla partecipazione diretta dei cittadini nella gestione della cosa pubblica, in antitesi con il modello di democrazia rappresentativa». É como se o espaço público deliberativo digital passasse a estar dotado de comissários junto das instituições capazes de acionar institucionalmente as deliberações. Este sistema representaria, assim, o regresso do vínculo de mandato e o fim do mandato não imperativo, anulando aqueles que são os princípios base do próprio sistema representativo.

### 3.5. Democracia digital

O M5S, por um lado, não surgiu promovido pelos *media* e, por outro, não resultou diretamente de movimentos orgânicos. O M5S, de *beppegrillo.it*, é um movimento que nasceu, cresceu e se desenvolveu na Rede, sobretudo a partir do *Blog de Beppe Grillo* e do *Meetup de 2009*, sob a batuta do cómico-político, único proprietário da *marca Movimento5Stelle* («Il nome del Movimento 5 Stelle viene abbinato a un contrassegno registrato a nome di Beppe Grillo, unico titolare dei diritti d'uso dello stesso»), ainda que apoiado pela empresa de Gianroberto Casaleggio, a Casaleggio Associati, que lhe prepara e desenvolve todo o processo organizativo e comunicacional. A seu tempo, já fora muito estranho que um empresário de *media*, através de uma auto-organização política desenvolvida ao longo de cerca de nove meses, acabasse por chegar a Primeiro-Ministro, rompendo com uma antiga tradição de separação funcional entre gestão da economia e gestão política. A sua retórica fora a mesma de Grillo: fora com os *politicianti senza mestiere*, os politiqueros sem profissão! Uma retórica fundada na revolta ética contra a velha classe dirigente devastada pelo furacão de *tangentopoli*, sobretudo democratas cristãos e socialistas, mas fundada também na

exigência de entregar a política a pessoas que tivessem profissão fora da política. O mesmo que agora reivindica, de forma mais radical e alargada, Beppe Grillo. Berlusconi quis tirar a gestão política das mãos dos políticos *sem profissão*, entregando-a a profissionais de sucesso, como ele próprio. Grillo quer entregar a política aos cidadãos, acabando com a representação. O primeiro vivia no mundo dos *media* e, a partir daí, fez o assalto ao Poder, concebendo a política como «continuação do audiovisual por outros meios». Agora, o segundo, que já vive no mundo da rede e que recusa também o *establishment* mediático [no *Código de Comportamento dos Eleitos do Movimento Cinco Estrelas no Parlamento* existe uma cláusula que aconselha os Deputados a evitar os *talk shows* televisivos: «Evitare la partecipazione ai talk show televisivi» (M5S, 2012)], quer acabar de vez com a representação política, transformando a democracia italiana em *democracia digital*. Se o primeiro ainda via a política como assunto de elites, o segundo vê-a como assunto de cidadãos ou, melhor, de internautas. Grillo fala de *cidadania digital* e de acesso universal gratuito à rede. E o seu *spin doctor*, Gianroberto Casaleggio, até publicou um vídeo com as grandes linhas da nova utopia: «Gaia – The Future of Politics» (Casaleggio Associati, 2008).

## Conclusão

Não há dúvida de que o caso italiano confirma o que muitos vêm dizendo há muito tempo. Ou seja, que a política não só já não pode prescindir da rede, como também já não pode prescindir da lógica que a rede induz: a lógica de um *poder diluído* (Jesús Timoteo) que é mais amigo do indivíduo singular do que das grandes organizações, políticas ou mediáticas. Pelo menos, no que diz respeito ao processo de formação do consenso. Este processo já não pode ser abordado com a lógica das grandes organizações, mas sim com a lógica da rede, que é a do indivíduo singular e interativo. Ou seja, a rede não é um mero instrumento – igual aos outros – para chegar ao maior número possível de eleitores. Ela é muito mais. Foi por isso que a partir dela se começou a construir muitas utopias de democracia directa. O M5S está a tentar fazê-lo no seu interior. Só que a coisa está a revelar-se muito complexa, sobretudo após eleições legislativas em que o M5S foi convocado, de forma muito significativa, à gestão de um poder institucional dotado de regras muito bem definidas para o exercício do poder. Se é verdade

76 que no processo de construção do consenso a rede é cada vez mais decisiva, também é verdade que a lógica de *poder diluído* que ela induz é altamente problemática: (a) quando se trata de gerir o poder institucional; (b) com as regras que o próprio exercício decisional no interior das instituições políticas pressupõe; (c) com as teias de compromissos que a decisão política exige; (d) com as malhas constitucionais que delimitam o alcance das decisões; (e) com os corpos sociais organizados em torno dos seus interesses e das suas indiossincrasias; e (f) com a velocidade de decisão necessária e os imprevistos que sempre acompanham o exercício do poder!

A experiência de Grillo está a ser muito útil para se compreender a outra face da Rede, ou seja, a do directo embate com a concreta gestão do poder. Se é claro o papel da rede no processo de acesso ao poder, já não é assim tão clara a conversão deste mesmo processo em termos de gestão ou de exercício do poder institucional. E a grande questão reside numa simples palavra: representação<sup>16</sup>. Conhecendo a longa história da representação política (formulada admiravelmente por Locke, em 1790, no último parágrafo do *Segundo Tratado Sobre o Governo*, §243), as razões do seu aparecimento, não será fácil superá-la, ainda que hoje disponhamos de meios fantásticos de decisão on line, seguros e velocíssimos. E a razão é verdadeiramente prosaica: tem a generalidade dos cidadãos as competências, o saber e a disponibilidade para entrar no complexo e absorvente circuito do processo decisional público? E as lideranças carismáticas poderão constituir a melhor garantia de processamento democrático da decisão pública? O exemplo do M5S, dotado de dois consistentes grupos parlamentares no Parlamento Italiano, será muito importante para compreendermos as verdadeiras vias da nova transição. Mas a verdade é que, a cremos nas sondagens, o M5S não só tem resistido como tem mantido o seu forte *score* eleitoral!

## Bibliografia

- Alandete, D. (2010). "La Red Espía Tus Movimientos". *El País* (08-02), pp. 32-33.
- Ash, T.G. (2010). "La Guerra Fredda Digitale tra USA e Cina". *La Repubblica* (01-02).

---

16. Para uma síntese bibliográfica sobre o *MoVimento5Stelle*, veja-se Biorcio & Natale (2013: 153-154).

- Biorcio, R. & Natale, P. (2013). *Politica a 5 Stelle. Idee, Storia e Strategie del Movimento di Grillo*. Milano: Feltrinelli.
- Bordignon, F. & Ceccarini, L. (2013). *Five Stars and a Cricket. Beppe Grillo Shakes Italian Politics*. Online: <<http://dx.doi.org/10.1080/13608746.2013.775720>> (acesso em 28-04-2013).
- Casaleggio Associati (2008). *Gaia – The Future of Politics*. Online: <<http://www.youtube.com/watch?v=sV8MwBXmewU>> (referência de 28-04-2013).
- Casaleggio, G. & Grillo, B. (2011). *Siamo in Guerra. Per Una Nuova Politica*. Milano: Chiarelettere.
- Castells, M. (2007). "Communication, Power and Counter-power in the Network Society". *International Journal of Communication*, n.º 1, pp. 238-266.
- Castells, M. (ed.) (2011a). *La Sociedad Red: Una Visión Global*. Madrid: Alianza Editorial.
- Castells, M. (2011b). *Comunicación y Poder*. Madrid: Alianza Editorial.
- Cebrián, J.L. (2000). *La Red*. Madrid: Suma de Letras.
- Ceri, P. & Veltri, F. (2017). *Il Movimento nella Rete. Storia e struttura del Movimento 5 Stelle*. Torino: Rosenberg & Sellier.
- Corbetta, P. (2013) "Un Web-Populismo dal Destino Incerto". In: P. Corbetta & E. Gualmini (a cura di), *Il Partito di Grillo*. Bologna: Il Mulino, pp. 197-214.
- Corbetta, P. & Gualmini, E. (a cura di) (2013). *Il Partito di Grillo*. Bologna: Il Mulino.
- Gualmini, E. (2013). "Introduzione. Da Movimento a Partito". In: P. Corbetta & E. Gualmini (a cura di), *Il Partito di Grillo*. Bologna: Il Mulino, pp. 7-28.
- Habermas, J. (1991). "Cittadinanza e Identità Nazionale". *MicroMega*, nº 5/91, pp. 123-146.
- M5S [MoVimento 5 Stelle] (2012). *Codice di Comportamento Eletti MoVimento 5 Stelle in Parlamento*. Online: <<https://www.movimento5stelle.it/listeci-viche/liste/lissone/2012/11/codice-di-comportamento-eletti-movimento-5-stelle-in-parlamento.html>> (referência de 28-04-2013).
- Mosca, L. & Vaccari, C. (2013). "Il Movimento e la Rete". In: P. Corbetta & E. Gualmini (a cura di), *Il Partito di Grillo*. Bologna: Il Mulino, pp. 169-196.
- Negroponte, N. (1995). *Essere Digitali*. Milano: Sperling & Kuffer Editori.
- Passarelli, G.; Tronconi, F. & Tuorto, D. (2013). "Una Rivoluzione Democratica o Solo un Altro Partito?" In: P. Corbetta & E. Gualmini (a cura di), *Il Partito di Grillo*. Bologna: Il Mulino, pp. 123-167.
- Pisani, F. (2010). "Cyber Power: Google se Enfrenta a China". *El País* (02-02), p. 27).

- 78 Qiu, J.L. (2011). "Internet en China: Tecnologías de Libertad en Una Sociedad Estatista". In: M. Castells (ed.), *La Sociedad Red: Una Visión Global*. Madrid: Alianza Editorial, pp. 137-167.
- Rizzo, S. & Stella, G.A. (2007). *La Casta. Così i Politici Italiani Sono Diventati Intoccabili*. Milano: Rizzoli.
- Santos, J.A. (2012). *Media e Poder. O Poder Mediático e a Erosão da Democracia Representativa*. Lisboa: Vega.
- Timoteo, J. (2005). *Gestión del Poder Diluido. La Construcción de la Sociedad Mediática (1989-2004)*. Madrid: Pearson.
- Vignati, R. (2013). "Beppe Grillo: Dalla TV ai Palasport, dai Blog al Movimento". In: P. Corbetta & E. Gualmini (a cura di), *Il Partito di Grillo*. Bologna: Il Mulino, pp. 29-63.

## Bibliografia Suplementar

- Biorcio, R. (curatore) (2015). *Gli Attivisti del Movimento 5 Stelle. Dal Web al Territorio*. Milano: Franco Angeli.
- Di Cori Modigliani, S. (2014). *La Voce dei 5 Stelle. Vinciamo Noi. Chi Siamo e Quale Europa Vogliamo*. Milano: Chiarelettere.
- Fo, D.; Casaleggio, R. Grillo, B. (2013). *Il Grillo Canta Sempre al Tramonto. Dialogo Sull'Italia e il Movimento 5 Stelle*. Milano: Chiarelettere.
- Laudonio, M. Panarari, M. (2014). *Alfabeto Grillo. Dizionario Critico Ragionato del Movimento 5 Stelle*. Milano: Mimesis.
- Oracci, F. & Socci, M. (2014). *Il Grillismo*. Roma: Carocci.
- Ponte di Pino, O. (2014). *Comico & Politico*. Milano: Raffaello Cortina Editore.

# RES' PUB BLI CA

17  
2017

DEMOCRACIA, SISTEMA DE PARTIDOS,  
MOVIMENTOS AUTÁRQUICOS  
NÃO-PARTIDÁRIOS (MANPs):  
PORTUGAL





## Introdução: O Estado da Arte

José Filipe Pinto\*

Na sequência do 25 de Abril de 1974, o Decreto-Lei 595/74 de 7 de novembro permitiu a legalização dos partidos políticos, uma vez que, como consta no articulado, «já revelaram, quando efetivamente dispostos a assumir os encargos e responsabilidades de governo, a sua capacidade de mobilização e intervenção na vida política do País».

Partidos que, de acordo com a lei, teriam de ter um âmbito nacional com a consequente proibição de partidos regionais ou locais. Uma realidade existente em vários países do norte da Europa.

Talvez por isso, na versão inicial da Constituição, o ponto 2 do art.º 246º, relativo à Assembleia de Freguesia, estipulava que podiam «apresentar candidaturas para as eleições dos órgãos das freguesias, além dos partidos políticos, outros grupos de cidadãos eleitores, nos termos estabelecidos por lei».

Assim sendo, apenas o patamar inferior estava acessível a candidaturas não partidárias identificadas obrigatoriamente por um numeral romano e sem direito a subvenção estatal para a campanha. Porém, tais limitações não obstaram à constituição de um número bastante considerável de grupos não-partidários, embora a sua distribuição fosse muito assimétrica, situação que se refletiu a nível dos resultados no ato eleitoral de 12 de dezembro de 1976.

Na verdade, se em quatro distritos os movimentos não-partidários ultrapassaram a centena de eleitos (Braga – 209, Porto – 139, Coimbra

---

\* Professor Catedrático da Universidade Lusófona. Investigador do CICPRIS. Subdiretor da ResPublica.

- 119 e Aveiro - 103), na Madeira e em Évora nenhum grupo não-partidário elegeu qualquer dos 1.232 representantes eleitos por esses grupos.

Nas autárquicas seguintes, em dezembro de 1979, os movimentos não-partidários foram a sexta força, mas o número de eleitos desceu quase para metade (696), embora mantendo a já assinalada assimetria regional. Num polo, o Porto, com 155 eleitos e Braga, com 146. No outro, Évora, Beja e a Madeira sem qualquer representante dos grupos não-partidários. No todo nacional, apenas o Porto e Viseu revelaram algum crescimento, dado que parecia indiciar que a experiência anterior não se tinha revelado muito promissora.

O terceiro ato eleitoral para as autarquias aconteceu em 12 de dezembro de 1982. Os grupos não-partidários, apesar de não terem obtido qualquer representante em Bragança, Évora, Lisboa, Portalegre, Setúbal e na Madeira, recuperaram face aos resultados da eleição anterior. Uma recuperação em que Braga, com 308 eleitos, Castelo Branco, com 136, Porto, com 109, e Viana do Castelo, com 101 eleitos, preencheram o vértice da pirâmide.

Porém, em 15 de dezembro de 1985, os resultados voltaram a descer - 769 mandatos - e só dois distritos ultrapassaram a fasquia da centena de eleitos não-partidários: Braga, com 234 mandatos, mas uma quebra de 74 eleitos, e Castelo Branco com 133. No sul do país, os movimentos não-partidários continuavam a primar pela quase ausência: Évora - 3 eleitos, Setúbal - 1, Portalegre e Beja - 0. Também na Madeira, e pela quarta vez consecutiva, a representatividade não-partidária era desconhecida.

Em 17 de dezembro de 1989, a situação não conheceu grandes alterações apesar de uma pequena subida. Só em três distritos os grupos não-partidários alcançaram pelo menos 100 eleitos: Braga com 335, Porto com 119 e Castelo Branco, precisamente com 100. Quanto a Portalegre, Setúbal, Évora, Beja, Lisboa, Açores e Madeira quase não se via a participação não partidária. Uma quase constante.

Depois, em 12 de dezembro de 1993, voltou a retoma, tendo os grupos não-partidários conseguido eleger 1.234 candidatos, devido aos 123.351 votos, ou seja, 2,29% do total nacional. Quanto à distribuição desses mandatos, a assimetria manteve-se. Por isso, no alto da escala apenas quatro distritos: Braga com 33.106 votos, correspondentes a 399 mandatos, Porto com 20.723 votos e 154 mandatos, Castelo

Branco com 10.648 votos, e 124 mandatos e Guarda com 5.460 votos e 105 representantes. No sopé da pirâmide figuraram Setúbal (5 eleitos), Bragança (4), Évora (2) e Portalegre (0).

A tendência de crescimento manteve-se em 14 de dezembro de 1997, numa altura em que os grupos não-partidários continuavam a concorrer apenas à freguesia. Nessas eleições lograram eleger 1.594 candidatos e receberam 152.055 votos, ou seja, 2,85% do total nacional. Uma subida considerável face ao ato anterior: mais 28.704 votos e mais 360 mandatos.

Quanto à assimetria da distribuição, continuou a ser a regra. A implantação não-partidária voltou a ser forte em cinco distritos: Braga (37.769 votos e 444 mandatos), Viana do Castelo (14.699 votos e 198 mandatos), Porto (26.910 votos e 187 mandatos), Guarda (7.355 votos e 173 mandatos) e Castelo Branco (10.937 votos e 132 mandatos). Na base da pirâmide, alguns dos clientes habituais: Região Autónoma da Madeira com 6 mandatos, Portalegre com 5 e Évora com 3.

A revisão constitucional de 1997 viria a satisfazer um dos desejos dos grupos de cidadãos eleitores, pois a nova lei eleitoral, aprovada pela Lei Orgânica 1/2001 de 14 de agosto, possibilitou que as candidaturas não-partidárias pudessem ser apresentadas também à Câmara Municipal (CM) e à Assembleia Municipal (AM).

No acto eleitoral seguinte, em 2001, os grupos de cidadãos eleitores vincaram a sua presença. Assim, elegeram 31 vereadores para a Câmara Municipal, órgão para o qual tiveram 84.010 votos, ou seja, 1,60%, 93 representantes para a Assembleia Municipal, com 60.919 votos e uma percentagem nacional de 1,16%, e 2.407 eleitos para a Assembleia de Freguesia, devido a 232.861 votos, uma percentagem de 4,44%.

Como se constata, os movimentos não-partidários continuaram a sua escalada no que concerne à freguesia, mas ainda tinham um longo percurso a percorrer para a CM e a AM, até então coutadas dos partidos.

Nas eleições de 2005, a situação alterou-se, uma vez que os grupos de cidadãos eleitores registaram um aumento para a CM e AM e uma descida ao nível da freguesia.

Assim, elegeram 45 representantes para a Câmara Municipal, com 133.146 votos, ou seja, 2,47% do total, e elegeram 7 Presidentes de Câmara, 4 deles por maioria absoluta. Para a Assembleia Municipal

obtiveram 115.999 votos, isto é 2,15%, elegeram 121 representantes e ficaram a dirigir os destinos de 5 AM, uma das quais com maioria absoluta. Relativamente à Assembleia de Freguesia, os 245.740 votos, 4,57% do total, só valeram a eleição de 2.202 representantes, mas garantiram a presidência de 292 Juntas, 260 das quais com maioria absoluta.

De assinalar que os resultados de 2005 só poderão ser cabalmente percebidos se for tida em linha de conta a decisão do então líder do PSD, Marques Mendes, que, numa pretensa cruzada visando a moralização da política, recusou o apoio do partido a candidatos a contas com a justiça. Isaltino Morais e Valentim Loureiro, ao contrário de Isabel Damasceno, viram-se impedidos de encabeçar as listas partidárias.

Nas eleições de 11 de outubro de 2009, a subida dos movimentos não-partidários foi uma realidade nos três órgãos. De facto, os grupos de cidadãos eleitores obtiveram 226.111 votos, ou seja 4,09% e 67 mandatos na Câmara Municipal, 205.317 votos correspondentes a 3,71% e 224 eleitos para a Assembleia Municipal, e 337.613 votos que valeram 6,11% e 2.673 mandatos para a Freguesia.

O ato eleitoral de 29 de setembro de 2013 trouxe três novidades. Por um lado, a lei de limitação de mandatos entrou em vigor e obrigou alguns dinossauros da vida autárquica a deixar a liderança da Câmara a que há muito presidiam. Por outro lado, as leis n.º 22/2012, de 8 de novembro, e n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, tinham aprovado uma reorganização do território das freguesias, ou seja, ia ser constituída uma nova referência. Finalmente, a dança de cadeiras levou a várias cisões no PS e no PSD devido à discrepância entre as opções nacionais, regionais e locais.

Nessas eleições, os grupos de cidadãos eleitores consolidaram a sua implantação no Poder Local. Na realidade, conseguiram 6,89% do total nacional, ou seja, 344.531 votos e 112 eleitos na Câmara Municipal; 6,52% e um total de 325.724 votos e 352 lugares na Assembleia Municipal, e 9,57%, correspondente a 478.273 votos e 2.978 mandatos para a Assembleia de Freguesia, entre os quais 342 Presidentes de Junta.

Face a 2009, os movimentos não-partidários registaram uma subida de 45 eleitos para a CM, 128 para a AM, 317 para a AF e mais 10 presidências de Junta. Além disso, passaram a liderar 13 Câmaras Municipais: Aguiar da Beira, Anadia, Borba, Calheta, Estremoz, Matosinhos,

Oeiras, Portalegre, Porto, Redondo, Santa Cruz, São Vicente e Vila Nova de Cerveira.

Finalmente, nas eleições de 1 de outubro de 2017, os grupos de cidadãos eleitores encarregaram-se de comprovar uma vitalidade crescente, Assim, lograram 130 lugares no executivo municipal por conta dos 351.352 votos correspondentes a 6,79% do todo nacional. Para a AM, elegeram 396 representantes, uma vez que obtiveram 333.559 votos e um peso relativo de 6,45%. Finalmente, para a AF, contaram com 3355 eleitos, devido aos 504.055 votos e uma percentagem de 9,75%.

Além disso, apenas perderam duas das câmaras que lideravam – Matosinhos para o PS e Santa Cruz na Madeira, porque o movimento passou a partido – e ganharam o controlo de 17 Camaras, 12 das quais com maioria absoluta.

Face à profusão de dados elencados, não restam dúvidas que os movimentos não-partidários, ainda que provenientes de dissidências partidárias ou apoiados por partidos, como aconteceu no Porto, representam um competidor que não pode ser ignorado na luta pelo Poder Local.

De facto, os principais partidos do sistema não podem deixar de ter em conta que os grupos de cidadãos eleitores já são a quarta força – ou a terceira atendendo ao número de mandatos – a nível da AF e a quinta, tanto para a Câmara Municipal como para a Assembleia Municipal, mesmo considerando as coligações partidárias.



## Os Movimentos Autárquicos Não-Partidários - Forças de Mudança? Os Casos de Estremoz e Alandroal\*

Fernanda Neutel\*\*

José António Carochinho\*\*\*

### *Resumo*

A participação ativa e empenhada dos cidadãos nas estruturas políticas nacionais e locais constitui um fenómeno europeu e global. Poderá ter origem na insatisfação com os partidos tradicionais, mas configura-se como fonte de regeneração do sistema. Em Portugal, o aparecimento de Movimentos Autárquicos Não-Partidários ocorre desde 2001 e tem vindo a aumentar. Estremoz e Alandroal representam exemplos onde estas formas organizadas detiveram ou detêm o poder. São movimentos dissidentes de partidos políticos, mas apoiados por cidadãos e refletindo as suas aspirações. Constituem formas de sucesso diferente. Em Estremoz, o movimento tem ganhado eleições sucessivamente, no Alandroal, a existência de duas forças, disputando terreno político semelhante, limitou o sucesso. Na generalidade, os movimentos políticos de cidadãos traduzem e apelam à regeneração da democracia e do sistema partidário tradicional.

*Palavras-chave:* movimentos políticos não-partidários, cidadãos, dissidentes, eleições, democracia, sistema de partidos

---

\* Documento enquadrado na conclusão da 1ª fase do projeto de investigação «Política na sociedade digital e em rede». Fonte de análise específica: entrevistas aos líderes dos movimentos não-partidários.

\*\* Professora Associada da ULHT. Investigadora do CICPRIS.

\*\*\* Investigador integrado do CICPRIS.

*Abstract*

The committed and active participation of citizens in national and local political structures is a European and global phenomenon. It might be a consequence of disappointment towards traditional parties, but it might also configure sources of regeneration. In Portugal, the emergence of Non-Partisan Local Movements occurs since 2001 and tends to increase. Estremoz and Alandroal are examples where these organized structures hold the power. These movements are dissident from the local traditional political parties, supported by citizens and mirroring their aspirations and needs. They represent citizen's success in different levels. In Estremoz, the movement has always been successful when elections take place; in Alandroal, the existence of two political movements, struggling within the same ideological party family, meant less success for both. Citizens' political movements appeal to regeneration of both the traditional party system and democracy.

*Keywords:* non-partisan political movements, parties, dissident, citizens, elections, democracy, party system



## Introdução

O aparecimento de movimentos autárquicos não-partidários em Portugal enquadra-se na dinâmica das sociedades atuais, no seu grau de evolução política, capacidade organizativa e manifestações sociais. Reflete, até certo ponto, a incapacidade que os partidos políticos tradicionais revelam em perceber as preferências dos cidadãos e em representá-los. Mas pode indicar também a dinâmica de conflito interno dos partidos políticos tradicionais e a capacidade de tomada de posição e de organização das suas elites. E, em muitos casos, assim é.

A emergência deste fenómeno político insere-se num movimento de representação política mais vasto – movimentos de cidadãos organizados – com repercussões a nível transnacional e global. Encontra eco principalmente na Europa, mas também nos Estados Unidos, interrelacionando-se em espirais de cariz transnacional e com efeitos multiplicadores.

E se, por um lado, pode significar uma ameaça ao sistema, porque põe em causa o sistema de partidos tradicional, por outro, pode também representar um momento de absorção e renovação. Pode indicar rejuvenescimento, sugerindo reconfigurações diversificadas e atuando positivamente sobre o sistema. Pode indiciar iniciação, metamorfose e renovação. E é, sem dúvida, uma oportunidade para a modernização do sistema que necessita dos mesmos para se autorrecriar.

Em Portugal, a emergência de candidaturas independentes às câmaras municipais remonta a 2001, depois da revisão constitucional de 1997 (art.º 239º da Constituição) que as legitimou. Nesse ano, foram apresentadas as primeiras listas que conseguiram conquistar três presidências de Câmara. A tendência continuou e, em 2005, o número aumentou para sete. Em 2009, manteve-se e, em 2013, subiu para treze. 2017 conheceu o apogeu com a eleição de dezassete presidentes da Câmara, uma ascensão significativa que parece ser de continuidade, apelando a sinergias que clamam por se tornar nacionais.

Neste ensaio, vamos focar a problemática dos movimentos políticos de cidadãos nas suas variantes locais. Analisamos a emergência e atividade dos *movimentos autárquicos não-partidários* nos municípios de Estremoz e Alandroal no período de 2013-2017, onde três movimentos de origem diversificada, mas contornos semelhantes, lutaram pelo poder e tiveram um grau de participação significativo.

Argumentamos que estes movimentos a nível local refletem a dinâmica das sociedades europeias na atualidade, onde os cidadãos tendem a aumentar níveis de participação e até a exigir o incremento dos seus poderes. Remetem para a subsidiariedade e para fenómenos de governação mais participada. Apelam a uma cidadania ativa, mas questionam também a manutenção do sistema de partidos tradicional.

## 1. Declínio ou Renovação da Representação Política? Contributos Para a Compreensão da Problemática

O tema do declínio dos partidos políticos tem sido estudado por muitos autores. Richard Katz e Peter Mair (1995, 2009) consideram, por exemplo, «que os partidos não são capazes de desempenhar as funções de legitimação e de participação porque se afastaram cada vez mais da sociedade civil» (Lisi, 2015: 94). Num estudo realizado pelo Barómetro da Qualidade da Democracia, em 2011, concluíam-se que «os partidos aparecem não apenas como as instituições em que os cidadãos menos confiam, mas também são considerados os atores que limitam as formas de participação e tornam mais difícil a expressão das preferências dos eleitores» (Lisi, 2015: 99). Ou seja, são elementos obstrutivos.

Não é, assim, de estranhar que tenham aparecido por toda a Europa, e em Portugal a nível local, nos últimos anos, movimentos políticos que tentam capturar espaços de insatisfação e desconfiança, procurando tornar-se veículos atuantes e destruidores de barreiras. Acima de tudo, tentam substituir os partidos políticos. O movimento mais surpreendente dos últimos anos surgiu em França. Chama-se *En Marche* e protagonizou a conquista do poder presidencial por Emmanuel Macron nas eleições de 7 de maio de 2017. E este movimento ameaça tornar-se europeu.

Movimentos políticos surgem, de acordo com Gianfranco Pasquino (1998: 786), quando existem «tensões na sociedade, (...) a necessidade de mudança, a necessidade de passagem de um estádio a outro (...) através de transformações (...) induzidas pelos comportamentos coletivos». *Movimento* distingue-se especificamente de *partido* e indica a não institucionalização de uma ideia, de um grupo, de uma atividade. Quanto a *político*, refere-se aos objetivos do movimento, à sua atuação

na área das decisões coletivas, ao seu empenho em questionar os detentores do poder e em influir nos processos decisórios.

Na generalidade, a expressão *movimento* aponta para o distanciamento das práticas políticas dos partidos. Contudo, e citando Pasquino (1998: 786-787), «as reivindicações, as exigências, as instâncias e a própria representação dos interesses dão-se no âmbito político e, mais especificamente, dentro da esfera da atividade partidária». Ou seja, estes movimentos, que reproduzem, de facto, uma necessidade de mudança e modernização exigida pelas dinâmicas sócio-políticas, irão funcionar e organizar-se como se fossem estruturas políticas, tendendo a copiar ou refletir práticas partidárias tradicionais no que concerne à organização, criação de hierarquias e regras do jogo. Ou seja, tenderão a transformar-se em partidos políticos, redimensionando objetivos e práticas.

No entanto, e apesar da tendência ser a captura e reconfiguração da organização partidária tradicional, não devemos inferir que o seu aparecimento não constitua um impulso fundamental. Bem pelo contrário. Estes veículos de representação tornam-se extremamente importantes porque mostram capacidade de mudança, constituindo, no dizer de Pasquino (1998: 787), «a seiva (...) que transforma os sistemas políticos contemporâneos».

## 2. A Evolução do Poder Autárquico em Estremoz e no Alandroal: Das divergências Partidárias à Cidadania Ativa

Estremoz e Alandroal conheceram o aparecimento de movimentos políticos não-partidários, que ocorreu principalmente por divergências partidárias, mas que encontrou eco nas populações, apelou aos seus interesses diretos e à sua capacidade de mobilização.

Os municípios de Estremoz e Alandroal têm em comum a sua pequena dimensão, a sua pobreza, a sua população diminuta e o facto de terem sido dominados pelo Partido Comunista durante 24 e 28 anos, respetivamente. Mas também o facto de em ambos os municípios ter ocorrido, em 2009, um fenómeno semelhante: o aparecimento de movimentos autárquicos não-partidários – em Estremoz, o Movimento Independente por Estremoz (MIETZ); no Alandroal, o Movimento de Unidade e Desenvolvimento do Alandroal (MUDA). Mas o Alandroal

92

conhecerá um desenvolvimento diferente, com a chegada, em 2012, de um outro movimento, denominado Defesa da Integridade e Desenvolvimento do Alandroal (DITA). Para além desta diferença, a evolução do percurso destes movimentos também será diferente. Em Estremoz, o MIETZ vai consolidar e aprofundar o seu poder; no Alandroal, tal não acontecerá.

Estremoz é um município com cerca de 513,80 km<sup>2</sup>, com cerca de 14.318 habitantes e com muito desemprego<sup>1</sup>. Na perspetiva do poder autárquico, a coligação Frente Eleitoral Povo Unido/Aliança Povo Unido/Coligação Democrática Unitária (FEPU/APU/CDU) foi a força dominante de 1976 a 1985 e de 1993 a 2005, isto é, durante 24 anos. O Partido Socialista governou de 1985 a 1993 e de 2005 a 2009, ou seja, 12 anos (figura 1).

Eleições autárquicas: Estremoz

Partido	%	M	%	M	%	M	%	M	%	M	%	M	%	M	%	M	%	M	%	M	%	M	
	1976	1979	1982	1985	1989	1993	1997	2001	2005	2009	2013												
FEPU/APU/CDU	38,9	48,9	45,4	45,9	27,6	34,9	42,9	38,3	33,2	10,4	8,5												
CDS-PP	31,3					4,1	1,8	2,8	2,3	1,8	1,3												
PS	25,2	9,6	17,8	49,7	39,3	23,6	21,0	26,6	34,1	32,1	28,2												
AD		38,0	32,2																				
PPD/PSD					28,9	33,3	26,6	2	25,4	19,5	11,0	5,1											
IND										5,2	40,0	51,4											

Figura 1- Resultado das eleições autárquicas em Estremoz de 1976 até 2013<sup>2</sup>

O Movimento Independente por Estremoz (MIETZ) ganhará as eleições em 2009, com 40% dos votos, e voltará a ganhar em 2013, aumentando, no entanto, a expressão da sua vitória para 51,4%. Está, portanto, no poder há 8 anos e propôs-se concorrer às eleições em 2017.

1. É um município muito antigo. Tem vestígios romanos e islâmicos. O foral foi-lhe atribuído em 1258, por D. Afonso II. Tem nove freguesias: Ameixial (Santa Vitória e São Bento), Arcos, Estremoz (Santa Maria e Santo André), Évora Monte, Glória, São Bento do Cortiço e Santo Estêvão, São Domingos e Ana Loura, São Lourenço de Mamporcão e São Bento de Ana Loura e Veiros. É uma região essencialmente agrícola e de extração de mármore. A produção de vinho começa a ser muito importante. A indústria e os serviços ocupam uma parte da população. O artesanato e o turismo também.

2. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Estremoz> (consultado no dia 20/10/2017)

O Alandroal fica também situado no Distrito de Évora, no Alentejo Central, e não muito distante de Estremoz<sup>3</sup>. É sede de um município com cerca de 542,68 km<sup>2</sup> de área e uma população de 5.843 habitantes. O desemprego é também muito significativo. Na perspetiva do poder autárquico, a coligação da esquerda FEPU/APU/CDU esteve 28 anos no poder (de 1976 a 2001) e voltou a ganhar em 2013. Completará, em 2017, 32 anos a liderar o poder autárquico local. O Partido Socialista esteve no poder de 2001 a 2009, ou seja, 8 anos (figura 2).

#### Eleições autárquicas: Alandroal

Partido	%	M	%	M	%	M	%	M	%	M	%	M	%	M	%	M	%	M	%	M		
	1976	1979	1982	1985	1989	1993	1997	2001	2005	2009	2013											
FEPU/APU/CDU	55,9	3	64,4	4	64,7	4	67,0	4	46,1	3	55,7	3	49,2	3	41,6	2	35,0	2	16,4	1	54,4	3
PS	33,5	2	13,7		15,4		8,6		28,3	1	21,5	1	34,6	2	47,8	3	54,2	3	39,4	2	17,5	1
PPD/PSD	5,4		19,3	1			15,8	1	22,8	1	17,0	1	12,7		6,8		8,2		2,8		3,7	
AD					15,6	1																
IND																			39,6	2	21,0	1

Fig. 2: eleições autárquicas no Alandroal de 1976 a 2013

Em 2009 surgiu neste município o Movimento de Unidade e Desenvolvimento do Alandroal (MUDA), que ganhará por uma margem muito pequena (0,2%) em relação ao PS (39,6% para 39,4% do PS). Tentará concorrer em 2013, mas será impedido pelo Tribunal Constitucional por erros processuais. Nestas eleições surgirá também o movimento Defesa da Integridade e Desenvolvimento do Alandroal (DITA), obtendo apenas 21% dos votos.

O poder político autárquico no Alandroal voltará assim, em 2013, para as mãos da coligação FEPU/APU/CDU, que ganhará com 54,4%. Foi a força dominante até outubro de 2017, altura em que o Partido Socialista voltou ao poder.

3. Confina com os municípios de Vila Viçosa, Elvas, Mourão, Reguengos de Monsaraz, Redondo e com Espanha. Possui quatro juntas de freguesia: União das Freguesias do Alandroal (Alandroal, São Brás dos Matos e Juromenha), Capelins, Santiago Maior e Terena. A sua fundação data de 1298, por D. Lourenço Afonso, Mestre de Avis, tendo recebido foral em 1486. Está a tentar voltar-se para o turismo, tendo investido cerca de 20 milhões de euros em infraestruturas, em que o aproveitamento do Alqueva representa o aspeto fundamental. A criação de gado suíno, que também exporta para Espanha, constitui um alicerce económico. Artesanato é também uma das ocupações. Os serviços ocupam uma boa parte da população.



### 3. MIETZ: Um Movimento de Sucesso em Estremoz

*Os partidos obedecem a ordens partidárias,  
os movimentos, aos cidadãos*  
Francisco Cruz, Vice-presidente da Câmara de Estremoz<sup>4</sup>

A evolução do poder autárquico em Estremoz apresenta algumas singularidades, mas está certamente centrado na pessoa de Luís Filipe Mourinha desde 1994, altura em que se tornou Presidente da Câmara pela coligação da CDU como independente.

Como já foi dito, a coligação de esquerda da CDU liderou a Câmara até 1985, data em que o PS ganha as eleições, facto que voltará a ocorrer em 1989. Mas, em 1993, a coligação FEPU/APU/CDU retomarão a presidência da Câmara e, em junho de 1994, Luís Mourinha, que era vereador em regime de não-permanência desde 1990, assume a liderança da Câmara, depois do Presidente ter morrido e do número dois da lista ter desistido. Conservou este cargo durante três mandatos (de 1994 a 2005). Nas eleições de 1997 obteve 42,9% e 38,3% nas eleições de 2001. Em 2005 não concorre e afasta-se do Partido Comunista. O Partido Socialista ganhará as eleições com uma pequena margem de diferença relativamente à coligação da CDU (34% para 33%, ou seja, 73 votos de diferença). Mas, em 2009, Luís Filipe Mourinha cria o Movimento Independente por Estremoz (MIETZ), concorrendo às eleições e ganhando com 40%. Em 2013, concorrerá novamente, obtendo 51,4% dos votos.

4. As informações que constam neste ponto foram dadas pelo líder do movimento em entrevista realizada no dia 2 de fevereiro de 2017.

Luís Mourinha está, de facto, na origem da fundação do MIETZ, em 2009. De acordo com as entrevistas presenciais realizadas expressamente para este projeto no dia 2 de fevereiro de 2017 ao vice-presidente, Dr. Francisco Ramos, as motivações que levaram à constituição do movimento foram a insatisfação face aos partidos, a vontade de fazer algo pela *terra* e o desencanto com o *carreirismo* político.

A liderança deste movimento está centrada num ator político específico: Luís Filipe Mourinha (na altura da formação do movimento com 54 anos, com o 9º ano, comerciante, ex-Presidente da Junta e ex-Presidente da Câmara em dois mandatos). Os outros membros do movimento são, também todos eles, pessoas ligadas ao poder político local e com atividade política anterior. Mas nenhum tinha experiência de movimentos políticos não-partidários. Na constituição de listas, o movimento apostou na competência, honestidade e disponibilidade dos candidatos. Mas escolheu-os com uma única preocupação: o prestígio social; não em função das habilitações ou do percurso profissional.

Num espaço territorial e político sem tradição de movimentos não-partidários, receberam apoios dos municípios e têm uma sede de campanha alugada. Outros apoios financeiros foram, e são, resultantes dos atos eleitorais em que saíram vitoriosos. O movimento é legalmente uma associação – Associação Cívica Movimento Independente por Estremoz (MIETZ) – com uma estrutura orgânica institucionalizada, de acordo com os preceitos legais.

Nas campanhas usaram estratégias de comunicação tradicionais para a implementação do movimento: ou seja, contactos informais com as populações, panfletos, colóquios, almoços ou jantares de convívio. Têm um *site* próprio e usam as redes sociais, o Facebook e o Twitter, bem como as rádios locais. As modalidades de campanha adotadas são também as tradicionais: sessões de esclarecimento, panfletos e entrevistas nos *media* locais, *outdoors*, cartazes, canetas, fazendo uso de textos informativos consistentes e avisos curtos nas campanhas.

O movimento propunha recandidatar-se em 2017, com as seguintes bandeiras: área social, desenvolvimento local e ambiente. No que diz respeito à constituição das listas, daria prioridade à continuidade. Considera que não tem promessas por cumprir, com exceção da estação de tratamento de águas e dos projetos que careciam de fundos comunitários. Tem uma ideia muito positiva sobre governação a nível local e considera essencial a autonomia administrativa e financeira. Acredita

96

também que um bom candidato deve possuir honestidade, humildade, visão prospetiva, conhecimento profundo do município e visão abrangente de vários assuntos.

Sobre os movimentos não-partidários, o representante que entrevistámos, Francisco Ramos, afirma que as candidaturas independentes constituem «um fenómeno natural da evolução das sociedades. Os partidos obedecem a ordens partidárias, os movimentos, aos cidadãos»<sup>5</sup>.

Nas eleições de outubro de 2017, o MIETZ voltará, de facto, a concorrer, ganhando-as. Embora com uma expressão de votos menos significativa (48,25%) e perdendo um vereador, continua a ser a força dominante no município.

#### 4. MUDA e DITA: Dois Movimentos em Rota de Colisão no Alandroal

*As dificuldades criadas pelos políticos aos movimentos independentes dificultam o aumento destes movimentos*  
João Grilo (MUDA)<sup>6</sup>

*As partidos fecham-se cada vez mais sobre si e estão a dificultar estes movimentos e os que se reveem nestes grupos*  
João Nabais (DITA)<sup>7</sup>

O fenómeno dos movimentos não-partidários no Alandroal apresenta características diferentes do de Estremoz. Desde logo porque comporta não um, mas dois movimentos, surgidos, um, em 2009, e o outro, em 2013. Por outro lado, não refletem a dinâmica de sucesso que o MIETZ tem experimentado em Estremoz; bem pelo contrário. Os dois movimentos, o Movimento Unidade e Desenvolvimento do Alandroal (MUDA) e o Defesa da Integridade Territorial e Desenvolvimento do Alandroal (DITA), concorrendo na mesma faixa política, assinarão a sua própria derrota nas eleições de 2013.

---

5. As informações que constam neste ponto foram dadas pelo líder do movimento em entrevista realizada no dia 2 de fevereiro de 2017.

6. As informações que constam neste ponto foram dadas pelo líder do movimento em entrevista realizada no dia 9 de fevereiro de 2017.

7. Idem.



O MUDA, liderado por João Grilo, então membro do PS, surgiu em 2009 quando este, então Vice-presidente da Câmara, entrou em rota de colisão com o Presidente João Nabais, também do Partido Socialista. João Grilo ganhará as eleições com uma pequena margem em relação ao PS (39,6% contra 39,4% do PS) nesse ano, sendo expulso do Partido Socialista juntamente com cinco militantes que apoiavam o MUDA.

João Grilo estará no poder 4 anos. Voltaria a candidatar-se pelo MUDA em 2013. Mas, devido a queixa apresentada por João Nabais, o Tribunal Constitucional inviabilizaria a recandidatura do Movimento, alegando que esta não obedecia aos critérios legais, nomeadamente porque não provava que os proponentes aceitavam os candidatos, conforme preceitos legais.

João Nabais, entretanto, vai também sair do PS, onde militou durante 27 anos, e funda, em 2012, o movimento Defesa da Integridade Territorial e Desenvolvimento do Alandroal (DITA), que concorreria às eleições, em 2013, obtendo apenas 21%. E a coligação FEPU/APU/CDU voltou ao poder, recolhendo 54,4% dos votos. João Nabais seria levado a Tribunal em dezembro de 2013 por crimes cometidos durante o seu mandato.

O movimento MUDA existe, portanto, desde 2009. De acordo com as entrevistas levadas a cabo no dia 9 de fevereiro de 2017, foi fundado por um grupo de quatro ou cinco pessoas desencantadas com o nepotismo da classe política e querendo fazer algo pela *terra*. Este grupo foi liderado por João Grilo, muito conhecido na localidade, professor, com um Mestrado, e ex-vice-presidente da Câmara pelo partido Socialista.

Os elementos que compuseram o movimento na sua origem tinham estado também ligados à dinâmica partidária a nível local e já tinham concorrido a outras eleições, por outros partidos. Tinham experiência política. Na preparação das campanhas, os responsáveis do movimento tiveram preocupações com a escolha das pessoas, nomeadamente no que concerne ao prestígio social. Estiveram menos preocupados com habilitações ou percurso profissional.

O MUDA transformou-se em associação cívica legal em 2015. Tem uma sede alugada. Foi apoiado pelos munícipes e recebeu donativos. Para a divulgação do movimento, os seus membros recorreram aos meios tradicionais de comunicação política: comunicados, colóquios, reuniões por bairro, um *blog*, um *site* e o Facebook, assim como às rádios locais. Durante as campanhas usaram as tradicionais formas de

comunicação política: *outdoors*, cartazes, canetas, camisolas, isqueiros. Fizeram comícios, sessões de esclarecimento, arruadas, panfletos, entrevistas nos media locais, festas, etc., com preocupações a nível da mensagem.

Durante o mandato de 2009, em que o MUDA esteve no poder, foram efetuadas muitas obras (as pendentes do mandato anterior), nomeadamente a recuperação de águas e saneamento, candidaturas aos programas comunitários, investimento no novo quartel da Guarda Nacional Republicana, investimentos no parque escolar e intervenção no castelo, mas muita coisa ficou também por cumprir, designadamente o pavilhão gimnodesportivo, a biblioteca, a melhoria das vias de comunicação e um projeto de cooperação com Olivença. O programa para a candidatura de 2017 terá uma bandeira fundamental: a criação de emprego.

Relativamente aos movimentos não-partidários, João Grilo considera que «as dificuldades criadas pelos políticos aos movimentos independentes dificultam o aumento destes movimentos, fazendo com que estes voltem aos partidos». Mas considera que estes movimentos enriquecem a democracia. No entanto, nem tudo o que é independente é genuíno e pode criar ruturas.

O movimento Defesa da Integridade Territorial e Desenvolvimento do Alandroal (DITA) foi fundado em 2012 por João Nabais, 12º ano, Presidente da Câmara do Alandroal durante dois mandatos, sócio-gerente de um café e de uma agência de viagens e ex-membro do Partido Socialista, codjuvado por um conjunto restrito de cidadãos, motivados pela insatisfação, pelo desencanto e por querer fazer algo pela *terra*.

Os seus membros têm, na generalidade, experiência política. Todos já tinham concorrido em eleições anteriores. As listas para as eleições foram elaboradas e decididas em plenário, depois de ouvidas as populações nas diferentes freguesias. Houve preocupações de género e o prestígio social foi a principal preocupação. Tal como nos outros movimentos, as habilitações e o percurso profissional não se revelaram importantes. Em entrevista realizada no dia 9 de fevereiro de 2017, João Nabais reconhece que a experiência dos municípios vizinhos o influenciou.

O movimento tem uma sede e recorre a salas ocasionais para reuniões nas freguesias. Recorre também a encontros com os eleitores durante a campanha. Legalmente, é uma associação com comissão executiva e com estruturas organizadas nas diferentes freguesias. Teve

apoios de munícipes voluntários e recebeu fundos decorrentes do anterior ato eleitoral.

A campanha para as autárquicas de 2013 usou as modalidades tradicionais de divulgação política: tinha porta-voz oficial, recorreu à imprensa local, usou panfletos, fez comícios, organizou colóquios e reuniões, teve jornais de campanha, organizou sessões de esclarecimento, arruadas, entrevistas nos órgãos locais, concertos com artistas, utilizou *outdoors*, faixas, canetas, camisolas. Mas também recorreu à TIC, com um *site* próprio, redes sociais e o Facebook.

O movimento voltará a candidatar-se com duas bandeiras de campanha: emprego e habitação, mas as listas vão ser alteradas. Quanto aos movimentos não-partidários, João Nabais afirma que «os partidos fecham-se cada vez mais sobre si e estão a dificultar estes movimentos e os que se revêm nestes grupos»<sup>8</sup>.

Nas eleições de outubro de 2017, o MUDA não concorreria. João Gri-lo apoiaria o Partido Socialista e ganhou as eleições, obtendo 34,85% dos votos. O DITA manteve-se e concorreu às eleições, ficando em 3º lugar (27,84%) e elegendo, como anteriormente, um vereador.

## 5. Os Movimentos Políticos Não-Partidários Como Força Propulsora de Mudança

Do exposto, é possível tirar as seguintes ilações. Todos os movimentos estão centrados em personalidades com prestígio político alcançado em cargos desempenhados anteriormente e coadjuvados por elementos com experiência política. Ou seja, são movimentos que vivem em torno da popularidade de líderes do poder político local, ligados a partidos políticos que detiveram o poder.

Os movimentos apostaram nas formas tradicionais de metodologia de campanha política e de comunicação política. Apoiaram-se em programas pragmáticos relacionados com as necessidades das populações locais. Ou seja, capturaram a dinâmica dos partidos políticos tradicionais e apostaram em programas pragmáticos relacionados com a sua experiência e conhecimento da prática local, assentando as suas reivindicações em projetos que procuram responder às preferências dos seus eleitores, ou seja, «assumindo um papel crucial para assegurar

---

8. Ibidem.

uma maior integração e coesão sociais, lutando contra a exclusão dos cidadãos» (Lisi, 2015).

Os seus líderes avaliam os movimentos como algo fundamental para a vivência em democracia, mas também referem a influência e o boicote dos partidos tradicionais. Ou seja, estão conscientes da dinâmica democrática que estão a incutir, mas percebem também as suas limitações e obstáculos.

Mas, para além das conclusões acima expostas, existem muitos outros aspetos que deveriam ser relevados porque, independentemente dos desentendimentos pessoais e partidários que estiveram na origem da formação destes movimentos, o seu aparecimento é deveras significativo. Em municípios do interior de Portugal, com carências a vários níveis, habituados à subjugação política, antes e depois do 25 de Abril, torna-se muito interessante o dinamismo experimentado, o entusiasmo demonstrado e a capacidade de concretização provada.

Esse gérmen retoma a nossa tese inicial. Aponta para a força e o dinamismo da democracia e pode constituir um motor de transformação. Mas, para além disso, este impulso renovador lembra-nos movimentos mais latos que estão a surgir por toda a Europa. Poderíamos falar, como já o fizemos, do *En Marche* de Emmanuel Macron, lançado no dia 6 de abril de 2016 na cidade francesa de Amiens, com a vontade de «refundar a partir de baixo» e uma certeza de que «este movimento será o que fizermos dele. Só depende do compromisso de cada um» (*En Marche*, s.d.). Mas existem outros, muitos outros, inclusivamente de movimentos políticos transnacionais europeus com projetos diversificados que apelam à cidadania ativa.

No início, referi que os partidos tradicionais poderiam ser as instituições em que os cidadãos menos confiam. E, de facto, na opinião de alguns, têm contribuído para a «marginalização da sociedade civil», retirando «espaço de participação» (Lisi, 2015: 110), passando sobretudo a representar os interesses do Estado com a conseqüente «despolitização da esfera pública» (Lisi, 2015: 111).

Mas esta situação terá que mudar. Numa sociedade onde as desigualdades sociais se agravam e onde os problemas se adensam principalmente para os mais jovens, torna-se cada vez mais urgente recuperar o espaço da participação como meio de resposta à insatisfação reinante. De facto, a insatisfação social, ligada à falta de transparência nos processos de decisão, aos interesses obscuros correntes e à

escassez de canais veiculares, aponta e explica a gradual emergência de espaços de participação alternativos protagonizados pela emergência de populismos de extrema-direita e de extrema-esquerda. E os partidos do centro – os de governo – não têm, até agora, sabido encontrar a mensagem adequada. Daí a importância da cidadania política ativa.

Porém, como referem Gijsenbergh *et al.* (2012), «a própria história da democracia é feita de crises e de tentativas de experimentação, estas mais ou menos bem-sucedidas» (Lisi, 2015: 113). A crise económica e política experimentada pelas sociedades europeias nos últimos anos, atacando também os alicerces profundos do projeto de construção europeia, pode desencadear um impulso renovador.

O aparecimento dos movimentos autárquicos no Alentejo interior é um exemplo muito específico das dinâmicas sociais hodiernas, apontando, neste caso, apenas para realidades políticas concretas e locais, mas com contornos mais vastos e referentes muito abrangentes. Sugere, sem dúvida, possibilidades de regeneração do sistema e configura formas de cidadania ativa importantes e atuais. E pode significar também uma *seiva* iniciática de mudança nas estruturas de participação e construção social em Portugal.

## Bibliografia

- Almeida, M.A. (2016). *Grupos de Cidadãos nas Autarquias Portuguesas: Contributo Para a Prática da Cidadania e Para a Qualidade da Democracia?* Lisboa: e-book.
- En Marche (s.d.). *Le Mouvement*. Online: <<https://en-marche.fr/le-mouvement>> (referência de 20-04-2017).
- Freire, A. (org.) (2015). *O Futuro da Representação Política Democrática*. Lisboa: Nova Vega.
- Gijsenbergh, J.; Hollander, S.; Houwen, T. & De Jong, W. (eds.) (2012). *Creative Crises of Democracy*. Brussels: Peter Lang.
- Katz, R.S. & Mair, P. (1995). "Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party". *Party Politics*, vol. 1, nº 1, pp. 5-28.
- Katz, R.S. & Mair, P. (2009). "The Cartel Party Thesis: A Restatement". *Perspectives on Politics*, vol. 7, nº 4, pp. 753-766.
- Lisi, M. (2015). "O Futuro dos Partidos na Representação Política". In: A. Freire (org.), *O Futuro da Representação Política Democrática*. Lisboa: Nova Vega, pp. 93-117.

- 102 Pasquino, G. (1998). "Movimento Político". In: N. Bobbio, N. Matteucci & G. Pasquino (eds.), *Dicionário de Política*. 11ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 786-787.
- Parisi, A. & Pasquino, G. (1979). "Changes in Italian Electoral Behaviour: the Relationship Between Parties and Voters". *West European Politics*, vol. 2, nº 3, pp. 6-30.
- Pinto, J.F. (2015). *O Poder em Portugal. Partidos e Cidadãos: Espaço Para Dois?* Lisboa: Almedina.
- Schmitter, P.C. (2015). "Crisis and Transition, But not Decline". *Journal of Democracy*, vol. 26, nº 1, pp. 32-44.
- Wikipédia (s.d.a). *Alandroal*. Online: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Alandroal>> (referência de 20-04-2017).
- Wikipédia (s.d.b). *Estremoz*. Online: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Estremoz>> (referência de 20-04-2017).

## Entrevistas

- Francisco Ramos, Vice-Presidente da Câmara de Estremoz e representante do Movimento Independente por Estremoz (MIETZ)
- João Grilo, ex-Presidente da Câmara do Alandroal e representante do Movimento Unidade e Desenvolvimento do Alandroal (MUDA)
- João Nabais, ex-Presidente da Câmara do Alandroal e representante do movimento Defesa da Integridade Territorial e Desenvolvimento do Alandroal (DITA)

## Movimentos Autárquicos Não-Partidários: O Caso da Guarda e o Movimento *A Guarda Primeiro*

João de Almeida Santos\*  
Fernanda Pereira\*\*

### *Resumo*

Este estudo visa conhecer as circunstâncias em que foi criado o movimento *A Guarda Primeiro* para as eleições autárquicas de 2013, o seu impacto na geografia política do concelho e as suas consequências no interior do sistema de partidos e do sistema de poder municipal. Insere-se num estudo mais vasto sobre quinze movimentos autárquicos não-partidários (MANPs) que tem como objetivo central fazer o diagnóstico do estado de saúde do sistema de partidos em Portugal, precisamente a partir do observatório privilegiado dos MANPs.

*Palavras-chave:* movimentos autárquicos não-partidários, sistema de partidos, sondagens, eleições autárquicas

---

\* Professor Catedrático, Diretor da Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração e do Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais da ULHT. Diretor de ResPublica, é também Coordenador do Centro de Investigação em Ciência Política, Relações Internacionais e Segurança (CICPRIS).

\*\* Investigadora do CICPRIS.

104 *Abstract*

This study aims at understanding how the movement *A Guarda Primeiro* has emerged for the 2013 local elections, the impact in the local scenario, its consequences within the party system and in the local power system. It is part of a wider study encompassing fifteen non-partisan local movements specifically aiming at understanding the portuguese party system and taking the non-partisan local movements as a privileged observatory.

*Keywords:* local non-partisan movements, party system, polls, local elections



## 1. Breve História do Movimento

1.1. A história do nascimento deste movimento *A Guarda Primeiro* (GP) conta-se em poucas palavras. Em primeiro lugar, nasce remotamente da forma como o PS preparou as eleições autárquicas de 2013, designadamente a escolha do candidato a Presidente da Câmara, estando há muito decidido que os então Presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal não se candidatariam a um terceiro mandato. Como em todos os processos políticos desta natureza, houve contactos bilaterais com vista a encontrar uma solução consensual que evitasse o recurso às primárias, previstas estatutariamente. E as hipóteses centravam-se sobretudo em três candidatos: Virgílio Bento, Vice-presidente da Câmara nos últimos dois mandatos, José Igreja, antigo presidente da Assembleia Municipal (até 2005) e, hipótese mais remota, Vítor Santos, um recente membro do PS que foi vereador nos dois últimos mandatos. Não tendo havido acordo, o PS foi para primárias, já sem o terceiro candidato em competição.

1.2. As primárias do PS, no período em que o Secretário-Geral era António José Seguro, exigiam que os candidatos, para poder formalizar a candidatura, obtivessem a assinatura de um terço dos membros da Comissão Política Concelhia, de dez por cento dos militantes e de dez por cento dos membros das listas do PS eleitos nos órgãos autárquicos. Tratava-se de primárias fechadas e com critérios de acesso à candidatura muito exigentes do ponto de vista da inserção orgânica dos potenciais candidatos. Um sistema tão exigente que, de algum modo, contrariava o próprio espírito das primárias, já que as candidaturas tinham de ter uma forte implantação no partido e na própria autarquia, ou seja, estavam muito condicionadas pelo aparelho dirigente do partido e pelo próprio poder autárquico do partido. Sendo certo que a candidatura de José Igreja ao cargo há muito fora definida, com o apoio do anterior Presidente da Câmara, Joaquim Valente, que, inesperadamente, viria a apresentar-se como candidato à Assembleia Municipal, a candidatura de Virgílio Bento só ficou decidida no mês de outubro de 2012, para eleições primárias a ocorrer em dezembro desse mesmo ano, com as características acima definidas. Decorridas as eleições primárias, o vencedor foi José Igreja, com 94 votos contra 89 votos do candidato Virgílio Bento. A mobilização da Juventude Socialista, tal como o apoio do líder da concelhia, Nuno Almeida, a favor do candidato Igreja, viria

a ser determinantes para a vitória deste. No entanto, há que sublinhar que no início do processo de candidatura de Virgílio Bento o apoio do líder da concelhia fora negociado, tendo merecido o acordo de Nuno Almeida, o presidente da concelhia. Por razões que não interessam para esta narrativa, Nuno Almeida viria a ser, mais tarde, um dos activos apoiantes de José Igreja nas primárias, contribuindo decisivamente para a derrota de Virgílio Bento.

1.3. O resultado das primárias mostrou um partido dividido em dois blocos, tendo Virgílio Bento garantido o apoio de uma importante parte do PS, designadamente ao nível dos quadros da Câmara Municipal e, em geral, da sociedade civil.

O processo que se segue às primárias pode-se caracterizar sumariamente do seguinte modo. Os vencedores adoptaram uma posição de fechamento em relação à sensibilidade representada por Bento, procurando neutralizar politicamente uma parte muito consistente (na verdade, metade) do PS, fazendo corresponder à exígua vitória uma atitude impositiva e de radical intransigência, pouco amiga de uma reorganização eficaz do partido para o combate que se avizinhava. O que deu azo a uma mobilização das bases do partido e da sociedade civil, através sobretudo do Facebook, para resolver o impasse, exibindo um consenso muito alargado em torno do candidato derrotado, Virgílio Bento. Na verdade, quase não houve negociações e, a certo ponto, Virgílio Bento equacionou seriamente a possibilidade de avançar com um *movimento autárquico não partidário*, até porque encontrou um forte apoio na generalidade das organizações da sociedade civil. Contudo, Virgílio Bento tinha consciência de que, para ganhar as eleições e impedir que o PSD saísse vencedor, tinha que conquistar o eleitorado dessa força política. Com este propósito, estabeleceu uma aliança com o então Presidente da Concelhia do PSD, Manuel Rodrigues, que acabara de sofrer – relativamente às autárquicas – uma pesada desqualificação política por parte da direcção nacional do PSD. A aliança acabou por se fazer e, em maio de 2013, viria a constituir-se o movimento *A Guarda Primeiro*, com a liderança de Virgílio Bento (candidato a Presidente da Câmara) e de Manuel Rodrigues (número dois da Lista).

1.4. O processo de afirmação do movimento viria a ocorrer até ao início de setembro, altura em que, após decisões judiciais contraditórias, o Tribunal Constitucional declara não aceitar um movimento que, nas sondagens (uma, pública, da SIC/Eurosondagem, de 23 de agosto

de 2013), já estava à frente do PS e que, com forte probabilidade, ganharia as eleições para a Câmara e para as maiores freguesias do concelho. O processo de impugnação do movimento seria desencadeado pela concelhia do PS (designadamente pelo seu presidente Nuno Almeida), no convencimento de que o fim do movimento traria de volta ao PS militantes e eleitores. O resultado, com o PS a registar cerca de metade dos seus eleitores, relativamente às eleições de 2009, foi catastrófico e a coligação PSD/CDS viria a ter maioria absoluta para a Câmara e para a Assembleia Municipal, tendo o PS obtido maior número de mandatos para as assembleias de freguesia.

## 2. Município da Guarda

### 2.1. Caracterização

Com uma área de 712,1 km<sup>2</sup> distribuída por 43 freguesias (depois do processo de reorganização, tendo sido agregadas 12 freguesias, num processo negociado entre os partidos com representação na Assembleia Municipal, excepto o PCP, que não quis integrar o grupo de trabalho liderado pelo então Presidente da Assembleia Municipal, e representantes das Juntas de Freguesia), o Município da Guarda, Distrito da Guarda, é habitado por 42.541 cidadãos (dados de 2011), dos quais cerca de 40 mil eleitores recenseados à data do período eleitoral em análise.

Tinha, até 2017, na presidência da sua Câmara Municipal, representando a coligação PPD/PSD-CDS/PP, Álvaro dos Santos Amaro e, na presidência da sua Assembleia Municipal, Fernando António de Oliveira Carvalho Rodrigues. Eram 44 os deputados municipais em exercício, a que se somavam, por inerência, os 43 presidentes das Juntas de Freguesia.

### 2.2. Resultados das Eleições Autárquicas de 2013

Nas eleições autárquicas de 2013 os cenários de eleitores inscritos, votantes e resultados alcançados – para Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia – foram conforme adiante se apresenta.

108

Nenhum grupo de cidadãos eleitores reuniu condições para ser candidato nestas eleições à Câmara Municipal ou à Assembleia Municipal, ao contrário do que aconteceu com as Assembleias de Freguesia.

A coligação PPD/PSD-CDS/PP e o PS obtiveram os maiores números de votos registados, bem como de mandatos atribuídos.

a) Câmara Municipal

39.965 eleitores inscritos.

23.736 votantes.

Percentagem de votantes: 59,39%

*Votos atribuídos a partidos e coligações:*

---

BE	867 votos
PCP-PEV	946 votos
PCTP/MRPP	573 votos
PPD/PSD-CDS/PP	12.204 votos
PS	7.193 votos

---

Com uma taxa de votantes de 59,39%, foram a coligação PPD/PSD-CDS/PP e o PS quem registou os maiores números de votos para a Câmara Municipal, respetivamente, 12.204 e 7.193. Os restantes partidos e coligação (PCP-PEV, BE e PCTP/MRPP) obtiveram conjuntamente 2.386 votos, liderados pela coligação PCP-PEV.

*Mandatos atribuídos a partidos e coligações e vereadores representantes:*

---

PPD/PSD-CDS/PP	5 mandatos
PS	2 mandatos

---

A coligação PPD/PSD-CDS/PP registou maioritariamente 5 mandatos, contra 2 registados pelo PS.

b) Assembleia Municipal

39.965 eleitores inscritos.

23.736 votantes.

Percentagem de votantes: 59,39%

*Votos atribuídos a partidos e coligações:*

BE	1.346 votos
PCP-PEV	1.338 votos
PPD/PSD-CDS/PP	11.863 votos
PS	7.176 votos

Os votos registados para a Assembleia Municipal contaram, igualmente, com uma taxa de votantes de 59,39% que, uma vez mais, deu a vitória à coligação PPD/PSD-CDS/PP (11.863 votos), seguida do PS (7.176 votos). Os restantes (PCP-PEV e BE) alcançaram 2.684 votos, equitativamente distribuídos.

*Mandatos atribuídos a partidos e coligações:*

BE	2 mandatos
PCP-PEV	2 mandatos
PPD/PSD-CDS/PP	25 mandatos
PS	15 mandatos.

A coligação PPD/PSD-CDS/PP registou a maioria de mandatos para a Assembleia Municipal (25 mandatos), seguida do PS (15 mandatos). Um outro partido (BE) e uma outra coligação (PCP-PEV) obtiveram conjuntamente 4 mandatos, distribuídos equitativamente.

## c) Assembleias de Freguesia

39.965 eleitores inscritos.

23.739 votantes.

Percentagem de votantes: 59,39%

110 *Votos atribuídos a partidos, coligações e grupos de cidadãos eleitores<sup>1</sup>:*

---

IPV	215 votos
JPG	329 votos
JU	116 votos
MIPV	191 votos
PCP-PEV	1.358 votos
PF	277 votos
PPD/PSD-CDS/PP	11.035 votos
PS	7.748 votos
UPM	99 votos

---

Mantendo-se a taxa de votantes em 59,39%, as Assembleias de Freguesia reiteraram a vitória da coligação PPD/PSD-CDS/PP, com 11.035 votos. Logo a seguir, o PS com 7.748 votos. Todos os restantes – coligação e grupos de cidadãos eleitores – obtiveram conjuntamente 2.308 votos, liderados pela coligação PCP-PEV (1.358 votos).

---

1. Legenda:

IPV: Independentes Por Videmonte

JPG: Juntos Pela Guarda;

JU: Jarmelo Unido;

MIPV: Movimento de Independentes Pela Vela

PCP-PEV: Partido Comunista Português - Partido Ecologista «Os Verdes»

PF :Por Famalicão

PPD/PSD-CDS/PP: Partido Popular Democrático/Partido Social-Democrático - Centro Democrático Social/Partido Popular

PS: Partido Socialista

UPM: Unidos Pelo Marmeleiro

*Mandatos atribuídos a partidos, coligações e grupos de cidadãos eleitores:*

IPV	7 mandatos
JU	4 mandatos
MIPV	4 mandatos
PCP-PEV	10 mandatos
PF	6 mandatos
PPD/PSD-CDS/PP	122 mandatos
PS	162 mandatos
UPM	2 mandatos

O PS registou a maioria de mandatos (162) para as Assembleias de Freguesia, seguido da coligação PPD/PSD-CDS-PP (122). Outra coligação e cinco grupos de cidadãos eleitores registaram conjuntamente 33 mandatos, liderados pela coligação PCP-PEV. Dada a extensão das listas de membros das Assembleias, não se apresenta os respetivos nomes.

Por sua vez, quase todos os grupos de cidadãos eleitores ficaram representados nas suas Freguesias, com exceção do movimento *Juntos Pela Guarda*. A saber:

IPV	1 Videmonte
JPG	0
JU	1 Jarmelo São Pedro
MIPV	1 Vela
PF	1 Famalicão
UPM	1 Marmeleiro

*2.3. Conclusões*

À guisa de conclusão, confirma-se a maioria de votos registados pela coligação PPD/PSD-CDS/PP para as três instâncias – Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia, tendo aquela coligação, em geral, obtido mais do que a soma dos votos alcançados pelos outros partidos, coligações e grupos de cidadãos eleitores.

112

De igual modo, mas apenas para a Câmara Municipal e para a Assembleia Municipal, a coligação PPD/PSD-CDS/PP obteve a maioria absoluta de mandatos, tendo o PS obtido esta maioria para as Assembleias de Freguesia.

De entre os grupos de cidadãos eleitores votados para as Assembleias de Freguesia – num total de seis – apenas um não ficou representado, o *Juntos Pela Guarda*.

#### 2.4. Comparação com os Resultados de 2009

Os dados relevantes a sublinhar, para evidenciar os efeitos diferidos do movimento *A Guarda Primeiro*, são os seguintes: em relação à Câmara, o PS perdeu quase metade dos votos (relativamente a 2009), passando de 13.987 para 7.193 votos e, em relação à Assembleia Municipal, passando de 12.499 para 7.176. A abstenção aumentou em 1.339 votos relativamente a 2009. Relativamente às Freguesias (juntas) a coligação conquistou 22 juntas (incluída a única junta urbana, a da Freguesia da Guarda, quando antes detinha apenas uma – S. Miguel – das três – (S. Miguel, S. Vicente e Sé) contra 18 do PS e 3 dos movimentos não-partidários.

### 3. A *Guarda Primeiro* e as Sondagens

Foram feitas cinco sondagens pela Eurosondagem: em dezembro, fevereiro, abril, agosto e setembro.

#### 3.1. 13 de dezembro 2012

P1	Nas últimas eleições para a Câmara Municipal da Guarda (2009), em que partido ou coligação votou?	Global
	PS - Partido Socialista	47,9%
	PPD/PSD - Partido Social Democrata	19,8%
	CDS/PP - Partido Popular	4,8%
	CDU - Coligação Democrática Unitária	2,5%
	BE - Bloco de Esquerda	2,1%
	Outro Partido/Branco/Nulo	2,2%
	Não votou/Nr	20,7%
	Total	100,0%



P2	Se fossem hoje as eleições para a Câmara Municipal da Guarda, e independentemente dos candidatos, qual seria o seu voto?	Global	Projeção (*)
	PS - Partido Socialista	45,6%	54,8%
	PPD/PSD - Partido Social Democrata	18,2%	21,9%
	CDS/PP - Partido Popular	5,4%	6,6%
	CDU - Coligação Democrática Unitária	6,3%	7,6%
	BE - Bloco de Esquerda	3,3%	3,9%
	Outro Partido/Branco/Nulo	4,4%	5,2%
	Ns/Nr	16,8%	-
	Total	100,0%	100,0%

(\*) NOTA - Exercício meramente matemático, presumindo que os inquiridos que responderam "NS/NR" se abstêm.

P-3	Como classifica em geral, a ação da Câmara Municipal da Guarda?	Global
	Boa	10,0%
	Razoável	52,5%
	Má	30,7%
	Ns/Nr	6,8%
	Total	100,0%

P-4	Quem considera ser o melhor candidato a apresentar pelo PS, para a Presidência da Câmara Municipal da Guarda?	Global
	José Martins Igreja	31,5%
	Virgílio Edgar Garcia Bento	43,8%
	Ns/Nr	24,7%
	Total	100,0%

*Dados a evidenciar nesta sondagem de 13 de dezembro de 2012.*

O PS, independentemente do candidato, era de longe o partido vencedor, com maioria absoluta (54,8% contra 21,9% do PSD). O PS beneficiava de uma imagem de razoável/boa governação, na ordem

114 dos 62,5% contra 30,7%, que a consideravam má. Esta sondagem, entretanto, considerava Virgílio Bento melhor candidato à Presidência da Câmara, com 43,8%, do que José Martins Igreja, com 31,5%. 12,3 pontos percentuais de diferença entre os dois candidatos às primárias do PS.

### 3.2. 25 de fevereiro 2013

P-1	Se fossem hoje as eleições autárquicas para a Câmara Municipal da Guarda, e estes os candidatos apoiados por estes Partidos, qual seria o seu voto?	Global	Projeção(*)
	José Martins Igreja - PS	37,5%	45,3%
	Álvaro Amaro - PPD/PSD	27,6%	33,3%
	Cláudia Teixeira - CDS/PP	4,1%	5,0%
	Honorato Robalo - CDU	4,0%	4,8%
	Jorge Noutel - BE	4,6%	5,5%
	Baltazar Lopes - Movimento Juntos pela Guarda	1,5%	1,9%
	Outro candidato/ Outro Partido/Branco/Nulo	3,4%	4,2%
	Ns/Nr	17,3%	-
	Total	100,0%	100,0%

(\*) NOTA - Exercício meramente matemático, presumindo que os inquiridos que responderam "NS/NR" se abstêm

P-2	Se fossem hoje as eleições autárquicas para a Câmara Municipal da Guarda, e estes os candidatos apoiados por estes Partidos, qual seria o seu voto?	Global	Projeção(*)
	José Martins Igreja - PS	27,4%	32,9%
	Álvaro Amaro - PPD/PSD	16,8%	20,2%
	Vírgilio Edgar Garcia Bento - Independente	24,8%	29,8%
	Cláudia Teixeira - CDS/PP	3,2%	3,8%
	Honorato Robalo - CDU	3,0%	3,6%
	Jorge Noutel - BE	3,7%	4,5%
	Baltazar Lopes - Movimento Juntos pela Guarda	1,4%	1,7%
	Outro candidato/ Outro Partido/Branco/Nulo	2,9%	3,5%
	Ns/Nr	16,8%	-
	Total	100,0%	100,0%

*Dados a evidenciar nesta sondagem de 25 de fevereiro de 2013, com o resultado das primárias do PS já apurados e com José Martins Igreja a representar o PS como seu candidato oficial.*

De facto, numa primeira série de perguntas, o candidato Igreja surge como claro vencedor, com doze pontos de avanço sobre o seu directo adversário (45,3% contra 33,3%, de Álvaro Amaro) e com sete de avanço sobre a coligação (33,3% de AA + 5% de Cláudia Teixeira, do CDS). Numa segunda série de perguntas, que incluem o nome de Virgílio Bento, já afastado da corrida pelas primárias do PS, Álvaro Amaro cai para os 20,2%, enquanto os dois membros do PS passam a exhibir resultados muito próximos (32,9% para JI contra 29,8% de VB). O que há aqui a sublinhar é que a entrada em cena de VB não beneficia Álvaro Amaro, dividindo-se o eleitorado pelos dois candidatos de marca PS e apesar de um deles já ter sido afastado da corrida. O que significa também que VB deveria ter sido levado a sério, pela implantação de que dispunha no eleitorado.

## 3.3. Abril de 2013

P-1	Se fossem hoje as eleições autárquicas para a Câmara Municipal da Guarda e, estes os candidatos apoiados por estes Partidos, qual seria o seu voto?	Global	Projeção(*)
	José Martins Igreja - PS	34,9%	42,7%
	Álvaro Amaro - PPD/PSD	27,0%	33,1%
	Cláudia Teixeira - CDS/PP	4,8%	5,9%
	Honorato Robalo - CDU	5,2%	6,4%
	Jorge Noutel - BE	4,2%	5,2%
	Baltazar Lopes - JPG	2,4%	2,9%
	Outro candidato/ Outro Partido/Branco/Nulo	3,1%	3,8%
	Ns/Nr	18,4%	-
	Total	100,0%	100,0%

*Dados a evidenciar nesta sondagem de abril de 2013, já sem o nome de Virgílio Bento.*

Aqui, José Igreja volta a recuperar terreno a Álvaro Amaro, repondo-se o equilíbrio de forças que já se verificava em fevereiro, embora com uma inflexão para JI: a diferença passa de 12 pontos para 9,6 pontos e, se somados os votos do CDS, a diferença passa para 3,7 pontos.

## 3.4. Agosto de 2013. SIC

P-1	Se fossem hoje as eleições autárquicas (para a Câmara Municipal da Guarda), e estes os candidatos apoiados por estes partidos, qual seria o seu voto?	Global	Projeção(*)
	José Martins Igreja - PS	22,0%	27,5%
	Álvaro Amaro - "Guarda com futuro" - PPD/PSD+CDS/PP	24,1%	30,2%
	Marco Loureiro - BE	4,2%	5,3%
	Mário Triunfante Martins - CDU	4,0%	5,0%
	Virgílio Bento - "Guarda Primeiro"	22,1%	27,7%
	Baltasar Lopes - "Juntos pela Guarda"	0,6%	0,8%
	Branco/Nulo	2,8%	3,5%
	Ns/Nr	20,2%	-
	Total	100,0%	100,0%

(\*) NOTA - Exercício meramente matemático, presumindo que os inquiridos que responderam "NS/NR" se abstêm.

José Martins Igreja - PS	2 / 3
Álvaro Amaro - "Guarda com futuro" - PPD/PSD+CDS/PP	2 / 3
Marco Loureiro - BE	0
Mário Triunfante Martins - CDU	0
Virgílio Bento - "Guarda Primeiro"	2 / 3
Baltasar Lopes - "Juntos pela Guarda"	0
Total	7

*Dados a evidenciar na sondagem pública de agosto de 2013, já com o movimento «A Guarda Primeiro» como candidato às autárquicas, defrontando o PS e a coligação PSD/CDS.*

Verifica-se uma relativa estabilidade nos valores da coligação, que não exhibe, todavia, uma soma aritmética dos resultados alcançados de forma isolada, com 30,2% e com previsão de 2/3 mandatos. Por sua vez, o PS já se encontra em terceira posição, com 27,5% contra

118 27,7% do movimento *A Guarda Primeiro*, ambos com previsão de 2/3 mandatos.

### 3.5. 19 de setembro de 2013

P-1	Se fossem hoje as eleições autárquicas (para a Câmara Municipal da Guarda), qual seria o seu voto?	Global	Projeção(*)
	Álvaro Amaro - "Guarda com futuro" - PPD/PSD + CDS/PP	34,8%	43,7%
	José Martins Igreja - PS	35,2%	44,2%
	Mário Triunfante Martins - CDU	2,8%	3,5%
	Marco Loureiro - BE	2,6%	3,3%
	Eduardo Espírito Santo - PCTP/MRPP	0,6%	0,8%
	Branco / Nulo	3,6%	4,5%
	Ns/Nr	20,4%	-
	Total	100,0%	100,0%

*Dados a evidenciar nesta sondagem de 19 de setembro de 2013, já com o movimento «A Guarda Primeiro» chumbado pelo Tribunal Constitucional, logo, fora do processo eleitoral, e, conseqüentemente, não considerado pela sondagem, num processo algo sinuoso accionado pelo PS.*

Aqui, a diferença já é mínima visto que o PS obtém 44,2% contra 43,7% da Coligação PSD/CDS, uns exíguos 0,5%. Há que sublinhar que provavelmente os inquiridos desta sondagem ainda não conheciam ou, pelo menos, ainda não tinham metabolizado o que aconteceu ao movimento *A Guarda Primeiro*, chumbado pelo TC dois ou três dias antes.

### 3.6. Resumo

1. A sondagem de dezembro dava ao PS 54,8% contra 21,9% do PSD e 6,6% do CDS/PP. Mas inquiridos sobre qual seria o melhor candidato para o PS, entre José Igreja e Virgílio Bento, o resultado foi de 43,8% para VB e de 31,5% para JI. Esta sondagem foi realizada antes das primárias, a 13 de dezembro de 2012.

Noutra sondagem, a 25 de fevereiro de 2013, depois das primárias vencidas por 5 votos (94 de JI contra 89 de VB), verificaram-se os

seguintes resultados: 45,3% (JI) contra 33,3% (AA) e 5% de Cláudia Teixeira (CDS). Na mesma sondagem, mas com o nome de Virgílio Bento já incluído, os resultados alteram-se substancialmente: 32,9% para JI, 20,2% para AA e 29,8% para VB. Nesta ocasião, ainda não estava constituído o movimento *A Guarda Primeiro*, que viria a anunciar a sua candidatura somente a 8 de maio.

Foi feita outra sondagem em abril, não incluindo VB, tendo sido obtidos os seguintes resultados: 42,7% para JI, 33,1% para AA e 5,9% para Cláudia Teixeira (CDS/PP). A direita, que viria a coligar-se, a aproximar-se do PS: 39%.

Em agosto, a SIC e o *Expresso* encomendaram uma sondagem à Eurosondagem (onde o PSD já aparecia coligado com o CDS) que incluía o movimento *A Guarda Primeiro*. O resultados foram muito esclarecedores: PS: 27,5%; *A Guarda Primeiro*: 27,7% e PSD/CDS: 30,2%. O movimento *A Guarda Primeiro* já superara aqui o PS e preparava-se para ganhar as eleições, batendo a coligação de direita, sobretudo quando entrassem em campo os movimentos entretanto constituídos nas freguesias mais importantes e numerosas do concelho, onde o apoio a este movimento era esmagador (por exemplo, Famalicão da Serra, Guarda, Gonçalo, Maçaínhas e Pera do Moço).

Tendo-se verificado o chumbo das listas de *A Guarda Primeiro* pelo Tribunal Constitucional, em acórdão de 16.09.2013, foi feita uma sondagem em setembro (19.09.2017), que apresentou os seguintes resultados: 44,2% para o PS e 43,7% para o PSD/CDS. Naturalmente, esta sondagem já não incluía o movimento *A Guarda Primeiro*.

2. Como se explica a diferença entre os resultados da sondagem (empate técnico, com uma diferença de meio ponto) e os resultados reais, acima descritos, sendo o lapso de tempo tão curto e a diferença tão profunda?

A explicação encontra-se no facto de, no momento em que foi feita a sondagem, os municípios não terem ainda conhecimento do que se estava a passar com o processo de impugnação e com o chumbo da candidatura, tendo o movimento *A Guarda Primeiro* emitido o comunicado em que anunciava a decisão do TC somente a 23.09.2013.

A impugnação pelo PS tinha um sentido: pensavam os seus dirigentes que, anulada a lista não partidária, os eleitores regressariam ao PS reequilibrando as forças e dando-lhe de novo a vitória. Na verdade, quando os municípios e, em particular, as inúmeras forças já presentes

120 na pré-campanha, souberam do chumbo administrativo, desencadeado pelo PS, designadamente pelo presidente da concelhia, Nuno Almeida, de um movimento que se apresentava como vencedor, instalou-se uma sensação de indignação que se viria a traduzir em abstenção, mas sobretudo em transferência de votos para o PSD, para o BE e para o PCP (como se comprova analisando os resultados).

#### 4. O Chumbo do Tribunal Constitucional

O chumbo pelo Tribunal Constitucional (TC) foi decidido a 16.09.2013, com base no art.º 19.º da Lei Eleitoral Autárquica. O processo: 05.08 – apresentação das Listas; 09.08. – tribunal valida. Impugnação do PS: recusadas listas de Gonçalo e da União das Freguesias Pousade e Albardo. Nova reclamação do PS – Juíza anula todas as candidaturas. TC – confirma.

##### 4.1. O Processo de Impugnação

Sigo, aqui, o que *A Guarda Primeiro* tornou público no dia 23.09.2013, a propósito do chumbo do Tribunal Constitucional da sua candidatura.

1. Em 5 de agosto de 2013 foram apresentadas, por *A Guarda Primeiro*, as listas das candidaturas à Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia. O processo foi apresentado e tratado do mesmo modo como foram apresentadas outras candidaturas não partidárias e nos mesmos moldes das listas que ainda se mantinham e foram a sufrágio a 29.9.2013, tendo sido elaboradas com o mesmo modelo adoptado por este movimento.
2. Por despacho judicial de 9.8.2013, notificado na mesma data, foram admitidas todas as listas de *A Guarda Primeiro*.
3. Por despacho judicial de 13.8.2013, na sequência de reclamação apresentada pela candidatura PS, alegadamente por irregularidades nas assinaturas dos proponentes, não foram aceites as listas de Gonçalo e União das Freguesias de Pousade e Albardo, mantendo-se, todavia, todas as restantes.
4. Na sequência de nova reclamação, após a afixação das listas, uma outra Juíza rejeitou todas as listas de *A Guarda Primeiro*, mesmo aquelas em que a candidatura reclamante não tinha



legitimidade para impugnar, dado não ter apresentado candidaturas a tais freguesias.

5. Desta decisão foi apresentado recurso para o Tribunal Constitucional que, por acórdão datado de 16.09.2013, decidiu manter a decisão de afastamento da candidatura.

#### *4.2. Razões do Indeferimento do Recurso (ou Razões do Afastamento da Candidatura)*

Entendeu o Tribunal Constitucional que, quando os proponentes assinaram, deveriam assinar sobre as listas de candidaturas já completas e organizadas. Isto é, no entender do Tribunal Constitucional, no momento da recolha de assinaturas os proponentes da candidatura não saberiam que estavam a assinar uma declaração de propositura da candidatura de Virgílio Bento à Câmara Municipal da Guarda a não ser que constasse já em anexo, *agrafada*, a lista integral com os nomes dos candidatos.

O Tribunal Constitucional não se pronunciou sobre todas as questões que lhe foram colocadas, mas apenas sobre a alegada recolha de assinaturas. Sendo certo que nunca, desde 2001 (data da entrada em vigor da Lei), as candidaturas não partidárias adoptaram tais exigências por serem impraticáveis, seja nas candidaturas às diferentes freguesias da Guarda que assim foram concorrendo desde 2001, seja noutros concelhos (Alandroal, Gondomar, Cascais, etc.) onde também foram, nesse ano, impedidas as candidaturas.

Esta determinação legal (e o seu cumprimento) é contraditória com o próprio normativo, não só porque até 48 horas antes do acto eleitoral os candidatos têm legalmente o direito de desistir ou falecer, o que sempre em última instância levaria a que as listas que acompanhavam a recolha de assinaturas pudessem não corresponder integralmente às sufragadas no acto eleitoral, mas também porque a constituição formal das listas pode realizar-se até ao prazo legal fixado, o que acontece normalmente, nos termos da lei, cerca de dois meses antes das eleições (em 2013, o prazo caía no dia 5 de agosto). Exigir a constituição definitiva das listas antes desta data, como acontece para os *movimentos autárquicos não-partidários* (mas não para os partidos), fere o princípio da igualdade e, por isso, representa uma ilegítima discriminação de uma das formações políticas que vão disputar as eleições.

Na verdade, o que subtilmente diz a lei eleitoral<sup>2</sup> é o seguinte: «3 – *Os proponentes devem subscrever declaração de propositura da qual resulte inequivocamente a vontade de apresentar a lista de candidatos dela constante*». Uma disposição simples, clara e directa, mas perversa no seu sentido mais profundo, porque induz uma ruptura no princípio da igualdade. Um movimento que inicia a sua formação para concorrer às eleições autárquicas tem de já dispor de listas completas e definitivas, ou seja, exige-se que antes de estar criado já esteja concluído e fechado na sua composição autárquica. Esta exigência, na Guarda, representava uma antecipação de várias centenas de candidatos em listas fechadas, antes de o movimento existir enquanto tal. Portanto, o movimento *A Guarda Primeiro* teria de ter listas completas e acabadas antes de existir enquanto tal. No mínimo, uma absurdidade. Em segundo lugar, esta exigência contraria a própria lei porque exige que as listas dos movimentos sejam fechadas antes do período previsto pela lei. Por exemplo, se um movimento se quiser legalizar em maio deverá fechar as listas constantes do processo até ao momento em que o entregar (maio), quando a lei só exige que as listas sejam formalizadas em agosto (2013, no dia 5, com dois dias de tolerância para corrigir faltas ou erros). Ora, o mesmo não acontecendo com os partidos, esta exigência, além de absurda, fere irremediavelmente o princípio da igualdade.

Entretanto, a verdadeira razão da impugnação, pelo PS, não foi por certo uma questão de princípio ou de ilegalidade, pois a ser assim essa candidatura teria impugnado também outras listas independentes que se mantinham a sufrágio e que, como atrás referido, foram elaboradas pelas mesmas pessoas e da mesma forma.

O cumprimento escrupuloso da lei também certamente não terá sido, uma vez que foram impugnadas as listas às freguesias de Arrifana, Aldeia do Bispo e União das Freguesias de Pousade e Albardo, onde à candidatura recorrente, por não ter candidatos, não lhe assistia legitimidade para a impugnação, facto que essa candidatura deveria saber (e certamente sabia) e o Tribunal deveria ter conhecido.

---

2. Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, com as alterações introduzidas pelos seguintes diplomas: Declaração de Retificação n.º 20-A/2001, de 12 de outubro, Leis Orgânicas n.º 5-A/2001, de 26 de novembro, n.º 3/2005, de 29 de agosto, n.º 3/2010, de 15 de dezembro, e n.º 1/2011, de 30 de novembro, Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, e pelas Leis Orgânicas n.ºs 1 e 2/2017, de 2 de maio – art.º 19º, n.º 3.

Não será de todo alheia a este processo de impugnação a coincidência temporal da publicação da sondagem da SIC que colocava o movimento *A Guarda Primeiro* em empate técnico com as candidaturas da coligação e à frente do PS em número de votos.

Entretanto, verificou-se que o Tribunal Constitucional não corrigiu, como lhe competia, a ilegitimidade dos recorrentes na impugnação nomeadamente das candidaturas às freguesias de Arrifana, Aldeia do Bispo e União de Freguesias de Pousade e Albardo, por a candidatura recorrente aí não ter qualquer lista.

E apesar de saber que esta questão era do conhecimento oficioso do Tribunal Constitucional, o movimento *A Guarda Primeiro* alertou para este facto, em fax enviado no dia 15.09.2013. Ainda assim, o Tribunal Constitucional não se pronunciou sobre esta questão, tendo, todavia, contactado telefonicamente, a 17.09.2013, o mandatário do movimento e dito que, na verdade, a candidatura tinha razão quanto à legitimidade do pedido de impugnação, que tinha sido um lapso do Tribunal, mas que a decisão já estava tomada e nada haveria a fazer. Curiosamente, o Acórdão está datado de 16.09.2013 (para além do prazo fixado na lei) e, por isso, sendo posterior ao recebimento do fax. Acresce ainda que foram argumentadas pela candidatura *A Guarda Primeiro* nulidades, sobre as quais o Tribunal Constitucional também não se pronunciou e sobre as quais o movimento insistiu, não tendo, todavia, recebido qualquer resposta.

Parafraseando o jornal *Expresso* de 21.09.2013, a propósito da candidatura independente ao Alandroal, o movimento afirmou que o único erro jurídico da candidatura *A Guarda Primeiro* foi «a falta de um agravo». Ou seja, a ser assim, trata-se de uma injunção da justiça na política, ao mesmo tempo que a regulamentação do processo eleitoral já havia sido desenhada por uma parte dos concorrentes com clara violação do sagrado princípio da igualdade.

## 5. Os Resultados e a Impugnação

Os resultados: Presidência e 5 mandatos para o PSD e dois para o PS. 25 deputados municipais para o PSD/CDS e 15 para o PS, 2 para o Bloco de Esquerda e 2 PCP/PEV. Freguesias: 22 para o PSD, 18 para o PS e 3 para os Independentes.

Este processo, como tantos outros, ocorreu porque um partido político – neste caso o PS – foi incapaz, através dos seus mecanismos internos, não só de gerar uma selecção eficaz dos seus candidatos, mas também de recompor internamente metade do partido que não se revia na candidatura, não conseguindo evitar a formação de um movimento que viria a entrar drasticamente no seu terreno eleitoral, ao ponto de, em agosto, este partido já estar remetido pela sondagem da Eurosondagem para o terceiro lugar. A solução encontrada, a de impugnação das listas do movimento, gerou uma situação mais grave do que aquela que se verificaria se o movimento fosse a votos, ganhando provavelmente a Câmara. Pensaram os seus dirigentes locais (e talvez nacionais) que, eliminado o movimento, os eleitores e os militantes e simpatizantes regressariam à casa-mãe, esquecendo a divisão expressa nas primárias, o processo que se seguiu, o ataque administrativo que o partido promoveu, com sucesso, contra o movimento e a (falta de) consistência da candidatura liderada por José Igreja e pelo anterior presidente da Câmara, Joaquim Valente, agora como candidato à presidência da Assembleia Municipal. Este ataque administrativo ganha importância explicativa se fizermos uma comparação entre o resultado da sondagem de 19 de setembro e os resultados finais, uma diferença de 0,5% que viria a converter-se em diferença de 21,04 pontos percentuais. Como não se verificaram grandes alterações no BE e na coligação PCP/PEV é de admitir que grande parte dos eleitores passou do PS para a coligação PSD/CDS e gerou 8,2% de votos brancos e nulos. Uma parte da explicação residirá na reação do eleitorado ao chumbo administrativo da candidatura do movimento *A Guarda Primeiro* promovido pelo PS, desconhecido quando a sondagem foi realizada e só divulgado pelo comunicado do movimento a 23 de setembro.

## Conclusão

O que se verificou na Guarda resultou da incapacidade de o PS desenvolver eficazes mecanismos de seleção dos candidatos aos cargos de direção política, fosse ela interna fosse ela institucional. Manteve-se, no PS local, a ideia de que o *sentimento de pertença* (o chamado efeito-marca) sobreleva todas as outras variáveis – sendo talvez mesmo considerado exclusivo –, levando a que os efeitos da competição política se concentrem exclusivamente nos processos orgânicos internos do

partido, sem cuidar de calcular o impacto que o processo selectivo possa vir a ter quer internamente quer em termos eleitorais institucionais. Tratando-se, depois, de universos muito pequenos (os votos válidos nas primárias e nos dois candidatos somaram 183, para um universo eleitoral concelhio de cerca de 40 mil eleitores), a introdução de factores que podem perturbar e sobrepor-se mesmo à racionalidade política das decisões, neste caso da selecção do candidato, pode ser fortemente prejudicial. E, do conhecimento de que dispomos, até porque declarado nas entrevistas efectuada ao líder do movimento, efectivamente verificaram-se situações que prejudicaram uma boa decisão no processo decisional. Por outro lado, dificilmente se pode atribuir a estas primárias o valor que em geral se atribui às primárias, visto que neste processo a força do aparelho orgânico é absolutamente esmagador, como tivemos ocasião de ver. A insuficiência do método de selecção aliada à percepção da decisão política centrada na exclusividade e na força do *sentimento de pertença* ditaram o desfecho de um processo que levaria à queda do PS num concelho onde sempre governou a autarquia e à conquista de uma maioria absoluta pelo seu direto competidor, que, de resto, viria a ser aprofundada nas eleições autárquicas de 2017, onde o PSD ficou à beira de conquistar seis mandatos em sete. Mas é claro que hoje, e não só mercê das novas tecnologias, a cidadania militante começa a fazer uso de outros mecanismos de decisão política que não sejam o tradicional *sentimento de pertença*, a começar pela informação de que hoje pode dispor, incluindo, por consequência, um aumento exponencial de literacia política. E este foi o caso: predomínio absoluto da convicção de que o *sentimento de pertença* dominaria o processo. Convicção que se mostrou dramática para este partido. Não só nestas eleições, como nas que se lhes seguiriam.



## Movimentos Autárquicos Não-Partidários: O Caso de Oeiras

José Filipe Pinto\*

Elias Quadros\*\*

Diogo Moraes\*\*\*

### *Resumo*

Oeiras representa um laboratório para o estudo do sistema político português no que concerne ao sistema de partidos e à qualidade da representação. Este ensaio traça a evolução política do município. Para tal, estuda as relações dos partidos políticos e dos movimentos não-partidários com os eleitores do concelho e mostra a importância da figura do líder e da obra feita em detrimento de valores éticos.

*Palavras-chave:* Oeiras, IOMAF, Isaltino, INOVAR, ética

### *Abstract*

Oeiras represents a laboratory for the study of the Portuguese political system concerning the parties' system and the quality of the representation. This essay shows the political evolution of the county. For this purpose, it studies the relations of the political parties and the non-partisan movements with the local electors and it proves the importance of the leadership and its record rather than the ethical values.

*Keywords:* Oeiras, IOMAF, Isaltino, INOVAR, ethics

---

\* Professor Catedrático da ULHT. Investigador do CICPRIS. Subdiretor da ResPublica.

\*\* Professor Associado da ULHT e Investigador do CICPRIS.

\*\*\* Investigador do CICPRIS. ULHT.





## Introdução

129

O presente estudo de caso sobre a realidade dos *movimentos autárquicos não-partidários* em Portugal – os oficialmente designados «grupos de cidadãos eleitores» – tem como *corpus* o concelho de Oeiras.

O estudo contempla uma breve caracterização do Município e história a evolução da vida política autárquica desde o 25 de Abril de 1974 até às mais recentes eleições autárquicas realizadas no dia 1 de outubro de 2017.

Nessa evolução são contemplados todos os atos eleitorais para os órgãos do Poder Local e é concedida atenção especial ao surgimento e à implantação dos movimentos não-partidários, tanto mais que um deles – o IOMAF (*Isaltino Oeiras Mais À Frente*) – dominou a vida política do concelho desde 2005, o ano da sua formação.

Por isso, a cronologia dos atos eleitorais está dividida em dois momentos. O primeiro, dominado pelos partidos políticos. O segundo, controlado por um movimento não partidário.

O estudo termina com uma reflexão sobre a razão do surgimento dos movimentos não-partidários e a visão prospetiva do fenómeno.

Quanto à metodologia, privilegiou a consulta do acervo bibliográfico já produzido por elementos do grupo de investigação sobre a temática, designadamente a Tese de Doutoramento de Elias Quadros, *A Ética no Poder Local: o Caso de Oeiras* (2012) e o livro *O Poder em Portugal. Partidos e Cidadãos: Espaço para Dois?* da autoria de José Filipe Pinto, de 2015.

O trabalho de campo englobou uma entrevista presencial ao então Presidente da Câmara, Paulo Vistas, na sequência da qual foi recolhida uma entrevista por questionário da responsabilidade do Presidente da Mesa da Assembleia Geral do IOMAF, Luís Filipe Pereira Santos.

Finalmente, foram consultados os sítios oficiais da Comissão Nacional de Eleições (CNE), da Câmara Municipal de Oeiras, da Pordata e do Instituto Nacional de Estatística, bem como a legislação atinente à temática e os artigos e comunicados que foram surgindo nos vários órgãos de comunicação social.

## 1. Breve Caraterização do Município

Oeiras é um concelho da Área Metropolitana de Lisboa (AML) com 45,85 km<sup>2</sup> e que, na sequência da Lei nº 11-A/2013 de 28 de janeiro, que aprovou a reorganização administrativa do território das freguesias, passou a contar com apenas cinco Juntas de Freguesia: Barcarena, Porto Salvo, União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz-Quebrada/Dafundo; União das Freguesias de Carnaxide e Queijas e União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

Este concelho era, de acordo com o Censo de 2011, o quinto concelho português com mais elevada densidade populacional (3.751,3 habitantes por cada km<sup>2</sup>), embora, nesse parâmetro, estivesse abaixo de outros três concelhos da área metropolitana a que pertence: Amadora, Lisboa e Odivelas.

População que, em 2016, segundo dados da Pordata, contemplava 106.034 indivíduos entre os 15 e os 64 anos, ou seja, população ativa.

Oeiras dispõe de indicadores positivos que o fazem sobressair da média nacional. Assim, de acordo com o mais recente censo, realizado em 2011, trata-se do concelho português com mais elevado nível médio de educação. De facto, apesar de Lisboa ter maior percentagem de licenciados (31,1%), em Oeiras 30,7% dos habitantes tinham o ensino superior, contra os 13,8% da média nacional e apenas 20% se ficou pelo 1.º ciclo do ensino básico, um valor muito inferior ao que se registou em Lisboa (27,1%).

Além disso, Oeiras era o único concelho onde mais de metade da população (53%) tinha concluído o ensino secundário. Não admira por isso que, como a Câmara Municipal de Oeiras faz questão de frisar, «a forte qualificação do capital humano» motive «uma intensa terciarização do mesmo, com Oeiras a evidenciar um nível de terciarização da população dos mais elevados da AML a par de Cascais e Lisboa».

De facto, a dimensão económica, tendo por base os dados do INE referentes a 2013, confirmaram o que de bom já foi dito. Assim, apenas a capital dispunha de maior poder de compra do que Oeiras.

Face ao exposto, a realidade atual do concelho torna difícil acreditar que «até aos anos 60-70 do século passado, o concelho de Oeiras era ainda marcadamente rural – com largas manchas de cultura de cereais e de hortícolas bem como de dezenas de rebanhos de ovinos e caprinos» (Quadros, 2012).

## 2. As Eleições Autárquicas em Oeiras

131

Até agora, a evolução autárquica em Oeiras conheceu quatro fases, sendo três dominadas por partidos e a restante por um grupo de cidadãos eleitores, o já mencionado IOMAF. Um processo que conheceu um novo desenvolvimento nas recentes eleições autárquicas de outubro de 2017, por força de cisões no IOMAF inicial. Cisões que estiveram na origem de dois novos grupos de cidadãos eleitores e que exigiram uma alteração ao nível da leitura da sigla do IOMAF. Assunto que será desenvolvido posteriormente. Por ora, é tempo de a análise se concentrar na fase da vida autárquica dominada pelos partidos.

### 2.1. O Primeiro Momento: A Esquerda Mostra a sua Força

O primeiro momento, de 1976 e de 1979, foi de maioria de esquerda e de domínio do PS que elegeu Carlos Alberto Andrade Neves como Presidente da Câmara. Uma vitória com maioria relativa de 35,21% para a Câmara Municipal (CM) e 33,01% para a Assembleia Municipal (AM) e uma forte presença (29,22%) do Partido Comunista Português (PCP), ainda que integrando a coligação Frente Eleitoral Povo Unido (FEPU). Portugal vivia uma conjuntura em que a *poeira revolucionária* ainda andava no ar.

Como qualquer referência à direita era conotada com o antigo regime, não deixou de causar admiração que o CDS (12,95%) tivesse ficado à frente do PSD (12,46%) na Câmara Municipal.

Nessa fase, os *movimentos autárquicos não-partidários* não elegeram qualquer representante em todo o concelho de Oeiras, embora a nível nacional tivessem logrado a eleição de 1.232 representantes.

Como o distrito de Lisboa elegeu 67 representantes de *movimentos autárquicos não-partidários* (6 em Azambuja, 35 em Lisboa, 5 em Loures, 5 em Mafra, 11 em Sintra e 5 em Torres Vedras), pode dizer-se que a revolução social que se sentia nas ruas da capital não serviu de exemplo para Oeiras, onde os cidadãos não apostaram na constituição destes movimentos.

### 2.2. O Segundo Momento: Da Coligação Partidária ao PSD

O segundo momento estendeu-se de 1979 a 1985 e correspondeu ao domínio da Aliança Democrática (AD). Sempre com maioria relativa.

Em 1979, a AD logrou 45,45% para a CM, mas apenas elegeu 4 dos 9 vereadores, enquanto o PCP, então já sob a forma da coligação Aliança Povo Unido (APU), manteve o segundo lugar (27,66% e 3 vereadores), relegando o PS para o terceiro posto (22,64% e 2 eleitos).

Em 1982, nas eleições realizadas em 12 de dezembro, a AD obteve nova maioria relativa: 39,83% e 5 vereadores. No segundo lugar continuou a APU (29.65% e 3 vereadores), enquanto o PS, apesar de vitorioso a nível nacional, se quedou pela terceira posição (26.85% e 3 vereadores).

Na sequência dos dois atos, João António Duarte Silva Ramos foi o Presidente da Câmara. Quanto aos movimentos independentes, tanto em 1979 como em 1982 não houve qualquer eleito pelos movimentos independentes em Oeiras.

Oeiras passou a estar em sintonia com a realidade distrital, marcada por uma descida acentuada, e em contraciclo com a realidade nacional, onde, apesar de ainda não poderem concorrer à CM e à AM, os *movimentos autárquicos não-partidários* já representavam uma realidade indelével no panorama nacional.

De facto, se em 1979 os *movimentos autárquicos não-partidários* tinham sofrido uma quebra, em 1982 a retoma foi assinalável.

Assim, em 1979, apenas nos distritos do Porto e de Viseu se verificou um ligeiro aumento do número de eleitos e houve distritos (Aveiro, Braga, Coimbra, Lisboa e Guarda) onde a quebra foi muito acentuada, enquanto nas regiões autónomas os grupos não-partidários continuavam a passar quase ou totalmente despercebidos.

Porém, em 1982, no distrito de Braga – o campeão dos movimentos não-partidários –, o número de eleitos pelos grupos de cidadãos eleitores mais do que duplicou e noutros distritos também se registou uma subida acentuada face ao elemento anterior.

Como o distrito de Lisboa atingiu o grau zero – não elegeu qualquer representante de movimentos não-partidários –, Oeiras estava de bem com os vizinhos.

Quando a AD foi dissolvida, o PSD, enquanto elemento mais forte da coligação, tornou-se dominante em Oeiras de 1985 a 2005.

A maioria relativa continuou em 1985 porque, malgrado os 45,41% dos votos obtidos, os mandatos continuaram teimosamente a ser apenas 5 em 11 no executivo municipal.

A situação alterar-se-ia em 1989 porque, apesar de alguma perda de votos e do peso relativo, o PSD alcançou a primeira maioria absoluta na Câmara Municipal, com 40,31%. De salientar que, como consta na Tese de Elias Quadros, 55,22% dos inquiridos disseram ter votado em Isaltino por conta da simpatia pelo PSD. Dito de outra forma: era o partido e não o candidato a ditar o sentido do voto.

Mais uma vez, tanto em 1985 como em 1989, os independentes não lograram eleger qualquer representante. Em 1985, o distrito da capital apenas contou com 17 eleitos dos grupos não-partidários: 4 em Sintra, 7 em Mafra e 3 na Azambuja. Em 1989, a situação ainda pioraria e os mandatos seriam reduzidos a 7: 6 na Lourinhã, com 522 votos, e 1 em Sintra, com 1037 votos.

Depois, em 1993, o PSD continuou à frente de todos os órgãos autárquicos do concelho, mas perdeu a maioria absoluta na Câmara Municipal, apesar de ter sido para este órgão que recebeu mais votos (35,98%).

Em 1993, pela primeira vez, houve um eleito em Oeiras por um movimento não-partidário. Aconteceu na freguesia de Carnaxide, onde o grupo a que coube o numeral X logrou 619 votos e uma percentagem de 7,92%.

Nesse ano, no distrito de Lisboa, só Oeiras e a Lourinhã – 13 mandatos – elegeram representantes não-partidários.

Porém, em 14 de dezembro de 1997 e 16 de dezembro de 2001, o PSD regressou à maioria absoluta na Câmara, com 48,27% e 6 mandatos para o executivo camarário em 1997, e 55% e 7 vereadores em 2001.

Em 1997 voltou a ser eleito um representante por um movimento não-partidário com 542 votos e uma percentagem de 0,74 e, em 2001, foi a votos o *Movimento de Cidadãos Independentes por Queijas e Linda-a-Pastora* (MCI) que conseguiu eleger quatro representantes para a Assembleia de Freguesia, uma vez que teve 1.218 votos e uma percentagem de 1,84%.

De registar que 1997 foi o último ano em que os grupos de cidadãos eleitores se viram circunscritos ao nível da freguesia. Por isso, em 2001, os resultados já dizem respeito aos três órgãos do Poder Local, embora no distrito de Lisboa apenas continuasse a haver eleitos para a freguesia. No caso, 26 eleitos resultantes de 6.725 votos e de uma percentagem de 0,70%.

Nesse período, ou terceira fase, o Presidente da edilidade era Isaltino Morais, embora a sua participação como Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente no XV Governo Constitucional, liderado por Durão Barroso, tivesse implicado a suspensão do mandato autárquico, tendo o cargo de Presidente da Câmara sido exercido pela Vice-Presidente Teresa Zambujo, de 2002 a 2005, mesmo depois de Isaltino Morais ter cessado funções governativas. Uma espécie de interregno que acabaria por encerrar os períodos de domínio partidário no concelho. Matéria para o ponto seguinte.

### 3. A Entrada em Cena dos *Independentes*

Em 2005, a recusa do então Presidente do PSD, Marques Mendes, em apoiar a recandidatura de Isaltino levou à criação do IOMAF (*Isaltino Oeiras Mais À Frente*) que concorreu contra Teresa Zambujo, a candidata oficial do PSD, e venceu. Estava, assim, iniciada a quarta fase.

Antes de entrar na análise dos resultados, importa perceber as razões que levaram o PSD a recusar o apoio ao seu até então autarca modelo. Um assunto que foi objeto de depoimento na primeira pessoa na Tese de Doutoramento de Elias Quadros, uma das fontes privilegiadas deste texto.

Nesse documento, revisto e autenticado, Isaltino Morais afirmou que a posição de Marques Mendes não tinha sido resultante do problema judicial que o autarca enfrentava. O seu nome tinha sido aprovado pela Comissão Política de Oeiras, a cem por cento, e pela Assembleia Geral dos militantes de Algés e pela Comissão Distrital de Lisboa que, no entanto, mandou para a Comissão Política Nacional dois nomes – o de Isaltino e o de Teresa Zambujo –, tendo a Comissão Nacional vetado Isaltino, por proposta de Marques Mendes. Aliás, Isaltino confidenciou que, em privado, tinha sido convidado para Loures e para a Amadora.

Uma posição que Marques Mendes não rebateu, apesar de o então doutorando lhe ter facultado o direito ao contraditório.

Uma dissidência que não se quedaria por Oeiras. Basta recordar o que se passou com Valentim Loureiro em Gondomar.

Regressando aos resultados eleitorais, o IOMAF, para além dos 4 vereadores e dos 11 deputados municipais, logrou muitos mandatos nas freguesias: 4 em Barcarena, onde venceu, tendo havido 1 candidato eleito por outro grupo de cidadãos eleitores denominado *Primeiro*

a *Freguesia*; 4 em Carnaxide, onde venceu. Aliás, o IOMAF também triunfou em Oeiras e S. Julião da Barra, com 8 mandatos; em Paço de Arcos, com 5; em Algés, com 3; na Cruz Quebrada-Dafundo, igualmente com 3; em Linda-a-Velha, com 4; em Porto Salvo, com 5, tantos como em Queijas e em Caxias. Um total de 59 mandatos para a Assembleia de Freguesia num distrito que apenas elegeu 85 representantes não-partidários para esse órgão.

Os dados permitem constatar que tinha triunfado a ideia que presidira à candidatura de alguém que enfrentava problemas na justiça, ou seja, os eleitores tinham «oportunidade de comparar a sua gestão à frente do Município com a da sua sucessora» e acabariam por valorizar a obra feita, pois «construir demora tempo e desfazer é rápido».

O IOMAF queria ver Oeiras como locomotiva concelhia e regional da nova realidade. Porém, de acordo com a lei vigente, o IOMAF terminou a existência logo que findou o ato eleitoral. Como forma de contornar este desaparecimento compulsivo e para poder continuar o diálogo com os cidadãos com uma cadência superior àquela que está prevista para as sessões públicas dos diferentes órgãos autárquicos foi criada, em 31 de janeiro de 2006, a AOMAF – *Associação Oeiras Mais à Frente*.

A AOMAF dispõe de uma sede em Porto Salvo, um espaço vago que foi cedido à Associação, para as reuniões, embora também recorra ao auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras. Contactos que, como se verá de seguida, foram frutuozos.

Ainda sobre o problema da sede, no caso de candidatura, Isaltino faz questão de recordar a notícia do *Expresso* que, em 2005, trouxe ao conhecimento público que a sede de campanha do IOMAF estava em situação ilegal porque estava a funcionar sem licença. Uma acusação refutada por Isaltino porque a licença não era obrigatória, ao contrário do que se passava com a sede do *Expresso* a funcionar no concelho, essa sim, sem a necessária licença. Daí a multa de cerca de cem mil euros que Isaltino lhe aplicou quando regressou à Câmara.

Isaltino repetiria a vitória em 2009, pois apesar de, quase no fim do mandato, em agosto de 2009, ter sido condenado a sete anos de prisão efetiva, perda de mandato e a pagar uma indemnização de 463 mil euros ao Estado, recorreu da sentença e apresentou-se a votos.

Não foi um processo fácil mesmo para quem estava no Poder porque o julgamento no tribunal de Sintra terminou em 28 de julho e a sentença saiu antes de meados de agosto, sendo que a apresentação

de candidaturas terminava em 20 de agosto. Por isso, uns dias antes de ser conhecida a sentença, Isaltino apresentou a candidatura que, mesmo depois da condenação judicial, se revelaria vencedora. Confiava que os eleitores iriam premiar os investimentos feitos na educação, na habitação, na requalificação paisagística e nas ribeiras. Não se enganou.

Para a Câmara Municipal obteve 32.047 votos, uma percentagem de 41,52% e elegeu 5 vereadores. Para a Assembleia Municipal logrou 30 363 votos, um peso relativo de 38,91% e 14 lugares. Quanto às freguesias obteve 59 mandatos: 5 em Barcarena, 6 em Carnaxide, 10 em Oeiras e São Julião da Barra, 6 em Paço de Arcos, 5 em Linda-a-Velha, 6 em Queijas, 5 em Cruz-Quebrada e Dafundo, 4 em Algés, 6 em Porto Salvo e 6 em Caxias, sendo que só não venceu na freguesia da Cruz-Quebrada e Dafundo, onde obteve menos 16 votos do que o PS.

Caso para dizer que os partidos não faziam sombra a Isaltino. *A personalização parecia estar a ganhar terreno num sistema liderado pelos partidos.* Um elemento que Elias Quadros estudou na sua Tese e que lhe permitiu verificar que «a maior parte dos inquiridos – precisamente 70,92% – mantinham o voto autárquico no partido em que votavam para o Parlamento». Descendo ao nível partidário, constatou que apenas o PCP saía beneficiado a nível concelhio e que todos os outros partidos perdiam votos nesta transferência: «BE – 55,56%; CDS – 33,33%; PS – 37,5% e PSD – 29,57%» (Quadros, 2012).

Face a estes dados, não parece abusivo concluir que Isaltino Morais e o IOMAF recolhiam votos de eleitores que, a nível nacional, tinham outras opções partidárias.

Esta fase ainda se estendeu às eleições de 2013, quando o vice-Presidente de Isaltino Morais, Paulo Vistas, liderou o IOMAF na corrida ao executivo municipal, uma vez que Isaltino não se pôde recandidatar, pois já exercera mais de três mandatos consecutivos. Daí o *slogan* escolhido pelo novo rosto do IOMAF – *Continuar a Fazer*. Uma homenagem à obra de Isaltino. Uma mensagem de continuidade destinada aos eleitores.

Estas eleições foram as primeiras depois do reajustamento que reduziu o número de freguesias. No caso de Oeiras, pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, das 10 freguesias então existentes – em que o IOMAF detinha, como já foi dito, 9 presidências – passou a contar com apenas 5 autarquias paroquiais: União das Freguesias de Algés,



Linda-a-Velha e Cruz-Quebrada/Dafundo; Freguesia de Barcarena; União das Freguesias de Carnaxide e Queijas; União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias; Freguesia de Porto Salvo.

De acordo com o IOMAF, outra das fontes a que esta investigação recorreu, voltou-se «à divisão administrativa de 1993, em que foram criadas 5 novas freguesias, conforme informa o 2º Suplemento ao nº 135, Série I-A do Diário da República, de 11 de junho de 1993, que insere um conjunto de Leis que criam as freguesias de Linda-a-Velha – Lei nº 17-F/93 –, Queijas – Lei nº 17-G/93 –, Cruz Quebrada-Dafundo – Lei nº 17-H/93 –, Algés – Lei nº 17-I/93 –, e Porto Salvo – Lei nº 17-J/93».

Nesse ato eleitoral, o IOMAF conseguiu eleger 5 vereadores, devido aos 23.071 votos, que corresponderam a uma percentagem de 33,45%. Para a Assembleia Municipal os 21.023 votos e o peso relativo de 30,48% valeram 12 eleitos. Quanto à Assembleia de Freguesia, o IOMAF elegeu 32 representantes, fruto de 22 310 votos e uma percentagem de 32,34%. Esses representantes foram distribuídos da seguinte forma: 4 em Barcarena, 6 na União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada-Dafundo, 7 na União das Freguesias de Carnaxide e Queijas e 10 na União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, freguesias onde venceu, e 5 em Porto Salvo, onde o PS venceu, uma vez que logrou 1840 votos, ou seja, mais 240 do que o IOMAF.

A vitória de Paulo Vistas coincidiria temporalmente com a prisão efetiva de Isaltino Morais que, uma vez liberto, se afastaria, por iniciativa própria, do IOMAF, situação que esteve na base da quinta fase. Aquela que viria a lume nas autárquicas de 1 de outubro de 2017.

#### 4. Uma Eleição Diferente: Três Movimentos Autárquicos Não-Partidários

A rutura de Isaltino com o IOMAF foi bastante noticiada pela comunicação social. Tal como o facto de Paulo Vistas fazer questão de manter a sigla do movimento. Uma decisão que Isaltino criticou em vários *mass media*, uma vez que a considerava «incompreensível e absurda». Uma decisão só explicável no âmbito de uma campanha destinada a confundir os eleitores. Dito de outra forma: Isaltino acusava Vistas de

se estar a aproveitar do prestígio por si obtido durante um tão elevado número de mandatos à frente da autarquia.

Uma acusação que Paulo Vistas rejeitou. Limitou-se a assumir publicamente a recandidatura liderando o IOMAF e substituindo o *I* de Isaltino pelo *I* de Independentes, enquanto Isaltino Morais criava um novo movimento – *INOVAR, Oeiras de Volta*.

Um pleito eleitoral em que Paulo Vistas foi acompanhado por todos os cabeças de lista à Assembleia de Freguesia da eleição anterior e pela quase totalidade da sua vereação.

Uma corrida de ex-Presidentes, porque também o PS candidatou Joaquim Raposo, o anterior Presidente da Câmara Municipal da Amadora, curiosamente um município criado a partir da emancipação do originário concelho de Oeiras. Uma separação ocorrida em 11 de setembro de 1979, depois de 63 anos durante os quais a Amadora foi uma freguesia de Oeiras.

De acordo com a entrevista feita antes do ato eleitoral ao Presidente da edilidade, apesar de acreditar na vitória, Paulo Vistas considerava que seria muito difícil ao IOMAF manter a maioria absoluta. Na sua opinião, a contenda tenderia a bipolarizar-se entre as candidaturas do IOMAF e do INOVAR. Os contactos com a população levavam-no a não valorizar o candidato apresentado pelo PS, uma vez que os eleitores oeirenses eram algo elitistas e afirmavam que Oeiras não era a Amadora. Resquícios da situação decorrente da emancipação da outrora freguesia. De igual modo, considerava que o candidato apoiado pelo PSD – e também pelo CDS, em coligação – Ângelo Pereira – partia em desvantagem, atendendo a que não tinha privilegiado o contacto com a população.

Curiosamente, para além do IOMAF e do INOVAR e de formações partidárias, as eleições de 2017 para os órgãos municipais de Oeiras foram disputadas por outro movimento não partidário, o *RENASCER Oeiras 2017 (MIRO)*, encabeçado por Sónia Amado Gonçalves. Trata-se, tal como Ângelo Pereira, de uma vereadora do atual executivo, eleita na lista IOMAF de Paulo Vistas. Vereadora que optou por criar um terceiro movimento não-partidário, embora tivesse afirmado publicamente que tinha sido convidada, tanto por Isaltino como por Vistas, para integrar as respetivas listas.

Da análise do questionário que foi apresentado ao IOMAF, importa realçar que o movimento surgiu por quatro razões: insatisfação face

aos partidos políticos, nepotismo da classe política, querer fazer algo pela sua terra e corrupção ou suspeitas de corrupção.

IOMAF que dizia voltar a concorrer em 2017 porque considerava que, de uma maneira geral, foram cumpridos os objetivos, concretizados os projetos apresentados ao eleitorado e queria «fazer sempre mais e melhor, olhar em frente com competência, determinação e coragem para ultrapassar constrangimentos e conseguir alcançar os objetivos propostos». Para tal, o critério que tinha presidido à escolha dos candidatos prendeu-se com a «competência, determinação, disponibilidade, adesão aos princípios gerais da Associação».

Antes do ato eleitoral, verificou-se um pleito judicial, pois o tribunal de Oeiras rejeitou as candidaturas lideradas por Isaltino e por Sónia Gonçalves. Uma decisão assente naquela que tem sido a razão aduzida na maioria dos casos, ou seja, «as declarações de proposituras apresentadas não identificam em qualquer local do seu texto os cidadãos candidatos que integram a lista».

Uma justificação que não colheu quando os visados recorreram da decisão e viram outro juiz reconhecer-lhes razão.

No dia 1 de outubro de 2017, a participação eleitoral em Oeiras subiu em relação ao ato anterior, mas, mesmo assim, no que concerne à Câmara Municipal, a taxa de abstenção foi 44,25%, uma vez que não votaram 65.283 eleitores.

Os resultados confirmaram *grosso modo* as sondagens anteriores, ao contrário do que se tinha verificado em 2013. Assim, Isaltino e o seu movimento venceram com maioria absoluta, por conta dos 34.264 votos que corresponderam a 41,65% e valeram 6 mandatos.

Em segundo lugar, ficou o IOMAF, que logrou 11.665 votos, um peso relativo de 14,18% e 2 mandatos. Paulo Vistas manifestou-se «surpreendido» com os resultados que tinham ficado «aquém das expectativas», mas reconheceu que «em democracia é assim». Afinal, como Daniel Innerarity (2005: 30) afirma, a política é «fundamentalmente uma aprendizagem da decepção».

Quanto ao outro movimento, o MIRO, quedou-se pelo oitavo lugar, apenas com 924 votos que, obviamente, não foram suficientes para eleger qualquer vereador. Tal como Vistas, também Sónia Amado percebeu que «a aprendizagem da política fortalece a nossa capacidade de conviver com esse tipo de frustrações e convida-nos a respeitar as nossas limitações» (Innerarity, 2005: 31).

Como o executivo oeirense conta com 9 vereadores, o PS, o PSD, coligado com o CDS-PP e com o PPM, e a CDU elegeram, cada qual, um vereador.

Relativamente às restantes candidaturas, a exemplo do MIRO, perderam tanto para os votos brancos (2.788) como para os nulos (1.529).

No que se refere à Assembleia Municipal, o movimento liderado por Isaltino Morais logrou 31.368 votos e uma percentagem de 38,12%, mas o IOMAF só conseguiu a terceira posição, uma vez que se viu ultrapassado pelo PS.

No que concerne à Assembleia de Freguesia, a vitória de Isaltino – *INOVAR - Oeiras de Volta* voltou a ser muito folgada: venceu em Porto Salvo, com 2.858 votos, Inigo Pereira ganhou na União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, com 6.300 votos e 36,02%, Rui Teixeira triunfou na União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz-Quebrada/Dafundo, com 7.448 votos, e 33,56%, Madalena Castro conquistou a União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, com 12.255 votos e 43,01%, e Sandra Marques Cortes triunfou na freguesia de Barcarena, com 2.507 votos e 36,36%<sup>1</sup>.

A circunstância de Isaltino Morais ter conseguido a maioria absoluta deixou sem resposta aquele que se prefigurava como um novo paradigma autárquico, ou seja, a atitude do movimento vencedor se não obtivesse maioria absoluta e no segundo posto estivesse outro movimento não-partidário.

## 5. Reflexão Final: A Ética e o Voto

O cruzamento dos dados do mais recente ato eleitoral com os resultados provenientes do estudo feito por Elias Quadros exige uma reflexão profunda sobre a ética no Poder Local.

Na verdade, quando foi perguntado à amostra estratificada por freguesias se o que deveria ser valorizado no exercício das funções públicas era a capacidade do político para resolver os problemas dos cidadãos, 75% dos inquiridos concordaram totalmente e 21,9% concordaram parcialmente.

A obra acima de tudo! Ora, conhecido o lema de Adhemar de Barros – «rouba, mas faz» –, interessava saber a valorização que os eleitores

---

1. Cf. <https://www.rtp.pt/noticias/eleicoes/autarquicas/2017/distrito-lisboa/concelho-oeiras>.

oeirenses faziam da ética na gestão da *res publica*. Assim, 49,5% dos inquiridos defenderam que a ética do candidato devia pesar no ato de votação e, quando o estudo desceu ao nível de escolaridade, 51,4% dos habilitados com curso superior, 47,8% com o 12º ano e, igualmente, 47,8% dos que detinham escolaridade inferior ao 12º ano disseram que a ética devia contar na votação.

Além disso, 15 dos votantes no IOMAF liderado por Isaltino Morais, dos quais 5 com curso superior, afirmaram que a variável que os tinha levado ao voto era a honestidade.

Conhecidos que eram, na altura, os problemas de Isaltino com a justiça, uma vez que a sentença já tinha transitado em julgado, será caso para inferir que alguns dos apoiantes de Isaltino talvez não tivessem em grande conta a atuação da justiça.

Ainda não foi feito o estudo sobre as motivações que comandaram o voto em 2017. No entanto, face à vitória por maioria absoluta de Isaltino Morais, talvez não seja abusivo concluir que os oeirenses estão mais inclinados a subscrever a posição otimista de São Tomás de Aquino sobre a natureza humana do que a aceitar a visão pessimista de Santo Agostinho.

Uma confiança que Isaltino julga merecer. Por isso, na tomada de posse voltou a reafirmar que era homem «de honra e de palavra».

O caso de Oeiras é exemplar porquanto representa a afirmação de um *movimento de cidadania* perante um sistema de partidos que viria a ser drasticamente derrotado em várias eleições autárquicas, demonstrando, deste modo, que uma boa gestão autárquica pode ser razão suficiente para anular o «sentimento de pertença» de que se alimenta o velho sistema de partidos. Neste caso, e até pela proximidade entre as candidaturas e os cidadãos na competição autárquica, o fator personalização surge muito valorizado, não só porque traduz uma tendência mais geral da política contemporânea, mas também porque se aplica a um sistema de governação de natureza presidencialista, vistos os poderes que a lei confere ao Presidente da Câmara. Por outro lado, e até pela dupla proximidade, territorial e relativa aos efeitos diretos da governação sobre a vida dos munícipes, este caso demonstra também que a variável «obra feita» tem um peso esmagador na decisão político-eleitoral. Finalmente, um outro aspeto é o já referido, ou seja, o valor relativo da variável ética na decisão político-eleitoral, quando se constata que um candidato condenado por crimes ligados de um

142 modo ou de outro à gestão camarária consegue, contra todo o sistema de partidos, vencer com uma esmagadora maioria absoluta as eleições autárquicas. Ou seja, este caso constitui um excelente laboratório para, por um lado, diagnosticar o estado de saúde dos partidos e, por outro, as potencialidades dos chamados *movimentos de cidadania*.

## Bibliografia

Amaral, D. (1998). *História das Ideias e Teorias Políticas I*. Coimbra: Almedina.

Innerarity, D. (2005). *A Transformação da Política*. Lisboa: Teorema.

Moreira, A. (2001). *Ciência Política*. Coimbra: Almedina.

Pinto, J.F. (2015). *O Poder em Portugal. Partidos e Cidadãos: Espaço Para Dois?* Lisboa: Almedina.

Quadros, E. (2012). *A Ética no Poder Local: O Caso de Oeiras* (tese de doutoramento não publicada). Universidade Lusófona.

Santos, J.A. (1998). *Paradoxos da Democracia*. Lisboa: Fenda.

## Movimentos Autárquicos Não-Partidários: Os Casos de Portalegre e do Redondo

José António Carochinho\*  
Fernanda Neutel\*\*

### *Resumo*

O presente trabalho procura enquadrar o fenómeno dos grupos de cidadãos, enquanto movimentos sociais da atualidade no campo da representação sociopolítica. Após esse enquadramento este *paper* apresenta dois desses movimentos que foram bem-sucedidos em anteriores atos eleitorais: o movimento MICRE, do município do Redondo, e o movimento CLIP, no município de Portalegre. Analisamos a sua origem, a sua estruturação e o seu *modus operandi*. A análise do contexto em que ambos emergem (ambos com ligações anteriores a partidos políticos) justificam a nossa opção pelo tratamento destes grupos de cidadãos como movimentos autárquicos não-partidários.

*Palavras-chave:* movimentos sociais, movimentos autárquicos não-partidários, movimento CLIP, movimento MICRE

---

\* Professor Auxiliar da ULHT. Investigador do CICPRIS.

\*\* Professora Associada da ULHT. Investigadora do CICPRIS.

144 *Abstract*

This paper establishes the citizen group as a phenomenon as a field of social-political representation within the framework of present-day social movements. Then, it examines two successful movements in previous elections: The MICRE, movement in Redondo municipality, and the CLIP movement in Portalegre municipality. Their origins, organization and *modus operandi* are analysed. The fact that both emerge from former connections to political parties accounts for our analysis of those movements as non-partisan municipal citizen groups.

*Keywords:* social movements, non-partisan municipal movements, CLIP movement, MICRE movement



## Introdução

145

De entre os diversos comportamentos coletivos, os movimentos sociais constituem-se na atualidade como uma das áreas mais importantes de estudo (Javaloy, Rodríguez & Espelt, 2001). Essa importância advém, por um lado, de ser um domínio interdisciplinar abraçado pela Sociologia, pela Psicologia Social, pela História, pela Antropologia e pela Ciência Política, entre outras; por outro, por serem consequências de problemas sociais que adquirem legitimidade à medida que vão obtendo apoio e reconhecimento social, sem que haja uma solução emergente através da ordem estabelecida. Os movimentos sociais são formas de comportamento coletivo porque compartilham com este traços básicos: serem emergentes e não institucionais. No entanto, possuem características próprias muito particulares que, de acordo com Goode (1992), os distinguem de outros comportamentos coletivos: são mais planeados, opõem-se à ordem instituída, são duradouros, organizados, as condutas são intencionais e instrumentais e visam uma solução para um determinado problema bem identificado. Os movimentos sociais apresentam assim três princípios: o da identidade (que se refere aos que se autodefinem como participantes), o da oposição (à ordem instituída) e o da totalidade (que está relacionado com o objetivo que professam e que tentam impor à sociedade) (Touraine, 1982; Castells, 1998).

Pode-se, desta forma, afirmar que os movimentos sociais são expressões da organização da sociedade civil. Agem de forma coletiva como resistência à exclusão e luta pela inclusão social, procurando promover (ou evitar) a transformação social da ordem instituída por meio da vontade humana. É também uma forma de fomentar sentimentos de pertença social e de mobilização dos indivíduos para o exercício da cidadania.

Explicitado que está o quadro teórico, debruçamo-nos de seguida sobre o objeto de estudo que esta investigação encerra: os movimentos autárquicos independentes, que, em nosso entender, nos parece mais correto chamarem-se *movimentos autárquicos não-partidários*, como adiante esclareceremos.

A legitimidade das deliberações das autarquias locais advém da eleição dos respetivos órgãos que se encontram constitucionalmente consagrados na lei enquanto órgãos executivos (Câmaras Municipais

e Juntas de Freguesia) e órgãos deliberativos (Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia). Aos primeiros compete propor e executar; aos segundos avaliar e aprovar as propostas do executivo. A sua eleição é sufragada por 4 anos e, desde 2005, os eleitos (Presidentes de Câmara e de Juntas de Freguesia) estão limitados a 3 mandatos consecutivos (Miguel, 2016).

A partir de 1997, a revisão constitucional veio permitir que grupos de cidadãos também pudessem concorrer às eleições para os municípios (Assembleias Municipais e Câmaras Municipais) uma vez que até então só o podiam fazer para as Assembleias de Freguesia. Esta abertura a independentes veio originar um *boom* de movimentos que pelas mais diversas razões e motivos se têm apresentado a sufrágio, tendo obtido resultados eleitorais bastantes animadores (veja-se os casos dos municípios de Aguiar da Beira, Anadia, Borba, Calheta, Estremoz, Vila Nova de Cerveira, Matosinhos, Oeiras, Portalegre, Porto, Redondo, Santa Cruz e São Vicente, em que tais candidaturas conseguiram sagrar-se vencedoras). Nas últimas eleições autárquicas estes movimentos constituíram-se já como a quarta força política sufragada. Existem, no entanto, várias reações aos *movimentos autárquicos não-partidários*.

1. *Há os que acreditam na necessidade destes movimentos*. Nos seus argumentos, acentuam o descontentamento com os tradicionais partidos políticos e com o afastamento das comunidades locais. As pessoas identificam-se cada vez menos com o *modus operandi* dos partidos e esse descontentamento traduz-se no aparecimento de mais candidaturas independentes. Também aqui se inclui a descrença face à classe política, que é vista como uma elite privilegiada afastada cada vez mais dos cidadãos, na qual o nepotismo é uma constante, sendo detentora de múltiplos e injustificáveis privilégios. Segundo Norris (2011), os cidadãos sentem falta de responsabilização e transparência. As decisões políticas são mais determinadas pelos interesses privados dos políticos ou de outras entidades aparentemente não identificáveis do que pela causa pública. Esta perspetiva é, por assim dizer, reveladora de que o sistema clássico está, há muito, a dar sinais de grave crise estrutural, dando azo a fortes tendências centrífugas. Dentro dos argumentos que são apontados nesta perspetiva, emerge ainda a ideia de que os movimentos surgem porque os cidadãos são cada vez mais exigentes e mais complexos (quer na forma como estão na vida

pública com múltiplas e distintas adesões a causas diversas; quer na forma como acedem à informação e às tecnologias que utilizam para tal efeito). Além disso, com esta perspetiva argumenta-se ainda que os movimentos não-partidários fomentam o exercício da cidadania, contribuem para a diminuição do excesso de endogamia do sistema, tendo consequências na diminuição da abstenção e dando, por isso, maior legitimação aos eleitos e a todo o sistema político.

2. *Há os que não compreendem para que é que esses movimentos servem.* Enquadram-se aqui todos aqueles que desejam a hegemonia dos partidos e, como tal, põem a ênfase no papel insubstituível das formações partidárias na política contemporânea. Para estes, a única forma séria de fazer política é no seio dos partidos e qualquer alteração ao *status quo* não é vista com bons olhos e é entendida como séria ameaça à sobrevivência da *partidocracia*. Para estes atores, falar de regeneração da elite dirigente e em rutura com essa lógica endogâmica dos partidos é algo impensável. Por isso mesmo, são avessos à mudança e procuram limitar a atividade desses movimentos criando-lhes entraves vários e não permitindo que esses movimentos lhes façam concorrência em pé de igualdade.

3. *Há os que encaram os movimentos não-partidários de forma instrumental e que acreditam que o único objetivo desses movimentos é chegar ao poder.* É verdade que a lei permite candidaturas de grupos de cidadãos independentes e não de uma pessoa independente. Acontece porém que, nalguns movimentos, fica-se com a sensação de que se trata de uma candidatura individual, tal é a personalização ou, no dizer de Pinto (2015), a *fulanização* da campanha numa única pessoa, normalmente um político conhecido desavindo com o seu partido.

Independentemente do tipo de reações apontadas, a verdade é que os movimentos de cidadãos estão aí e vieram para ficar. São fruto da nova realidade em que vivemos e das novas exigências dos cidadãos. Enquanto movimentos sociais que são, apresentam-se ao escrutínio, reclamam novos interesses e incorporam rapidamente as novas reivindicações porque são mais flexíveis que o sistema político tradicional. Além disso, não só promovem a participação, mas também a propiciam no plano individual aos participantes. No dizer de Baumgarten (2015), estes movimentos têm um papel importante no desenvolvimento da democracia deliberativa-participativa, ou seja, o ideal político de todos os cidadãos a participarem num espaço público que se caracteriza pela

148 igualdade, pela inclusão e pela transparência. São movimentos que estimulam e aceleram o processo de criação e de melhoramento da participação dos cidadãos na vida política.

## 1. Objetivo e Percorso Metodológico

O objetivo deste *paper* consiste em apresentar dois *movimentos autárquicos não-partidários* de dois municípios alentejanos, o do Redondo (MICRE) e o de Portalegre (CLIP). Pretende-se analisar a sua origem, a sua estruturação e o seu *modus operandi*, tendo por base o último ato eleitoral autárquico (2013).

*Percorso Metodológico.* A técnica utilizada na recolha da informação foi a entrevista estruturada através de um guião previamente elaborado, para que as mesmas questões fossem formuladas a todos os inquiridos. Os entrevistados foram os presidentes da Câmara Municipal do Redondo e da Câmara Municipal de Portalegre, cabeças de lista dos movimentos MICRE e CLIP, respetivamente.

## 2. Movimento Autárquico Não-Partidário do Redondo – MICRE

O primeiro movimento de cidadãos a alcançar a Câmara Municipal no Alto Alentejo foi o de Redondo. Este aspeto parece ter sido de extrema importância porque foi um elemento galvanizador, pois suscitou o entusiasmo, a adesão e a mobilização dos eleitores para este tipo de movimentos. Além disso, preparou a opinião pública para outras alternativas possíveis, para além dos partidos e coligações, reconhecendo-se, assim, que também há a possibilidade de auto-organização fora do tradicional sistema de partidos.

O Redondo é uma vila, sede de concelho do distrito de Évora, com duas freguesias (Montoito e Redondo) e 5.733 habitantes. Em termos políticos, nas eleições legislativas, durante seis mandatos consecutivos, foi dominada pelo voto no Partido Comunista Português (PCP) e nas suas coligações (Aliança Povo Unido e Coligação Democrática Unitária) e, nos sete últimos atos eleitorais legislativos, pelo Partido Socialista. Entre os seis sufrágios em que foi vencedor o PCP e os sete sufrágios em que foi vencedor o Partido Socialista (PS) houve um interregno em que o vencedor foi o Partido Social Democrata (PSD) (1991) (ver quadro 1).

Quadro 1. Resultados das eleições legislativas no Redondo  
(partidos vencedores)

1976	1979	1980	1983	1985	1987	1991	1995	1999	2002	2005	2009	2011	2015
PCP	APU	APU	APU	APU	CDU	PSD	PS	PS	PS	PS	PS	PS	PS

No que diz respeito aos atos eleitorais autárquicos, a autarquia do Redondo até 2001 só conheceu executivos liderados pelo Partido Comunista e, a partir de 2005, três sufrágios em que o grupo de cidadãos se consagrou como vencedor (ver quadro 2).

Quadro 2. Resultado das eleições autárquicas no Redondo  
(partidos vencedores)

1976	1979	1983	1985	1989	1993	1997	2001	2005	2009	2013
FEPU	APU	APU	APU	CDU	CDU	CDU	CDU	GC	GC	GC

Para compreender o fim da hegemonia do Partido Comunista a favor de um grupo de cidadãos, importa efetuar uma análise detalhada dos nomes dos presidentes de Câmara eleitos nos diferentes atos eleitorais autárquicos. Analisando o quadro 3, que se segue, verificamos que há uma perpetuação do nome de Alfredo Barroso, que foi cabeça de lista pela Aliança Povo Unido (APU) e pela Coligação Democrática Unitária (CDU) durante 7 mandatos consecutivos. Em finais de 2004, o Ministério Público requereu o seu julgamento, acusando-o da prática de seis crimes (um de prevaricação, dois de falsificação de documentos e três de abuso de poder). Concomitantemente a esta situação, Alfredo Barroso e o seu vice-presidente António Recto manifestaram-se publicamente em favor de Carvalho da Silva para a liderança do PCP em detrimento de Jerónimo de Sousa. Por um ou por outro motivo (ou mesmo por ambos), a CDU retirou-lhes a confiança política, tendo os mesmos decidido concorrer autonomamente num movimento sem o apoio de qualquer partido. O sucesso do movimento então criado foi tal que lhes garantiu a vitória em três atos eleitorais autárquicos subsequentes (2005, 2009 e 2013). Em 2013, devido à lei de limitação de mandatos – Lei nº 46 /2005 –, Alfredo Barroso não se pôde recandidatar à Câmara Municipal, sendo o movimento de cidadãos encabeçado pelo seu vice-presidente. No entanto, não se afastou da política e encabeçou a lista à Assembleia Municipal.

Quadro 3. Presidentes eleitos da Câmara Municipal do Redondo

	Vencedor	Presidente CM	%	Mandatos
1976	FEPU	Manuel Roque	47,00%	3 em 5
1979	APU	António Parra	52,80%	3 em 5
1982	APU	Alfredo Barroso	48,90%	3 em 5
1895	APU	Alfredo Barroso	54,00%	3 em 5
1989	CDU	Alfredo Barroso	57,80%	3 em 5
1993	CDU	Alfredo Barroso	61,10%	4 em 5
1997	CDU	Alfredo Barroso	61,50%	4 em 5
2001	CDU	Alfredo Barroso	48,40%	3 em 5
2005	GC	Alfredo Barroso	43,60%	3 em 5
2009	GC	Alfredo Barroso	53,80%	4 em 5
2013	GC	António Recto	53,50%	3 em 5

Feita esta contextualização, importa apresentar o grupo de cidadãos que emergiu neste concelho. Foi fundado em 2005 e denomina-se *Movimento Independente do Concelho do Redondo* (MICRE). O seu Fundador foi Alfredo Barroso, dissidente do PCP (a quem fora retirada a confiança política pelos motivos atrás apontados), que o impedia de concorrer novamente a ato eleitoral. Este líder já tinha grande notoriedade, uma vez que desempenhara as funções de Presidente de Câmara durante 19 anos consecutivos. Estatutariamente, em 2006, o Movimento MICRE constituiu-se como uma associação de intervenção cívica, social e política na área do município do Redondo, com os órgãos estatutários previstos na lei. Trata-se de um movimento com um líder bem identificado que consegue congrega em seu redor elementos de origem política muito variada (indivíduos sem filiação partidária, outros que já foram membros de partidos, dissidentes, etc.). Quanto aos apoios físicos, cinge-se a munícipes voluntários e a sócios; em termos de apoios físicos e estruturais, limitam-se a uma sede de campanha alugada e, no que respeita a apoios financeiros, às quotas dos membros, acrescidas da subvenção pública destinada ao financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais (apenas 25%, porque não conseguem justificar mais).

*Em termos de funcionamento*, tinham sede alugada e era lá que se reuniam. Quando eram muitos recorriam a um espaço cedido pela Câmara Municipal (procedimento habitual quando solicitado por qualquer força política). As reuniões ocorriam sempre que necessário e no final do dia. Os elementos do movimento tinham constantes encontros com os eleitores e um relacionamento cordial com os restantes partidos. É um movimento que está representado na Associação Nacional dos Movimentos Autárquicos Independentes (AMAI). Quanto aos aspetos comunicacionais, tinham um porta-voz, recorriam a uma rádio local (*Rádio Campanário* de Vila Viçosa) e revelavam um considerável manuseamento das TICs: *site* próprio e manutenção de uma rede social (Facebook) na qual apresentavam textos informativos consistentes, avisos e/ou mensagens curtas e conteúdos pictóricos (fotografias da campanha). Tinham também um e-mail para responder a dúvidas dos munícipes.

Na preparação da campanha eleitoral há alguns aspetos que são tidos em consideração, nomeadamente a elaboração das listas. Esta passa sempre pelos órgãos do movimento e segue os seguintes critérios: «ter capacidade», «trazer mais-valia», «estar apto para o exercício de certas funções» e «ter disponibilidade». O género (3 homens/1 mulher) e o prestígio social foram alguns dos parâmetros a ter em consideração. Na execução, as modalidades de ação de campanha assentaram em sessões de esclarecimento, arruadas, entrevistas nos *media* locais. Quanto aos materiais utilizados e sua produção, é de realçar os pendões, cartazes de pequena dimensão, faixas e brindes.

O plano estratégico do movimento teve essencialmente em consideração cumprir as competências que são atribuídas às autarquias pela Lei 75/2013 e dar continuidade aos mandatos anteriores.

Quanto ao exercício do poder, argumentam ter o programa eleitoral totalmente cumprido. Salientam alguns projetos considerados emblemáticos, como é o caso da criação do cartão social do idoso, que facilita o pagamento de medicamentos e outras atividades relacionadas com o seu bem-estar. Não nos podemos esquecer que este é um município muito envelhecido e a atenção para com os idosos é fundamental.

Quanto ao futuro, o movimento MICRE vai ter continuidade nas eleições autárquicas de 2017. O atual Presidente de CM vai recandidatar-se e as bandeiras da campanha irão ser questões sociais, bem-estar da

152 população, emprego, investimento na preservação do património e na cultura. As listas irão ter continuidade, embora com alguma renovação.

### 3. *Movimento Autárquico Não-Partidário* de Portalegre – CLIP

Portalegre é uma cidade com 24.930 habitantes e é sede de concelho do distrito homónimo. É um concelho que tem 7 freguesias: Alagoa, Alegrete, Fortios, Reguengo e São Julião, Ribeira de Nisa e Carreiras, Sé e São João (Portalegre) e Urra. Em termos políticos, no que às eleições legislativas diz respeito, há uma predominância de escrutínios favoráveis ao Partido Socialista, com três atos eleitorais favoráveis ao PSD (ver quadro 4).

Quadro 4. Resultado das eleições legislativas em Portalegre (partidos vencedores)

1976	1979	1980	1983	1985	1987	1991	1995	1999	2002	2005	2009	2011	2015
PS	PS	PS	PS	PS	PSD	PSD	PS	PS	PS	PS	PS	PSD	PS

No que respeita ao poder autárquico, a situação inverte-se, havendo mais escrutínios favoráveis ao Partido Social-Democrata e apenas quatro ao Partido Socialista (quadro 5).

Quadro 5. Resultado das eleições autárquicas em Portalegre (partidos vencedores)

1976	1979	1983	1985	1989	1993	1997	2001	2005	2009	2013
PS	AD	PS	PS	PSD	PDS	PS	PSD	PSD	PSD	GC

Para compreender a perda da supremacia que o PSD adquirira nos atos eleitorais autárquicos de 2001, 2005 e 2009 a favor de um grupo de cidadãos em 2013, importa analisar o quadro 6, que apresenta os nomes dos Presidentes de Câmara eleitos. Dessa análise constatamos que as eleições de 2001, 2005 e 2009 deram vitória ao PSD e elegeram como presidente Mata Cáceres.



Quadro 6. Presidentes eleitos da Câmara Municipal de Portalegre

	Vencedor	Presidente CM	%	Mandatos
1976	PS	Fernando Soares	43,80%	3 em 7
1979	AD	João Maças	41,10%	3 em 7
1982	PS	Rui Simplício	44,90%	3 em 7
1895	PS	Rui Simplício	41,50%	4 em 7
1989	PSD	João Miguéns	45,10%	3 em 7
1993	PSD	João Miguéns	49,60%	4 em 7
1997	PS	Amílcar Santos	42,20%	3 em 7
2001	PSD	Mata Cáceres	42,50%	3 em 7
2005	PSD	Mata Cáceres	42,50%	3 em 7
2009	PSD	Mata Cáceres subst. Adelaide Teixeira (2 anos)	42,50%	3 em 7
2013	GC	Adelaide Teixeira	42,44%	4 em 7

No entanto, no decurso do terceiro mandato, José Mata Cáceres demitiu-se do cargo, alegando razões de natureza pessoal, assumindo a sua Vice-presidente (Adelaide Teixeira) a liderança da autarquia. Ao longo dos 10 anos em que liderou o município, Mata Cáceres e a sua equipa mudaram o visual da cidade, aproveitando as verbas do *Programa Polis*. Destaca-se a requalificação do centro histórico, a construção do Centro de Artes e Espetáculos e a mudança dos serviços da Câmara para a antiga fábrica de lanifícios. Em 2013, Adelaide Teixeira pretendia dar continuidade ao trabalho empreendido e encabeçar a lista pelo PSD à Câmara Municipal. No entanto, o PSD optou por nomear um militante, tendo a escolha recaído no médico Jaime Azedo em detrimento da Presidente de Câmara, que havia sido eleita como independente nas listas do PSD. Se é verdade que o PSD havia ganho as eleições autárquicas de 2009 com 42,5% dos votos, o movimento de cidadãos encabeçado por Adelaide Teixeira obteve, nas eleições de 2013, 42,44% dos votos (elegendo 4 dos 7 mandatos), remetendo o PSD para 10,60% dos votos, afastando-o por completo da autarquia.

O movimento de cidadãos a que até aqui temos feito referência denomina-se *Movimento de Cidadãos Livres e Independentes por Portalegre* (CLIP). Foi fundado em 2013 como movimento de cidadania para concorrer às eleições autárquicas. Por imposições legais, em 2014

o movimento constituiu-se, estatutariamente, como uma associação cívica livre, rigorosamente independente e não submetida a filiações ou orientações de qualquer natureza (ideológica, partidária, religiosa ou outra), com os órgãos estatutários previstos na lei. Teve como fundadores «uns quatro ou cinco elementos», entre os quais se encontrava Maria Adelaide Teixeira. As motivações óbvias que estiveram na origem do movimento foi a recusa por parte do PSD de uma independente encabeçar a lista à Câmara Municipal. No entanto, outros argumentos foram igualmente apresentados: insatisfação face aos partidos políticos (em particular às máquinas partidárias), o querer fazer algo pela terra e o desencantamento com as imposições partidárias. Apesar de se considerar um movimento que não tem a organização centrada num líder, destacava-se o Eng<sup>o</sup> Nuno Lacão, que era secretário da Câmara Municipal, e a atual Presidente. Quanto à origem dos restantes elementos, eles eram maioritariamente candidatos independentes sem filiação partidária.

Quanto aos apoios humanos recebidos, estes limitam-se aos munícipes voluntários. Em termos estruturais, apoiavam-se numa sede alugada e em quatro grandes *outdoors* cedidos pelo Hipermercado Continente, antes que os mesmos fossem deitados fora e que foram reciclados pelo movimento CLIP. Quanto aos apoios financeiros, limitavam-se às quotas dos membros (quotização desigual em função das possibilidades de cada um).

Em *termos de funcionamento*, tinham sede alugada e era lá que se reuniam. As reuniões eram ao final do dia e/ou à noite, duas vezes por semana. Os elementos do movimento tinham constantes encontros com os eleitores e um relacionamento cordial com os restantes partidos. É um movimento que está igualmente representado na AMAI. Quanto aos aspetos comunicacionais, tinham um porta-voz, recorriam a uma rádio local (*Rádio Portalegre*) e apresentam um considerável manuseamento das TICs: *site* próprio e manutenção de uma rede social (Facebook), na qual apresentavam textos informativos consistentes e conteúdos pictóricos (fotografias da cidade e da campanha).

Na preparação da campanha eleitoral tinham em consideração o seguinte: na elaboração das listas, a presidente da Câmara Municipal escolhe o presidente da Assembleia Municipal e, posteriormente, cada um deles escolhe as suas listas. Quanto às principais competências para integrar um executivo camarário, foram-nos indicadas as seguintes:

alguém com formação na área financeira; alguém com valências em educação, desporto e cultura e alguém com valências na área da engenharia civil ou arquitetura (para ocupar o pelouro do urbanismo). Além disso, dever-se-iam cumprir os seguintes parâmetros: paridade de género, a formação (pelos motivos apontados), a profissão e o prestígio social. Na execução da campanha, as *modalidades de ação* assentaram em comícios, sessões de esclarecimento, arruadas, distribuição de panfletos nas caixas de correio e contactos porta-a-porta. Quanto aos materiais *utilizados e sua produção*, realce para os *outdoors* de grande dimensão, postais com imagem da terra com um Clip.

O plano estratégico do movimento teve essencialmente em consideração cumprir as competências que são atribuídas às autarquias pela Lei 75/2013 e ter em consideração três vetores dominantes:

- a. *diminuição da despesa*. Teve-se em especial atenção a situação financeira do município (que tinha uma dívida de 53 milhões de Euros) e a grande prioridade foi o saneamento financeiro (atualmente tem uma dívida de 27 milhões, que ainda é superior ao orçamento camarário, que é de 18 milhões);
- b. *atração e captação de investimento*, que gere criação de empregos. Assumiram um entendimento de que a CM deverá ser um elemento facilitador da economia, para criar emprego e fixar as pessoas à terra. Neste vetor, a principal medida consistiu em isentar as empresas do imposto de derrama nos primeiros anos ou reduzir esse mesmo imposto;
- c. *promoção do turismo cultural e paisagístico* (Portalegre tem 5 conventos e é a cidade com o maior número de casas brasonadas). Ainda hoje a CM assume a promoção de uma atividade cultural por mês.

Quanto ao exercício do poder, a entrevistada apontou uma concretização de projetos muito limitada devido ao endividamento da autarquia (53 milhões de euros). No entanto, salientou a requalificação de uma escola, a requalificação de alguns edifícios de habitação social e a diminuição da taxa de desemprego, esta como consequência do investimento que conseguiu atrair para o concelho. Referiu que ficaram muitas promessas por cumprir, nomeadamente aquelas que fazem apelo aos apoios comunitários. Efetivamente, há 6 milhões de euros de fundos comunitários já aprovados para investir no concelho, mas existe o

156 problema das contrapartidas (a Câmara Municipal tem que entrar com 15% e está completamente endividada).

Quanto ao futuro, o movimento CLIP vai ter continuidade nas eleições autárquicas de 2017. A atual Presidente da Câmara vai recandidatar-se e as bandeiras da campanha irão assentar na continuidade do trabalho feito, criar incentivos para atrair mais investimento, para fixar as pessoas à terra e propiciar qualidade de vida e apostar na requalificação urbana. As listas irão ter descontinuidade.

## Conclusão

O trabalho aqui apresentado abordou a temática dos grupos de cidadãos no sistema eleitoral português. Os dois movimentos apresentados, apesar de nos remeterem para terras alentejanas, emergem em contextos bastante diferentes: um é de uma pequena vila com pouco mais de 5.700 habitantes, o outro é de uma cidade capital de distrito com quase 25.000 habitantes. Em termos eleitorais, o primeiro irrompe num município em que o poder autárquico tinha a hegemonia do Partido Comunista; no outro, o poder autárquico era dominado nos últimos atos eleitorais pelo PSD. Há, no entanto, pontos de convergência: os grupos de cidadãos a que nos referimos neste trabalho apresentam líderes que já haviam exercido a presidência de Câmara, embora em listas de outros partidos. E um outro ponto que convém mencionar é que «o abandonar» os partidos pelos quais haviam sido eleitos acarreta uma descida percentual significativa nesses mesmos partidos, assistindo-se a uma deslocação de sufrágios a favor dos novos movimentos autárquicos que então se formaram.

A *primeira conclusão* que daí retiramos é que nas eleições autárquicas os eleitores votam mais em pessoas do que propriamente em partidos e nas ideologias que os formatam. Preferem pessoas da terra com provas dadas em detrimento de ilustres desconhecidos impostos pelas estruturas partidárias.

A *segunda conclusão* que daqui retiramos é a de que chamar a estes movimentos emergentes *grupos de cidadãos independentes* ou *movimentos independentes* parece-nos algo demasiado forçado, porque de independentes têm pouco. Por tal motivo, optamos por os designar como *movimentos autárquicos não-partidários*.

A terceira conclusão é que estes movimentos são formas emergentes de exercer a cidadania e que de alguma forma têm vindo a preparar e a sensibilizar a opinião pública para a possibilidade de vias alternativas para tal exercício, fora do tradicional sistema de partidos e coligações. Destarte, o sucesso destes movimentos tem demonstrado que a automobilização é possível e que pode facilmente ser potenciada pelo uso adequado das novas tecnologias de informação e de comunicação (TICs), sem a tradicional intermediação de terceiros (que no passado já se mostraram incompetentes). Como nos diz Santos (2017), a cidadania tem hoje ao seu dispor instrumentos que podem obrigar o *establishment* político e o mediático a arrepiar caminho, obrigando-os a vir a jogo e, caso não venham, a derrotá-los no seu próprio terreno. Para tal, não é preciso adotar soluções populistas, sejam elas de direita ou de esquerda. Basta promover uma cidadania ativa.

## Bibliografia

- Baumgarten, B. (2015). "O Futuro dos Movimentos Sociais na Representação Sociopolítica". In: A. Freire (org.), *O Futuro da Representação Política Democrática*. Lisboa: Nova Vega, pp. 143-156.
- Castells, J. (1998). *Política, Cultura y Movimientos Sociales*. Bilbao: Bakeaz.
- Goode, W.J. (1992). *Collective Behavior*. New York: Harcourt Brace Jovanovich.
- Javaloy, F.; Rodríguez, A. & Espelt, E. (2001). *Comportamiento Colectivo y Movimientos Sociales*. Madrid: Prentice Hall.
- Miguel, J.T. (2016). "Política: Os Movimentos Independentes Autárquicos em Portugal". *Região de Rio Maior*, nº 1459 (16-09).
- Norris, P. (2011). *Democratic Deficit: Critical Citizens Revisited*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pinto, J.F. (2015). *O Poder em Portugal. Partidos e Cidadãos: Espaço Para Dois?*. Coimbra: Almedina.
- Santos, J.A. (2017). "Nem Endogamia, Nem Populismo!". *Tornado* (jornal online) (07-03).
- Touraine, A. (1982). *Mouvements Sociaux d'Aujourd'hui*. Paris: Editions Ouvrières.



## Movimentos Autárquicos Não-Partidários no Alentejo: Sua Génese e *Modus Operandi*

José António Carochinho\*  
Fernanda Neutel\*\*

### *Resumo*

O fenómeno dos movimentos não-partidários autárquicos é relativamente novo na vida política portuguesa. Estes movimentos, ao que tudo indica, vieram para ficar e tudo aponta para que continuem a crescer, escrutínio após escrutínio. Neste momento já ocupam a quarta posição no ranking das formações políticas autárquicas. Este trabalho tem como objetivo analisar a génese e o *modus operandi* dos movimentos autárquicos não-partidários do Alentejo. Nele são analisados os movimentos que emergiram nos municípios de Portalegre, Estremoz, Redondo, Borba e Alandroal. Conclui-se que, na generalidade, os mesmos têm uma origem semelhante e os membros que os integram são cidadãos que estão mais próximos das pessoas, dos concelhos, das freguesias. Possuem um modo de organização e funcionamento idêntico cuja divulgação assenta nas redes sociais e preparam e executam as campanhas de modo análogo.

*Palavras-chave:* movimentos autárquicos não-partidários, movimentos sociais, cidadãos, exercício de cidadania

---

\* Professor Auxiliar da ULHT.

\*\* Professora Associada da ULHT. Investigadora do CICPRIS.

160 *Abstract*

The phenomenon of municipal non-partisan movements is recente in Portuguese politics. Apparently these movements are not volatile and there are estimates that they will grow as elections take place. At the moment, they are fourth in the ranking of municipal political entities. This article analyses the emergence and *modus operandi* of municipal non-partisan movements that became visible in the municipalities of Portalegre, Estremoz, Redondo, Borba and Alandroal, in the Alentejo. This article establishes that by large these movements have similar origins and they are integrated by those citizens who are closer to the dwellers in the municipalities and parishes. Their organization and functioning are identical, their promotion relies on social networking and their campaigns are similarly prepared and executed.

*Keywords:* non-partisan municipal movements, social movements, citizens, exercise of citizenship



## Introdução

161

Longe vão os tempos em que o Alentejo apresentava uma mancha vermelha no mapa autárquico nacional. Foi particularmente nas áreas rurais do Alentejo, Ribatejo, península de Setúbal e áreas industriais periféricas à cidade de Lisboa que o Partido Comunista Português conseguiu durante muitos anos adquirir a sua hegemonia junto da dita «classe trabalhadora». No Alentejo, essa classe trabalhadora, por ser parca em recursos materiais e dotada de uma significativa taxa de analfabetismo e limitada literacia, assistiu ao reforço autárquico gradual do Partido Comunista e este foi durante muito tempo a sua voz – a sua única voz, dirão alguns! A eficiência dos eleitos pelo PCP nas autarquias fazia toda a diferença e, escrutínio após escrutínio, o PCP continuou, durante vários anos, a liderar vários municípios. No entanto, qualquer sociedade não permanece eternamente inalterável. No transcorrer do tempo, surgem inúmeras invenções e ocorrem diversas situações que levam a mudanças significativas nos hábitos e costumes, na maneira de pensar e de estar dos indivíduos enquanto atores sociais e nas próprias matrizes sociais em que se inserem. É uma evidência de que não nos podemos esgueirar: a transmutação sociológica das sociedades está em permanente evolução. Com as mudanças sociais entretanto ocorridas, em particular com a implementação da escolaridade obrigatória e a diminuição do abandono escolar; com o fenómeno da imigração e da emigração; com a democratização dos *media* e o surgimento de vários canais de TV generalista; com os incrementos tecnológicos; com a revolução na agricultura, decorrente do sistema de regadio propiciado pela barragem de Alqueva; e com o decesso do eleitorado tradicional do PCP que, por via do envelhecimento, tem vindo a desaparecer – a luta pelo poder autárquico alentejano tem, também ela, conhecido profundas mudanças. Nos dias de hoje, a realidade autárquica é bem diferente e os resultados finais de cada escrutínio de difícil antecipação: a competição verifica-se de uma forma mais notória entre o Partido Comunista Português e o Partido Socialista, com avanços e recuos para ambos os lados.

No entanto, nesta disputa, por via da alteração da Constituição ocorrida em 1997 e da lei eleitoral, têm começado a surgir grupos de cidadãos eleitores que se têm apresentado a escrutínio, sem intervenção

dos partidos políticos. É um movimento social emergente que tem vindo a ganhar adeptos por todo o país e que tem encontrado também no Alto Alentejo um campo propício para a sua implementação. Os municípios de Portalegre, Estremoz, Redondo, Borba e Alandroal são aqueles onde a sua atividade tem sido mais perentória, tendo nalguns deles alcançado a liderança. As razões para este sucesso são múltiplas, sendo o descontentamento com os tradicionais partidos políticos e o seu afastamento das comunidades locais os fatores apontados como preponderantes.

## 1. Desenvolvimento

A eclosão destes grupos de cidadãos mereceu a nossa maior atenção não só porque rompem com a tradicional partidocracia e com os interesses instalados, como também porque se constituem como movimentos sociais que propõem soluções alternativas para a governação de proximidade e despertam as populações acomodadas para o exercício efetivo da cidadania. Dentro desta linha de pensamento, o CICPRIS/ULHT desenvolveu uma linha de investigação que se preocupou com o estudo destes movimentos e que tentou ir ao encontro das motivações que se encontram na sua génese, nos recursos humanos que os enformam e no seu *modus operandi*. O trabalho parcial que aqui se apresenta incide apenas sobre os movimentos não-partidários autárquicos do Alentejo e é decorrente do trabalho de campo de uma equipa de três investigadores que, ao debruçarem-se sobre os mesmos, procuraram encontrar similaridades ou dissemelhanças no seu funcionamento. As *premissas* de partida foram as seguintes:

- Os *movimentos autárquicos não-partidários* do Alentejo têm uma origem semelhante e um modo de organização e funcionamento idêntico e preparam e executam as campanhas de modo análogo.
- Os *movimentos autárquicos não-partidários* do Alentejo têm uma origem diversa e um modo de organização e funcionamento bastante diferenciado e preparam e executam as campanhas com elevada distintividade.

*Participantes.* Participaram neste estudo os representantes de seis *movimentos autárquicos não-partidários* do Alentejo: o Movimento

Independente por Estremoz (MIETZ), o Movimento Independente do Concelho do Redondo (MICRE), o Movimento Unidos por Borba (MUB), o Movimento Unidade e Desenvolvimento do Alandroal (MUDA), o movimento Defesa da Integridade Territorial e Desenvolvimento do Alandroal (DITA) e o movimento Cidadãos Livres e Independentes por Portalegre (CLIP). Estes movimentos foram escolhidos por terem sido bem-sucedidos no último sufrágio autárquico e terem conseguido a presidência das Câmaras Municipais de Estremoz, Redondo, Borba e Portalegre. Foram incluídos os dois movimentos independentes do Alandroal, por os seus respetivos líderes já terem ocupado a presidência do município e serem os atores políticos dominantes naquele concelho.

*Instrumentos.* A técnica utilizada na recolha da informação foi a entrevista estruturada através de um guião previamente elaborado para que as mesmas questões fossem formuladas a todos os inquiridos, para assim podermos ter um padrão de comparação entre eles. O guião foi estruturado em várias partes distintas. A título de exemplo referem-se aqui algumas delas: origem do movimento, a forma como esse movimento se organizava, o seu funcionamento, a forma como as campanhas eleitorais eram preparadas e executadas, bem como a forma como perspetivavam o futuro. No final do dia a entrevista era transcrita para texto para se evitar a perda de informação.

*Procedimentos.* Todos os líderes dos movimentos anteriormente referenciados foram formalmente contactados através de um ofício onde foi apresentado o convite para a participação no estudo e posteriormente estabelecidos contactos telefónicos para agendamento da entrevista. As entrevistas foram efetuadas sempre por dois investigadores e em espaços determinados pelos entrevistados. Para os líderes eleitos, esses espaços foi a respetiva Câmara Municipal. O clima de colaboração estabelecido foi bastante cordial e cooperante.

## 2. Resultados

### 2.1 A origem dos movimentos

Dos movimentos analisados constatámos que os fundadores do MIETZ (Estremoz) e do MICRE (Redondo) são pessoas com vínculos remotos ao PCP; no MUB (Borba), no MUDA e no DITA (Alandroal) são atores políticos dissidentes do PS e a presidente do CLIP (Portalegre),

apesar de se considerar independente, integrou no passado listas do PPD/PSD e assumiu, nessa qualidade, os comandos da autarquia. O líder do MIETZ (Estremoz) e o líder do MUB (Borba) também eles se consideraram independentes aquando da sua integração nas listas partidárias.

### *2.2. Motivações que Estiveram na Origem do Movimento*

Do questionamento efetuado sobre as motivações que estiveram na origem dos movimentos, três delas aparecem-nos como claramente dominantes, com cinco movimentos a assinalarem a sua escolha: insatisfação face aos partidos políticos, desencantamento e querer fazer algo pela terra.

### *2.3. Influência de Municípios Vizinhos*

Os líderes dos movimentos MIETZ (Estremoz) e CLIP (Portalegre) afirmaram não ter tido influência dos movimentos dos municípios vizinhos, por oposição aos dois movimentos de Alandroal (MUDA e DITA), que o afirmam categoricamente. Os líderes dos movimentos MICRE (Redondo) e MUB (Borba) acreditam que tenha havido alguma influência, quanto mais não seja na preparação da opinião pública regional para a possibilidade de uma solução alternativa para além da que os partidos políticos apresentavam.

Da nossa parte, analisando o mapa do distrito de Évora, verificamos que este *boom de movimentos autárquicos não-partidários* bem-sucedidos surgiu num conjunto de municípios do nordeste alentejano contíguos entre si, evidenciando um possível efeito de contágio.

De referenciar que os líderes destes movimentos, apesar de se terem movido no passado na esfera de partidos políticos, nunca haviam concorrido por um qualquer outro movimento não-partidário.

■ PS ■ PPD/PSD ■ PPD/PSD/CDS-PP ■ CDS-PP ■ PCP-PEV ■ Independentes

2013



Fig. 1. Distrito de Évora

#### 2.4. Apoios que Receberam

Quanto ao tipo de apoios recebidos, os líderes dos seis movimentos são unânimes em afirmar que os *apoios humanos* se consubstanciaram apenas em munícipes voluntários (e sócios). Os apoios físicos parece terem sido inexistentes – todos referiram que tiveram uma sede de campanha alugada. Nos *apoios financeiros* prevaleceram as quotas, os donativos e as contribuições de simpatizantes. Os líderes dos movimentos MIETZ (Estremoz), MICRE (Redondo) e DITA (Alandroal) referiram ainda como apoios financeiros a subvenção pública destinada ao financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.

#### 2.5. Organização dos Movimentos

A liderança destes movimentos aparece centrada num líder específico do sexo masculino, com idade a rondar o limite inferior dos 40 anos e com profissão ou ocupação que lhe conferem uma assinalável notoriedade. O movimento CLIP de Portalegre, apesar de ter uma mulher a liderá-lo, na sua gênese teve também um homem. De realçar que

todos os líderes destes movimentos já haviam ocupado funções de liderança autárquica (Presidência de Câmara, Vice-presidência de Câmara, Presidência de Junta) no concelho a que concorrem. Em termos de caracterização socioprofissional, são oriundos das categorias sociológicas referentes aos «pequenos empresários, proprietários e comerciantes»; «especialistas das profissões intelectuais e científicas» e um da categoria dos «operários, artífices, operadores de instalações e máquinas». Todos os seis movimentos se estruturavam sob a figura de associações cívicas com órgãos próprios, sendo diversa a origem dos elementos que integravam as listas (candidatos independentes sem filiação partidária, candidatos com filiação partidária, candidatos dissidentes de partidos políticos, etc.).

### *2.6. Instrumentos da Organização*

A comunicação informal foi a forma de comunicação privilegiada no contacto com as populações. Os dois movimentos do Alandroal referiram, no entanto, que optavam por comunicação formal e informal. Nas situações em que recorriam à comunicação formal esta era feita maioritariamente sob a forma de colóquios e debates (referida por 5 movimentos) e sob a forma de comunicados/panfletos (referida por 4 movimentos). Em terceiro lugar, com 3 referências, surgem as reuniões por bairros ou freguesias e os comícios.

Todos os movimentos tinham sede alugada e este era o local privilegiado para as reuniões que se realizavam no final do dia com uma predominância de frequência diária ou 2 ou 3 vezes por semana. Todos eles privilegiavam o encontro com os eleitores, considerando esta proximidade um elemento distintivo essencial. No que respeita ao relacionamento com os partidos políticos, este foi maioritariamente referido como cordial. Apenas o movimento MIETZ o referiu como indiferente. Quanto à participação na Associação Nacional dos Movimentos Autárquicos Independentes (AMAI), as respostas repartem-se equitativamente entre a adesão (MIETZ, MICRE, CLIP) e a não-adesão (MUB, MUDA e DITA).

### *2.7. Manuseamento das TICs*

Quanto ao manuseamento das tecnologias de informação e comunicação (TICs), temos a assinalar a unanimidade relativa à sua adesão. Todos os movimentos tiveram *site* próprio, todos recorreram a um

perfil nas redes sociais (Facebook) onde publicavam o seu logótipo como imagem identitária e de distintividade.



Fig. 2. Logótipos dos movimentos independentes estudados

Quanto aos contactos com a imprensa, estes movimentos privilegiaram as rádios locais nas quais tinham interlocutores privilegiados (a *Rádio Campaniço* de Vila Viçosa, no distrito de Évora, e a *Rádio Portalegre*, no distrito homónimo). Dois movimentos referiram ter tido um porta-voz (MICRE e CLIP).

### 2.8. Preparação das Campanhas Eleitorais

Cada movimento referiu os seus critérios para a elaboração das listas. O movimento DITA (Alandroal) indicou que os mesmos eram decididos em plenário. O movimento CLIP (Portalegre) identificou áreas específicas das competências desejáveis (área financeira, cultura, educação e desporto, engenharia civil/arquitetura). Os restantes optaram por enumerar um conjunto de características desejáveis para os seus candidatos. Dessa enumeração destaca-se «o ser competente», «a honestidade e a credibilidade» e «o ter notoriedade local», como sendo aquelas que maior peso tinham na sua elaboração. Nestas, todos tinham em atenção o prestígio social dos candidatos (em particular dos líderes) e a paridade de género (exceção para o MIETZ, de Estremoz). Nenhum destes movimentos recorria a sondagens – referiram

168 frequentemente que «a melhor sondagem era a que advinha do contacto com os munícipes».

### 2.9. Execução da Campanha

As modalidades de ação privilegiadas foram: entrevistas nos *medias* locais (referida pelos representantes dos 6 movimentos), sessões de esclarecimento (5 movimentos), arruadas (5 movimentos), comícios (4 movimentos) e distribuição de panfletos (4 movimentos).

Quanto aos materiais utilizados, os mais referidos foram os *outdoors* (5 movimentos), os cartazes de pequenas dimensões (4 movimentos) e a distribuição de brindes (4 movimentos). Os brindes preferidos pelos movimentos tinham em consideração a sua utilidade quotidiana e foram identificados como canetas (4 movimentos), isqueiros (3 movimentos), t-shirts (2 movimentos), bonés (1 movimento) e bolsa para telemóvel (1 movimento).

Todos os movimentos assumiram a importância das TICs nas campanhas (quatro referiram uma importância média e os dois movimentos do Alandroal atribuíram elevada importância). Quanto ao conteúdo das mensagens veiculadas através das TICs, realce para textos informativos consistentes e os elementos pictóricos (com recurso a imagens, sobretudo fotografias de ações de campanha), com a afirmação do logótipo e da cor associada ao movimento.

### 2.10. Futuro

Quanto ao futuro, todos os representantes dos seis movimentos referenciaram a sua intenção de se voltarem a candidatar nas eleições autárquicas de 2017, antevendo as questões sociais, ambientais e culturais como sendo as suas principais bandeiras. Referiram-se à evolução do poder local ao longo dos anos de forma bastante positiva e, na generalidade, salientaram a importância do mesmo como um poder de proximidade de importância crucial para o desenvolvimento dos municípios (em particular os do interior – tantas vezes esquecidos e ignorados pelo poder central). Apontaram a burocracia e a lentidão da administração central como sendo os aspetos mais negativos. Referenciaram os constrangimentos de ordem legislativa e financeira como limitativos da atividade autárquica que originam a incompreensão das populações, que exigem respostas rápidas.



Questionados sobre as qualidades que um Presidente de Câmara deve possuir enumeraram um extenso rol, no qual sobressai a «humildade», o «bom senso e sensibilidade», a «disponibilidade» e o «gosto por servir os outros». Quanto ao fenómeno das candidaturas autárquicas não-partidárias, salientaram a ideia de que as mesmas «são promotoras de mais democracia, são um fenómeno resultante da evolução das sociedades» e, ainda, a ideia que marca a distintividade destes relativamente aos partidos políticos: «os partidos políticos obedecem a lógicas partidárias enquanto os movimentos não-partidários obedecem aos cidadãos».

## Conclusões

Quando falamos em movimentos não-partidários autárquicos vem-nos à ideia a figura de quem os lidera e todo o passado que a sua personagem acarreta. Estamos, naturalmente, cômnicos de que nas candidaturas autárquicas não-partidárias há uma considerável variedade de géneros e origens dos candidatos, que vão desde a dissidência partidária até aos candidatos e movimentos genuinamente independentes. No entanto, analisando estes seis movimentos que despontaram no Alto Alentejo, ficámos com a clara sensação de que grande parte deles nos parecem, à partida, falsos independentes, porque, pelo discurso dos seus líderes, depreendemos que, por algum motivo, entraram em rutura com os antigos partidos políticos (e/ou viram a sua candidatura não receber a chancela avalizada das direções dos partidos de origem) e, face a tais inconformidades, decidiram candidatar-se de forma autónoma. Obviamente que isso acontece porque é legalmente permitido. Por isso mesmo, opinamos que a lei eleitoral deve equacionar a revogação desta situação. Em nosso entender deveria estar previsto um período de nojo de um determinado intervalo de tempo, devidamente especificado, em que vigorasse a incompatibilidade e o impedimento para se assumir candidaturas num outro partido ou movimento. Aqueles que deixam os partidos, por qualquer razão, só deveriam poder candidatar-se algum tempo depois, em listas independentes, até para dar mais credibilidade aos ditos movimentos não-partidários.

Tendo em consideração a premissa de partida para este estudo, concluímos que os movimentos não-partidários autárquicos do Alentejo têm uma origem semelhante e um modo de organização e funcionamento

170 idêntico. Além disso, preparam e executam as campanhas de modo análogo, recorrendo aos escassos meios de que dispõem, otimizando-os, e às rádios locais, que lhes facilitam a publicitação da sua mensagem. Combatem as tradicionais cores partidárias, procurando criar símbolos e cores alternativas, tentando impor uma imagem identitária diferente daquela a que os partidos políticos nos habituaram.

Mesmo parecendo *falsos movimentos independentes* pelas proximidades ideológicas que os seus líderes manifestaram num passado não muito distante, acreditamos na sua bondade. Em termos de bandeiras, compromissos e obediências, estes movimentos não-partidários alentejanos esforçam-se por colocar nas agendas as questões sociais mais aflitivas dos seus municípios, comprometendo-se a incrementar melhorias e a fazer chegar a sua voz aos centros de decisão nacional, não obedecendo aos tradicionais caciques partidários que limitavam (e limitam) o exercício da sua atividade. A este propósito, terminamos com um desabafo de um presidente de câmara eleito por um destes movimentos:

«em termos sociais, neste município do interior, para além da Câmara Municipal há a salientar o papel social da Igreja e da Santa Casa da Misericórdia. No passado, enquanto eleito pelo PCP, a aproximação à igreja era vista de forma não desejável e até impensável. Hoje, eleito por um movimento não-partidário colaboro ativamente com a Igreja, sem qualquer tipo de objeção ou de censura e, com as três entidades em conjunto criamos fortes sinergias que se mostram importantíssimas para combater a exclusão social. Só assim é possível apoiarmos os extratos mais fragilizados socialmente nos nossos municípios do interior, face aos poucos recursos de que individualmente dispomos».

## Os Movimentos Autárquicos Não-Partidários nas Eleições Autárquicas no Concelho de Sintra

José Filipe Pinto\*  
Elias Quadros\*\*  
Diogo Morais\*\*\*

### *Resumo*

Desde as primeiras eleições autárquicas, Sintra tem sido sempre governada por partidos. No entanto, a impossibilidade de recandidatura de um Presidente, devido à lei de limitações de mandatos, originou uma cisão no bloco dominante e o surgimento de um movimento independente que, desde então, tem constituído a segunda força eleitoral no concelho.

Este texto apresenta a cronologia dos vários atos eleitorais, estuda os ciclos partidários e identifica a estratégia partidária de partidos da oposição no sentido de se colarem ao grupo de cidadãos eleitores.

*Palavras-chave:* Sintra, Sintrenses com Marco Almeida, Basílio Horta, estratégia partidária

---

\* Professor Catedrático da ULHT. Investigador do CICPRIS. Subdiretor da *ResPublica*.

\*\* Professor Associado da ULHT. Investigador do CICPRIS.

\*\*\* Investigador do CICPRIS. ULHT.

172 *Abstract*

Since the first municipal election, Sintra has always been governed by parties. However, the impossibility of a third candidacy of the President, due to the limit of the number of mandates, caused a political cleavage in the ruling block and the appearance of an independent movement that, since then, has been the second electoral force in the county. This essay presents the chronology of the several electoral acts, studies the partisan cycles and identifies the strategy of the opposition parties regarding the possibility of joining to non-partisan movement.

*Palavras-chave:* Sintra, Sintrenses com Marco Almeida, Basílio Horta, party strategy

## Introdução

173

No quadro da análise dos *movimentos autárquicos não-partidários*, este estudo pretende debruçar-se sobre a experiência do grupo de cidadãos eleitores que – em 2012 e sob a denominação de *Sintrenses com Marco Almeida* – nasceu em Sintra para disputar as eleições aos órgãos autárquicos de 2013.

Para compreensão do fenómeno, o estudo coloca-se no terreno da disputa autárquica do concelho de Sintra, esboçando uma breve caracterização daquela circunscrição administrativa. Neste propósito, fala brevemente da terra e das suas gentes, da economia e do emprego, da divisão administrativa e da governação do território sintrense.

Mais demoradamente se aborda o histórico eleitoral do município e das freguesias do concelho, assinalando diferentes ciclos na governação autárquica de Sintra ao longo de todo o período do Portugal democrático, incluindo as eleições de 1 de outubro de 2017, a que o movimento de eleitores haveria de concorrer travestido de partido.

O estudo conclui com uma reflexão sobre aquela mudança, interrogando-se quanto à justeza de semelhante alteração.

Metodologicamente, o trabalho socorreu-se principalmente de consulta bibliográfica, seja do acervo já produzido por elementos do grupo de investigação sobre a temática (Quadros, 2012; Pinto, 2015), de diversos estudos editados pela Câmara Municipal de Sintra, de diferentes artigos e comunicados que foram surgindo em órgãos de comunicação social, regional e nacional, bem como a legislação relativa à temática.

O estudo contou ainda com pesquisas em sítios oficiais – do Instituto Nacional de Estatística, da Comissão Nacional de Eleições e da Câmara Municipal de Sintra –, bem como uma entrevista concedida pelo líder do movimento autárquico não-partidário, Marco Almeida.

### 1. Breve Perfil do Concelho

Património Mundial-Paisagem Cultural, capital portuguesa do romantismo, segundo concelho mais populoso do país, Sintra fica às portas de Lisboa de que dista uns 30 km a percorrer por meia hora fora dos picos de trânsito.

Sede do concelho, a Vila de Sintra – portuguesa desde os tempos da conquista da capital e celebrada por romancistas e poetas – graças

à tipicidade do clima, maravilha das paisagens e riqueza monumental, é santuário turístico de nacionais e estrangeiros.

Orgulhoso de seu foral *velho*, o concelho de Sintra estende-se por uma área de 319,23 km<sup>2</sup>, desde a ponta mais ocidental da Europa – «onde a terra se acaba e o mar começa» –, confinando, a norte, com o município de Mafra, a oriente, com os concelhos de Loures, Odivelas e Amadora, a sudeste, com Oeiras e, a sul, com o concelho de Cascais.

Com cerca de 382.000 habitantes, cerca de 4% da população nacional e 13% dos habitantes de toda a Área Metropolitana de Lisboa<sup>1</sup> (AML), o concelho de Sintra – que conheceu ainda entre os últimos censos um incremento demográfico perto do triplo da média nacional – é, como se disse, o segundo mais populoso do país, logo a seguir ao município da capital e à frente dos maiores concelhos do Norte, Vila Nova de Gaia e Porto, e dos vizinhos municípios de Cascais, Loures, Amadora e Oeiras.

A circunscrição municipal de Sintra conhece uma densidade populacional da ordem dos 1.196 habitantes por km<sup>2</sup>, sendo, porém, os habitantes muito desigualmente distribuídos pelas localidades do concelho.

Realmente, as imigrações – incluindo o retorno de nacionais das ex-colónias, imigrantes, especialmente de países africanos, dos designados países de leste e do Brasil – e a acelerada expansão habitacional para as periferias de Lisboa transformaram em poucas décadas a paisagem e o tradicional habitat concelhio. Realmente, a circunscrição viu, particularmente nas quatro últimas décadas do século passado, substituir o ruralismo da agricultura e da pastorícia pela concentração, quase sempre desordenada, da construção em altura, gerando graves problemas de gestão do território, das infraestruturas – educação, saúde, lazer, mobilidade.

Em poucos anos, surgem, praticamente do nada, verdadeiras cidades – como Algueirão-Mem Martins, Agualva, Cacém, São Marcos, Massamá, Queluz – cujas necessidades coletivas exasperam os serviços municipais e os paroquiais, exponenciando a orgânica camarária e levando à criação de novas freguesias que chegavam à vintena em 2012.

---

1. Associação que integra os municípios de Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira

Porém, a reorganização administrativa imposta no ano seguinte<sup>2</sup> veio reduzir o número destas autarquias, conhecendo, assim, a população sintrense uma assimétrica distribuição em que apenas três das atuais freguesias – Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar; Colares; São João das Lampas e Terrugem – apresentam densidade populacional inferior à média concelhia, de 1.196 habitantes por km<sup>2</sup>, denotando ainda traços da tradicional ruralidade.

Os indiciados fenómenos migratórios e urbanísticos repercutiram-se diretamente na estrutura económica e no sistema de mobilidade da circunscrição concelhia.

De facto, o setor primário vem decrescendo continuamente e até o industrial, afirmando-se, por outro lado, as atividades terciárias, a despeito das deficientes acessibilidades, designadamente à capital.

Atualmente, menos de 1% da população do concelho está empregada em atividades primárias, sendo o setor secundário – com destaque para as atividades transformadoras e da construção civil – que ainda absorve notável volume do pessoal que trabalha no concelho de Sintra, sendo o comércio e serviços a empregar quase metade dos trabalhadores. É assim em pequenas unidades produtivas que – na sua esmagadora maioria (96,4%) – empregam até 10 trabalhadores, sendo de 3,1 o número médio de trabalhadores por empresa.

Porém, grande parte da população do concelho sai quotidianamente para trabalhar ou estudar em Lisboa: são milhares e milhares de passageiros que – como condutores ou simples passageiros em automóveis e em transportes coletivos rodoviários – bloqueiam, não raro, a principal via rodoviária de ligação, o famigerado IC 19, sempre presente nas notícias de trânsito; outros tantos milhares sobrecarregam, de manhã e à tarde, a ferrovia conhecida por Linha de Sintra, com enorme volume de tráfego.

## 2. A Governação do Concelho

Conforme o ordenamento constitucional, no território concelhio de Sintra prosseguem atribuições e exercem as suas competências legais três diferentes administrações, a saber: a Administração Central do

---

2. Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro: Reorganização administrativa do território das freguesias. Este diploma reduziu, em todo o país, o número de freguesias de 4.260 para 3.092 e, em Sintra, de 20 para 11.

176 Estado – cujas organizações são competentes, no âmbito das respetivas valências sobre todo o território; as Administrações Paroquiais – com atuação limitada ao território das respetivas autarquias; e a Administração Municipal – cujas atribuições legalmente enumeradas de modo não taxativo são prosseguidas segundo as competências que a lei assinala ao poder político municipal.

Deste modo, naquele espaço concelhio – e sem prejuízo do papel autárquico em tais áreas – são de primeira responsabilidade do poder central diferentes infraestruturas e serviços à comunidade. Dentre estes, pela eminência das funções e potencial de emprego, relevam estruturas de segurança e ordem pública, de educação, saúde, segurança social...

Quanto à Administração Municipal, atente-se que a circunscrição administrativa de Sintra – compreendendo os já referidos onze territórios das freguesias – constitui o suporte territorial da pessoa coletiva de direito público denominada Município de Sintra. Trata-se de uma autarquia local com relevantes poderes de autogovernação, cujos representantes – tal como os titulares dos órgãos superiores do Estado – gozam de legitimidade política conferida pelo voto universal, neste caso, dos habitantes do concelho.

Ora, pelo Município de Sintra respondem os seus dois órgãos de governo, ambos colegiais, que, também por previsão constitucional, são a Assembleia Municipal de Sintra e a Câmara Municipal de Sintra.

A Assembleia Municipal – com funções de natureza predominantemente deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida pela Câmara – é composta por membros eleitos diretamente, em número triplo ao dos membros daqueloutro órgão<sup>3</sup>, em boletim de voto específico. Integram ainda a Assembleia outros membros – por inerência de funções – também eles eleitos, mas indiretamente: trata-se dos presidentes das juntas das freguesias do concelho, sendo, cada um deles, o primeiro eleito da lista vencedora da disputa eleitoral da assembleia da respetiva freguesia.

---

3. Conforme o artigo 42º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, «o número de membros eleitos diretamente não pode ser inferior ao triplo do número de membros da respetiva Câmara Municipal». Nos termos do artigo 57º, a Câmara Municipal de Sintra é composta por 11 elementos – 1 presidente e 10 vereadores – porque o Município tem 100.000 ou mais eleitores.



Assim, na sequência das eleições autárquicas de 2013, a Assembleia Municipal de Sintra apresentava, por deputados eleitos diretamente e por presidentes de juntas, a seguinte configuração:

Forças Representadas	Eleitos Diretos	Presid.Junta
Partido Socialista	11	7
Movimento Sintrensens com Marco Almeida	9	4
Coligação Sintra Pode Mais (PPD/PSD e CDS/PP)	6	-
CDU – Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)	5	-
Bloco de Esquerda	2	-
<i>Total de Membros</i>	<i>33</i>	<i>11</i>

Fonte: CNE

Quanto à Câmara Municipal de Sintra – composta por 1 presidente e 10 vereadores – cabe-lhe, de modo genérico, submeter à Assembleia a definição das estratégias e das políticas municipais, implementá-las uma vez aprovadas, prover a gestão municipal, pela direção e superintendência dos serviços municipais e das diferentes estruturas da administração indireta do município.

Este órgão, executivo, do Município de Sintra – presidido por Basílio Horta, eleito pelo Partido Socialista – conheceu, em razão das eleições autárquicas de 2013, a seguinte composição, por forças políticas:

Forças Representadas na Câmara Municipal	Lugares na Vereação
Partido Socialista	4
Movimento Sintrensens com Marco Almeida	4
Coligação Sintra Pode Mais (PPD/PSD e CDS/PP)	2
CDU – Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)	1
Total: Presidente e vereadores	11

Fonte: CNE

Acresce que a Câmara – para o desenvolvimento das atividades no prosseguimento das atribuições municipais – tem um orçamento municipal, aprovado pela Assembleia, da ordem dos 200 milhões de euros provenientes de receitas próprias e de transferências do Orçamento do Estado, nos termos legalmente estabelecidos.

Por outro lado, o executivo municipal dispõe de uma vasta estrutura organizativa, de administração direta – cujos serviços municipais, só por si, empregam mais de três milhares de colaboradores, não contando, pois, com os serviços municipalizados, que dispõem também de um volumoso mapa de pessoal próprio – e de administração indireta, em que relevam as empresas municipais e outras pessoas coletivas superentendidas ou participadas pela Câmara Municipal, de que ela se serve para a prossecução de atribuições próprias do município.

Assim, pelo vasto leque de atribuições que lhes compete prosseguir e pelo volume de recursos à disposição, assume grande importância a escolha dos titulares dos órgãos autárquicos. Veja-se, pois, como, para tanto, procedem os sintrensens.

### 3. As Eleições Autárquicas em Sintra

Ora, antes de mais, o confronto dos resultados das eleições das câmaras em todo o País com os apurados para o executivo municipal de Sintra, desde a Revolução dos Cravos, permite retirar duas ilações: (a) os sintrensens, nas eleições autárquicas, têm menor participação que os eleitores do resto do País; (b) os sintrensens tendem a reeleger os seus autarcas.

Quanto à primeira constatação, de assinalar que a participação dos sintrensens nas eleições autárquicas começa a divergir da observada a nível do País a partir de 1985. Realmente, nas eleições desse ano, a abstenção, em termos percentuais, ganhou em Sintra à média nacional por 41,93% contra 36,98%, fenómeno este que viria a perdurar nos termos que se assinala:

<i>Diferencial em Relação ao País da Taxa de Abstenção em Sintra nas Autárquicas</i>						
1989	1993	1997	2001	2005	2009	2013
11,30	4,58	8,40	11,05	9,67	11,11	11,12

Fonte: CNE

Esta diferença, de 4,95%, viria, pois, a acentuar-se nas eleições imediatas (1989) com a relação de 52,08% para 40,97% e prossegue, nas eleições subsequentes, com o diferencial de valores, também percentuais, a permitir a elaboração da série acima. Esta divergência de

participação eleitoral parece merecer algum tratamento que não foi oportuno conceder neste estudo.

Quanto à segunda ilação referida, ela poderá ser evidenciada pelos cinco ciclos em que pode figurar-se o histórico eleitoral autárquico de Sintra:

1976-1979	– A liderança socialista
1979-1993	– O longo ciclo da <i>direita</i>
1993-2001	– O partido socialista regressa para ficar
2001-2013	– Novo longo consulado da ‘ <i>direita</i> ’
2013-2021	– Socialistas <i>versus</i> independentes

Como se constata, a força política que começou por liderar no concelho de Sintra, o Partido Socialista, alternou no Poder com a coligação de direita nos quatro períodos iniciais e, na fase mais recente, conquistou e manteve o domínio concelhio na sequência de lutas eleitorais com grupos de cidadãos eleitores. Grupos que, como se verá de seguida, representam realidades diferentes, apesar de constituídos em torno de uma mesma pessoa – Marco Almeida.

### 3.1. A Liderança Socialista (1976-1979)

Deste modo, da primeira eleição realizada após o 25 de Abril de 1976 resultou a vitória do Partido Socialista – sendo eleito presidente da Câmara Júlio Baptista dos Santos, com 39,64%. Obteve o segundo lugar a Frente Eleitoral Povo Unido (FEPU)<sup>4</sup>, com 24,90%, seguida do PPD/PSD, com 13,21%, e do CDS, com 10,91%.

Para a Assembleia Municipal, os resultados foram semelhantes – vitória do PS, com 39,14% dos votos, seguido da FEPU, com 24,90%. Porém, registou-se uma nova força política com representantes eleitos, os Grupos Dinamizadores de Unidade Popular (GDUPs), com 6,14% dos votos.

Nesse primeiro ato eleitoral os movimentos não-partidários já se apresentaram às urnas no concelho de Sintra e conseguiram eleger 11 representantes, um valor significativo tanto mais que em todo o distrito

4. Coligação formada pelo Partido Comunista Português (PCP), Movimento Democrático Português-Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE) e pela Frente Socialista Popular (FSP), para concorrer às eleições autárquicas de 1976, que se manteve até 1978, ano em que foi substituída pela Aliança Povo Unido (APU), em que já não figurava a Frente Socialista Popular.

180 de Lisboa só foram eleitos 67 candidatos que se apresentaram a sufrágio fora de listas partidárias.

### 3.2. *O Longo Ciclo da «Direita» (1979-1993)*

Em 1979 deu-se uma alteração importante dos resultados anteriores, quando o candidato da AD – coligação formada pelo PPD/PSD, CDS e PPM –, José Henriques Fernandes Lopes, conquistou a Câmara com maioria relativa, 40,16%, em termos percentuais de votos, à frente dos candidatos da Aliança Povo Unido (APU)<sup>5</sup>, com 30,24% e do PS, com 24,24%.

Para a Assembleia, os resultados apresentaram o mesmo padrão, sendo, em termos percentuais, os seguintes: AD, com 40,09% dos votos, seguida da APU, com 30,16%, e do PS, com 24,32%. A União Democrática Popular (UDP), com 2,47% dos votos, conseguiu um mandato.

Estes resultados contrastaram, assim, de forma evidente com os obtidos na eleição anterior, ao ponto de se poder afirmar que houve uma alteração de peso eleitoral, quase numa relação direta, entre a AD e o PS.

Em 1979, os resultados dos grupos de cidadãos eleitores sofreram uma descida acentuada no distrito de Lisboa, uma vez que apenas conseguiram eleger 3 representantes no concelho do Cadaval.

Os resultados de 1982 mantiveram a mesma hierarquia, ainda que as proporções se tivessem alterado de forma evidente.

Fernando Tavares de Carvalho, da AD, foi eleito para o primeiro de dois mandatos consecutivos, registando-se os seguintes resultados em termos percentuais dos votos: AD, com 32,84%, APU, 31,59%, e PS, com 30,75%.

Para a Assembleia Municipal, os resultados mantiveram-se, não havendo outras forças partidárias a conseguir representação.

Nesse ato eleitoral, os grupos de cidadãos eleitores não lograram a eleição de qualquer representante no distrito de Lisboa e, logicamente, no concelho de Sintra.

Em 1985, Fernando Tavares de Carvalho é reconduzido na Câmara com praticamente a mesma percentagem de votos – 32,27% –, ficando

---

5. Coligação eleitoral formada, em 1978, pelo Partido Comunista Português (PCP), Movimento Democrático Português-Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE) e, a partir de 1983, também pelo Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV).

apenas a margem sobre a APU – 31,56% – ainda mais apertada. O PS assumiu-se como a terceira força, com 21,45%, e surgiu o Partido Renovador Democrático (PRD) que, com 12,57%, conseguiu integrar a vereação.

Para a Assembleia, a APU foi a vencedora, com 31,75%, seguida do CDS (26,39%), do PS (24,10%) e do PRD (12,57%), num resultado explicado pela ausência do PPD/PSD.

Neste ato eleitoral, os movimentos não-partidários apenas elegeram 14 representantes no distrito de Lisboa, 4 deles no concelho de Sintra.

Em 1989, o candidato independente João Francisco Justino, com o apoio dos três partidos anteriormente constituintes da AD – PPD/PSD-CDS-PPM – venceu mais umas eleições para a Câmara, cujos resultados apresentaram relativo equilíbrio entre as listas, com 33,07% dos votos, seguido da lista PCP/PEV (30,07%) e do PS (28,17%) que assim recuperou nas urnas após ter visto o PRD assumir uma parte do seu eleitorado em 1985. Quanto aos grupos de cidadãos eleitores elegeram apenas 7 representantes no distrito de Lisboa, 1 deles em Sintra, com 1037 votos.

As três listas mencionadas indicaram, pela mesma ordem, o elenco dos deputados à Assembleia Municipal, com o candidato do PPD/PSD-CDS-PPM (33,06%) a assumir a liderança.

Porém, neste mandato autárquico, registou-se certa convulsão no seio da coligação de direita, com o Vice-Presidente da autarquia a garantir a conclusão do mandato por força da imposição de perda de mandato do Presidente, o que levou a uma posterior cisão.

### *3.3. O Partido Socialista Regressa Para Ficar (1993-2001)*

Assim, quando em 1993 os partidos que anteriormente constituíam a AD se apresentaram com listas diferentes, o PS (34,63%) ganhou a Câmara com Edite Estrela, que havia de permanecer no cargo por dois mandatos. Na votação para o mesmo órgão, seguiram-se: a coligação PCP/PEV (28,83%) e o PPD/PSD (27,02%), ficando o CDS com menos de 4% dos votos, não obtendo mandatos.

Na Assembleia Municipal, a lógica manteve-se, com a vitória do PS adiante da coligação PCP/PEV, mas o CDS consegue aqui eleger um deputado.

Nestas eleições, os grupos de cidadãos eleitores só lograram 2.564 votos em todo o distrito de Lisboa. Não admira, por isso, que no concelho de Sintra não tenham conseguido a eleição de qualquer representante.

Em 1997, para um segundo mandato, Edite Estrela deu ao PS a maioria absoluta na Câmara (48,59%). As restantes forças obtiveram os seguintes resultados percentuais: coligação PCP/PEV – 23,16%; PPD/PSD – 18,77%; CDS-PP – 3,09%.

Na votação para a Assembleia, os resultados foram semelhantes, tendo a coligação PCP/PEV registado os seus piores resultados até àquele momento, abaixo dos 25% e do PPD/PSD, com menos de 20% dos votos.

Nestas eleições, os grupos não-partidários obtiveram 2 185 votos no distrito de Lisboa e no concelho de Sintra não elegeram qualquer representante.

### *3.4. Novo Longo Consulado da «Direita» (2001-2013)*

As eleições seguintes, em 2001, haveriam de proporcionar o regresso da direita à liderança da autarquia pelo período de uma boa dúzia de anos. Fernando Seara – com o apoio de PPD/PSD-CDS/PP – viria a cumprir três mandatos (2001-2013, contando, entre os seus vereadores, notáveis quadros de ambos os partidos, incluindo Marco Almeida, seu Vice-Presidente).

Curiosamente, surgiu esta nova administração municipal logo a seguir à maioria absoluta de Edite Estrela, que nos seus mandatos tinha conhecido a realização de importantes eventos: reconhecimento de Sintra como património da humanidade; conclusão do IC-19, bem como de outras obras de monta no plano cultural e ambiental. Mas este foi também um período algo conturbado para o Governo, então liderado por António Guterres, que acabaria por se demitir face aos maus resultados obtidos a nível nacional nas eleições autárquicas.

Quanto aos grupos não-partidários viram surgir, no concelho de Sintra, o Movimento de Cidadãos Agualva-Cacém que conseguiu eleger um representante.

De notar que se a primeira vitória de Seara foi de maioria relativa com 39,32% dos votos, com o PS próximo (36,39%), as duas vitórias subsequentes seriam de maioria absoluta.

Realmente, em 2005 – eleição em que Seara contou também com o apoio do PPM e MPT – venceu com 43,50% dos votos; em 2009 – apoiado pela mesma coligação alargada de quatro partidos – a Câmara é ganha com 45,29% dos votos.

Por outro lado, se a votação do PS, neste período, foi praticamente constante, o PCP-PEV foi sendo reduzida a sua percentagem de votos, também pela afirmação do Bloco de Esquerda (BE), que em 2009 recebeu 5,93% da votação.

Tanto em 2005 como em 2009, em Sintra não foi eleito qualquer representante não partidário.

### 3.5. O Partido Socialista Compete com Candidatura Não-Partidária (2013-2017)

O ano de 2013 trouxe alguma expectativa, até pela superveniência da Lei de Limitação de Mandatos<sup>6</sup>. Fernando Seara não se pode recandidatar, ficando o PSD e a coligação que o apoiava sem um candidato inquestionável.

O PS avançou com apoio ao independente Basílio Horta – outrora um dos homens mais relevantes e fundador do CDS e antigo candidato presidencial – enquanto o PSD se viu perante um dilema: ou apoiar Marco Almeida, que fora número dois do anterior presidente por três mandatos; ou escolher alguém que simbolizasse o caminho da carreira tradicional do partido, desde a Juventude Social Democrata (JSD) até às luzes dos grandes palcos. A opção recaiu sobre o segundo perfil, sendo Pedro Pinto o candidato.

Consciente da sua prestação partidária – Vice-Presidente da Câmara, desde 2001 e, anteriormente, dirigente sindical e dirigente local do PSD – e magoado, pois, com a decisão do ‘aparelho’ do seu partido, decide candidatar-se a Sintra, encabeçando um grupo de cidadãos eleitores que batizou de *Sintrenses com Marco Almeida* (SCMA)<sup>7</sup>.

---

6. Lei nº 46 /2005, de 29 de agosto, que logo no n.º 1 do artigo 1.º dispõe que «O presidente de câmara municipal e o presidente de junta de freguesia só podem ser eleitos para três mandatos consecutivos (...)».

7. Fundado em 2012, para concorrer às eleições autárquicas do ano seguinte, o movimento viria, em 2014, a institucionalizar-se como *Associação Sintrenses com Marco Almeida*, tendo por objetivo a promoção de «movimento independente, de reflexão plural, que promova a cidadania e a participação cívica».

Na conjuntura, avançou, pois, como candidato independente, sem apoios partidários, e contra o partido em cujas listas se tinha integrado, pelo que, conforme disposição estatutária, viria a ser expulso do PSD.

Não obstante, conseguiu rapidamente uma sede, a partir da qual – por constante e planeado trabalho voluntário, conhecimento do meio físico e social do concelho, pelas funções exercidas, e uma notável utilização da comunicação política, particularmente apoiada em meios eletrónicos – Marco Almeida logrou notável e entusiasta massa de apoiantes.

O movimento SCMA foi, pois, às urnas em 2013, tendo como principais adversários: Basílio Horta – independente apoiado pelo PS – e Pedro Pinto, da coligação que integrava o partido a que Marco Almeida pertencera.

Basílio acabaria eleito Presidente da Câmara com 26,83% dos votos; em terceiro lugar, o candidato da coligação de centro-direita (PPD/PSD-CDS/PP-MPT), Pedro Pinto, que não foi além dos 13,79%; ficando a CDU na quarta posição, com 12,50% dos votos.

A segunda posição na corrida à Câmara coube, pois, ao movimento não-partidário, feito pelo qual Marco Almeida se sentiria vingado da opção do seu antigo partido: não o ter candidatado à disputa autárquica de Sintra.

Ao segundo lugar no voto dos eleitores sintrenses para a Câmara Municipal – com 25,42%, a menos de 2% do vencedor e o mesmo número de mandatos daquele, ou seja, 4 – acrescem também sucessos nas listas para a Assembleia e para as freguesias, como abaixo se indica:



Repartição das Presidências de Junta nas Eleições de 2013		
Agualva e Mira-Sintra	PS	-
Algueirão - Mem Martins	PS	-
Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar	PS	-
Cacém e São Marcos	PS	-
Casal de Cambra	-	SCMA
Colares	-	SCMA
Massamá e Monte Abraão	PS	-
Queluz e Belas	PS	-
Rio de Mouro	PS	-
São João das Lampas e Terrugem	-	SCMA
Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim)	-	SCMA

Fonte: CNE

Realmente, o movimento conseguiu eleger para a Assembleia Municipal 9 deputados contra os 11 do Partido Socialista.

Para as Assembleias de Freguesia, o movimento foi o primeiro em 4 das 11 autarquias, configurando, como acima, o poder autárquico paroquial no concelho.

### 3.6. As Apostas Para o Novo Mandato (2013-2017)

O movimento *Sintrensens com Marco Almeida* – com os seus 4 vereadores, 9 deputados municipais e 4 presidentes de juntas – mostrou-se muito ativo em todo o mandato autárquico de 2013-2017.

Reuniões de planeamento e controlo da ação política do grupo, atribuição de especial responsabilidade política a cada membro junto das diferentes comunidades, contactos assíduos com as populações em diferentes tipos de eventos promovidos foram meios utilizados pelo SCMA para se fazer conhecido e presente na comunidade concelhia. Neste trabalho, referência, ainda, à divulgação constante da atividade do grupo no seio dos órgãos autárquicos; à criação de um sitio próprio na net; à difusão regular de *newsletter* a vasto ficheiro de contactos; ao atendimento presencial para auscultação e encaminhamento de problemas, prestação de informação, audição de opiniões, queixas, reclamações.

Assim, pelos inícios da pré-campanha autárquica para as eleições de 2017, o movimento *Sintrensens com Marco Almeida* achava-se bem posicionado para a disputa eleitoral.

Entretanto, Marco Almeida começa a ser assediado pelo seu antigo partido, o PSD, para ser, desta vez, o seu candidato.

Esta iniciativa – a que em breve se viriam juntar outros apoios<sup>8</sup> – punha o autarca independente perante o seguinte dilema: ou frustrar a expectativa dos apoiantes, particularmente daqueles que se lhe haviam juntado também por dissensões partidárias, ou aceitar de novo uma veste partidária, considerando que contar com a estrutura de mobilização de um grande partido constitui sempre notável conforto e nova vantagem para derrotar o candidato do PS, de quem tinha ficado, em 2013, à distância de apenas 1.730 votos.

Tentar beneficiar de ambas as alternativas – juntar a independência com o apoio partidário – foi a tentação do autarca. O artifício encontrado foi fazer uma coligação sob o seu próprio nome, à maneira da designação do movimento *Sintrensens com Marco Almeida*: a *Coligação Sintrensens com Marco Almeida*.

Porém, o Tribunal Constitucional recusou validar a coligação – *Coligação Sintrensens com Marco Almeida*, formada por (PPD/PSD-CDS/PP-MPT-PPM) – «por se basear no nome do candidato independente à presidência da Câmara de Sintra nas próximas eleições autárquicas»<sup>9</sup>.

Face a esta posição judicial, *Juntos pelos Sintrensens* foi o novo nome encontrado para a coligação, formada pelos mesmos partidos – PPD/PSD, CDS/PP, PPM e MPT – que, em 2009, tinham conduzido Fernando Seara à vitória.

Assim, depois de ter estado à beira da vitória em 2013, com o movimento independente criado após o PSD não ter aceitado a sua candidatura, Marco Almeida vai às urnas de novo abraçado pelo partido que o havia expulsado.

---

8. Incluindo o movimento *Sintra, Paixão com Independência*, com quem o SCMA, em 14 de março de 2017, firmou um acordo para as eleições desse ano. Note-se que este movimento não-partidário nasceu de dissidência com o PS pela mão de António Barbosa de Oliveira, socialista de relevo partidário local, para concorrer às autárquicas de 2013, eleições em que não obteve mandatos para o município nem presidências de junta.

9. O Acórdão 368/2017, de 12 de julho, considerou que a Coligação Sintrensens com Marco Almeida violava a proibição estabelecida no n.º 2 do art.º 12º da Lei dos Partidos Políticos, pois a «denominação não pode basear-se no nome de uma pessoa ou conter expressões diretamente relacionadas com qualquer religião ou com qualquer instituição nacional».

Como é que irá reagir o eleitorado a este novo posicionamento de Marco Almeida?

O Partido Socialista cedo se apresentou como favorito nas sondagens que foram feitas e até lhe prognosticaram maioria absoluta, o que viria a confirmar-se no dia 1 de outubro de 2017, conforme a seguinte distribuição de mandatos nos órgãos autárquicos:

Forças Políticas e Mandatos Autárquicos nas Eleições de 2017							
LISTAS	C. M.		A.M.		JUNTAS		
	%	M.	%	M.	%	P.	M.
PS	43,05	6	40,47	15	42,92	9	92
PPD/PSD.CDS-PP.MPT	29,01	4	28,24	11	29,59	2	67
PCP - PEV	9,43	1	11,03	4	12,22	0	20
B.E.	6,28	-	7,50	2	7,70	0	11
PAN	3,68		4,40	1			1
TOTAL -	-	11	-	33		11	191

Fonte: CNE

Realmente, tendo-se até registado uma maior afluência às urnas – descendo ligeiramente a abstenção a nível nacional de 47,40% para 45,04%, em percentagem, e até em Sintra, de 59,58% para 57,69% –, o país viria a cobrir-se de uma *onda rosa*.

Não foi ainda desta que Marco Almeida logrou destronar Basílio Horta e a direita reassumir a autarquia perdida na eleição anterior.

De facto, os resultados não concederam à coligação liderada por Marco Almeida senão o segundo lugar, enquanto o PS veria reforçada a posição no executivo, com maioria absoluta, bem como nas freguesias, onde passou a presidir a 9 contra as 7 do mandato anterior.

Marco Almeida, à frente da coligação que liderou – ficou agora à distância de 18.578 votos do PS contra a de 1.730 registada com o SCMA, em 2013 –, apenas viu majorada a posição na Assembleia, com mais 3 eleitos, passando de 8 para 11 deputados municipais.

## 188 Conclusão

Os dados apresentados ao longo da exposição provam, inequivocamente, que os movimentos não-partidários só passaram a fazer parte ativa da vida autárquica sintrense a partir de 2013. Até às eleições desse ano, os grupos de cidadãos eleitores tinham passado quase despercebidos em Sintra, ao contrário do que se passou no concelho vizinho de Oeiras, a partir de 2005.

No entanto, mais do que falar do surgimento de um movimento não-partidário, talvez seja aconselhável falar de um grupo proveniente de uma secessão partidária. Uma cisão resultante de uma opção partidária. Marco Almeida encabeçou um movimento centrado na sua pessoa. Tal como Isaltino em Oeiras ou Valentim Loureiro em Gondomar, ainda que por motivos diferentes.

Em 2017, a junção do movimento com forças partidárias representou um hibridismo que não colheu junto do eleitorado. A soma dos votos obtidos pelos integrantes da aliança daria para a vitória em 2013. Não foi suficiente em 2017.

Os eleitores penalizaram o regresso de Marco Almeida a casa. Ao partido que o tinha preterido antes de o expulsar e voltar a readmitir.

O movimento perdeu a identidade. O seu futuro é muito incerto. Sintra parece ter regressado à vida habitual.

Uma importante conclusão a retirar daqui é a de que a progressiva despersonalização do movimento e a sua captura pelo establishment tradicional, pelo sistema de partidos, não favoreceu a afirmação deste movimento, caracterizado nestas eleições por um hibridismo que não responde às expectativas de fundo que se manifestam nos movimentos de cidadania. O problema foi mesmo, no nosso entendimento, o da insuficiente demarcação de Marco Almeida do tradicional sistema de partidos.

## Bibliografia

- Aguiar, J. (1994). "Partidos, Eleições e Dinâmica Política (1975-1991)". *Análise Social*, vol. XXIX, nº 125-126, pp. 171-236.
- Alves, J.L. (coord.) (1998). *A Ética e o Futuro da Democracia*. Lisboa: Edições Colibri.

- Bilhim, J. (2004). *A Governação nas Autarquias Locais*. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação. 189
- Moreira, A. (2001). *Ciência Política*. Coimbra: Almedina.
- Pinto, J.F. (2015). *O Poder em Portugal. Partidos e Cidadãos: Espaço Para Dois?* Lisboa: Almedina.
- Quadros, E. (2012). *A Ética no Poder Local: O Caso de Oeiras* (tese não publicada). Universidade Lusófona.
- Santos, J.A. (1998). *Paradoxos da Democracia*. Lisboa: Fenda.



# RES' PUB BLI CA

17  
2017

CONCLUSÕES





## Conclusões

João de Almeida Santos\*

1. Dos estudos aqui apresentados e cujas conclusões já constam no fim de cada estudo, devemos sublinhar algumas ideias que vieram confirmar o que há que tomar na devida consideração nos trabalhos que continuaremos a desenvolver sobre os Movimentos Autárquicos Não-Partidários.

Em primeiro lugar, constatar a progressiva afirmação destes movimentos, colhendo uma tendência mais geral que se está a verificar um pouco por todo o lado, e não só no plano autárquico.

Em segundo lugar, confirmar que estes movimentos são fortemente personalizados, o que se articula muito bem, sobretudo nos concelhos mais pequenos, com a exigência de proximidade, quando se vai consolidando cada vez mais a tendência endogâmica do sistema de partidos tradicional.

Em terceiro lugar, estes movimentos mantêm características equivalentes às dos movimentos políticos de novo tipo que estão a nascer, ou seja, por um lado, a crítica ao sistema tradicional de gestão partidária do poder e, por outro lado, a sua afirmação como movimentos que tendem a devolver à cidadania o poder confiscado pelos directórios partidários.

Em quarto lugar, estes movimentos resultam em grande parte da incapacidade que os partidos têm vindo a manifestar relativamente à gestão das sensibilidades internas, designadamente devido ao ineficaz

---

\* Professor Catedrático, Diretor da Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração e do Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais da ULHT. Diretor de ResPublica, é também Coordenador do Centro de Investigação em Ciência Política, Relações Internacionais e Segurança (CICPRIS).

e desadequado sistema de selecção dos seus dirigentes e dos seus candidatos, motivando, com isso, fracturas que, em muitos casos, são muito significativas.

Em quinto lugar, eles mostram que as possibilidades de auto-organização e de automobilização dos movimentos de cidadania, designadamente através das TICc e das redes sociais e, em geral, da Internet, cresceram exponencialmente, tornando possível criar alternativas da cidadania ao sistema tradicional de partidos.

Em sexto lugar, eles também mostram à exaustão que a militância já não se esgota no acionamento do *sentimento de pertença* como critério exclusivo de decisão e de mobilização política, perante a emergência de uma progressiva literacia política decorrente da massificação dos instrumentos de acesso à informação e de real crescimento cultural da cidadania.

Tudo isto se veio a verificar de forma mais evidente nas eleições autárquicas de 2013 e de 2017, apesar do selo negativo que acompanha a legislação que regula estes movimentos e as suas candidaturas.

Estando em curso o aprofundamento e o alargamento das investigações sobre estes movimentos, faço aqui, para concluir, um pequeno balanço das eleições autárquicas de 2017.

2. Existe uma tendência no nosso País (mas que não é exclusiva) para esmiuçar os resultados eleitorais e fixar na opinião pública uma imagem global do resultado político das eleições logo na própria noite eleitoral, sem ainda se conhecer a verdadeira dimensão e as características do processo. Os partidos sabem isso e procuram ocupar o espaço público de modo a condicionar esta imagem a seu favor, seja qual for o resultado. Ficaram célebres, nas noites das eleições, as vitórias de Paulo Portas, não contra os adversários, mas sim contra as sondagens. Isto nem é estranho em relação às formações políticas porque se trata da *continuação da refrega política por outros meios*, em época de *permanent campaigning*. O que é estranho é que o assunto quase saia da agenda pública logo no dia seguinte, deixando que as primeiras impressões se tornem definitivas, mesmo quando acabem por se revelar erradas. Muitas, demasiadas vezes, ficam consolidadas ao arrepio dos verdadeiros resultados eleitorais e do seu real significado. Na verdade, tratando-se de uma realidade muito complexa e de números que necessitam de um aturado trabalho de descodificação, o que é necessário, para termos um mapa mais ou menos correcto do que aconteceu e

da vontade política da cidadania, é consultar o site da CNE e analisar os resultados com tempo e serenidade. Certamente que os partidos o fazem, mas para exclusivo uso interno. Procuo agora dar o meu contributo para essa clarificação em relação às eleições autárquicas de 2017, sublinhando o lugar que os Movimentos Autárquicos Não-Partidários vieram ocupar depois de, em 2017, terem conhecido um incremento notável.

### *Os dados*

2.1. O que é que em linhas gerais aconteceu? Inscritos: 9.411.530 cidadãos eleitores. Votaram, nestas eleições, 5.173.027, equivalentes a 54,96%, ou seja, mais 175.022 cidadãos do que em 2013, o que é um dado positivo, embora continue a ser preocupante, por tão baixa ser a taxa de participação. Refiro-me, para começar, às Câmaras Municipais (CMs), para simplificar o discurso.

Os mandatos em causa, para as CMs, eram 2074, num total de 35.554 mandatos para as CMs, as Assembleias Municipais (AMs) e as Assembleias de Freguesia (AFs).

2.2. O vencedor claro destas eleições foi o PS, tendo obtido, sozinho, para as CMs, 952 mandatos, mais 29 do que os que obtivera em 2013, e 2731 para as AMs, mais 72 do que os que obtivera em 2013. Só em relação às AFs, o PS viria a perder 221 mandatos (10.617 contra 10.838, em 2013), mantendo-se, todavia, muito à frente do segundo partido mais votado, com mais 3.988 mandatos. São números muito claros. Mas também em número de Presidências de Câmara o PS venceu em larga escala, com 159, contra 79 do PSD, 24 do PCP, 17 dos *Movimentos Autárquicos Não-Partidários* (MANPs) e 6 do CDS/PP.

2.3. O PSD, o PCP-PEV e o CDS foram partidos claramente perdedores, não só em relação a quem venceu as eleições, PS, MANPs e BE, mas também em relação aos resultados obtidos em 2013. Relativamente a 2013: o PSD perde 38, 97 e 298 mandatos, respetivamente para as CMs, AMs e AFs; o PCP perde 42, 128 e 308 mandatos, respetivamente para as CMs, AMs e AFs, sendo relevante sublinhar que perde 10 Câmaras, sendo três delas extremamente importantes (Évora, Almada e Barreiro), o que adquire um particular significado para um partido que tem no poder local um dos seus mais importantes pilares e que exhibe, desde há duas décadas, uma modesta média eleitoral nacional de cerca de oito por cento; e o CDS/PP perde 6, 40 e 97 mandatos, respetivamente

para as CMs, AMs, AFs, embora aumente uma Presidência de Câmara (com maioria relativa). O Bloco de Esquerda vê aumentar (não muito) a sua base eleitoral, mas não consegue ganhar nenhuma Câmara. No conjunto das alianças entre o PSD e o CDS/PP (e forças políticas quase sem expressão eleitoral, MPT, PPM...) verificou-se, para as CMs, um ligeiro aumento, traduzido em mais 22 mandatos do que em 2013.

2.4. Relativamente aos *Movimentos Autárquicos Não-Partidários*, e a 2013, verificou-se um reforço em todas as frentes: mais 18, 44 e 376 mandatos, respetivamente para as CMs, AMs e AFs, tendo aumentado o números de votos em todas elas e conquistado mais 4 Presidências de Câmara (de 13 para 17), sendo de notar que em dois importantíssimos Municípios, Porto e Oeiras, confrontando-se com os dois pilares do sistema, os respetivos MANPs conquistaram duas maiorias absolutas. De resto, na maioria dos Municípios em que venceram (17) conseguiram ter maiorias absolutas.

#### *Grande vitória do CDS/PP?*

2.5. O caso que merece ser comentado mais em detalhe é o do CDS/PP, que apareceu como grande vencedor nos fóruns de debate e na opinião pública, logo na noite das eleições. Tendo perdido no país, pôde exibir um inesperado resultado em Lisboa, obtendo para a Câmara o dobro (quatro) dos mandatos do PSD (dois) e quase o dobro dos votos (51.984 contra 28.336). Mas o que é curioso é que para a Assembleia Municipal os dois partidos já se aproximam (9 mandatos contra 8 e 16,94% contra 15,16%), invertendo-se no caso das Assembleias de Freguesia (53 mandatos contra 70 do PSD, com cerca de 4 pontos percentuais de diferença em matéria de votos). Por outro lado, enquanto o PSD conquistou 4 Freguesias (Belém, Estrela, Areeiro e Santo António, perdendo para o PS freguesia das Avenidas Novas) e o PCP uma (Carnide), o CDS/PP não conquista sequer uma Freguesia. Daqui resulta que o PSD terá de facto mais deputados municipais (8+4=12) do que o CDS (9), uma vez os Presidentes de Junta fazem parte, por inerência, da AM. A comparação com 2013 não se pode fazer porque nessa altura houve uma coligação. Mas é possível constatar que a direita, no seu conjunto, obteve nestas eleições globalmente um reforço de posição, passando dos 22,37%, com 4 mandatos para a CM, para os 31,81%, com seis mandatos. E, todavia, no plano global o CDS/PP não pode efectivamente exibir uma vitória que, de facto, não teve.

Mesmo no caso de Lisboa, vista a falta de consistência orgânica no tecido autárquico territorialmente difuso, sem juntas de freguesia e com score eleitoral e de mandatos muito inferior ao do PSD no plano das AFs, é possível formular três hipóteses relativamente ao resultado de Assunção Cristas, a líder do CDS/PP: (a) a inconsistência da candidata do PSD e a falta de suporte político que exibiu em virtude do arbitrário processo de escolha, de preparação e de organização da respectiva candidatura, à revelia das estruturas do PSD/Lisboa, levando uma parte do aparelho deste partido a desertar a candidatura e uma boa parte do seu eleitorado a votar Cristas, de acordo com a lógica do voto útil; (b) até porque, sendo líder nacional do CDS e ex-ministra de um governo daquele partido, a sua exposição pública regular e persistente no tempo veio favorecer a deslocação de votos dos que não se reviam na candidata do PSD; (c) acresce que o mal-estar relativamente à liderança do PSD, protagonizada por um Passos Coelho demasiadamente hirto, intransigente, internamente sectário e incapaz de metabolizar (1) a *derrota política* que se seguiu ao processo eleitoral para as legislativas e (2) a autónoma vitória presidencial de Marcelo Rebelo de Sousa, veio favorecer uma espécie de voto útil em Assunção Cristas, não só para o fragilizar, preparando o seu afastamento, mas também para evitar a maioria absoluta de Fernando Medina, o que acabaria por vir a acontecer.

Eu creio, portanto, por todas estas razões, que este resultado de Cristas não passará de um abalo conjuntural de um partido, o PSD, que viveu as autárquicas de Lisboa como um pesadelo que uma nova liderança virá resolver, repondo a sua consistência eleitoral na Capital. A política, embora não pareça, ainda mantém fortes exigências de tipo orgânico que um partido como o CDS não consegue alimentar no terreno, por ser um pequeno partido de quadros. A prestação de Adolfo Mesquita Nunes na Covilhã e a relativa ineficácia da candidatura de Carlos Pinto, à frente de um Movimento Autárquico Não-Partidário, comprovam, de forma diferente, o que acabo de dizer: um, Adolfo, afirma-se com relativa eficácia (um resultado excelente: 15,10%, para a CM, a três pontos de Carlos Pinto) pela sua notoriedade pública (sobretudo televisiva), confirmando o que todos sabemos, ou seja, a eficácia política da notoriedade; o outro não consegue impor-se por já não dispor (ao contrário de Vítor Pereira, o actual Presidente) de consistência orgânica, no terreno, apesar dos inúmeros anos como Presidente

da Câmara, ao mesmo tempo que já não tinha suficiente notoriedade pública ancorada na força legitimadora da relação com o poder central. E o mesmo vale para Valentim Loureiro, em Gondomar. Ou seja... a perda de relação orgânica aliada à perda de notoriedade e de influência nacional determinam a perda de influência política local.

### *Uma leitura nacional*

2.6. Uma leitura nacional destes resultados é mais que legítima, útil e desejável. Afinal, os cidadãos exprimiram-se, ao mesmo tempo, politicamente em todo o território nacional e em relação a matérias que os afectam directamente, ou seja, agiram com conhecimento de causa. Aqui intervêm muitos factores, como a proximidade, a personalização da política, a obra feita, o efeito-marca, sendo certo que também se verifica uma espécie de *sobredeterminação* das eleições locais pela política nacional, agindo como uma espécie de *pressão ambiental* sobre o eleitor, sobretudo quando se está numa fase mais intensa da política, seja ela negativa ou positiva. Neste caso, o efeito *geringonça* pode ter accionado um movimento que veio favorecer o PS. Por outro lado, creio que a conquista de Câmaras pelo PS ao PCP pode ter como causa, entre outros factores, a descrepitação das tradicionais relações entre estes dois partidos, historicamente muito tensas, até porque sempre disputaram terreno politicamente afim. A participação do PCP nesta solução governativa do PS, promovida por António Costa, de certo modo libertou a *consciência* de muitos eleitores do PCP que deixaram de ver o PS como o velho *traidor* da classe operária, processando-se por esta via como que uma sua relegitimação aos olhos do setor eleitoral mais radical de esquerda. Quanto ao CDS creio já ter referido que se trata sobretudo de um fenómeno de natureza superestrutural a que falta consistência orgânica e territorial. Os resultados globais, negativos, não confirmam de facto este resultado de Lisboa, mas o facto de a candidata, no terreno há cerca de um ano, ser líder nacional com abundante presença no espaço público, designadamente televisivo, não deixa de ter o seu significado e a sua influência. De qualquer modo, a leitura nacional que Passos Coelho fez destas eleições era obrigatória, sobretudo pelos resultados dramáticos que obteve ao nível das duas grandes cidades do País (uma média de 11%, para a CM). No processo autárquico, talvez o líder do PSD se tenha preocupado mais em arregimentar tropas para a competição interna que se avizinhava do que para obter bons

resultados eleitorais, enganando-se, pois estes, de tão maus, acabaram por cair como um pedregulho sobre o PSD, a sua estratégia e a sua pessoa.

2.7. Outro aspeto a ter em consideração é o dos Movimentos Autárquicos Não-Partidários. No Porto, mas também em Oeiras, os dois pilares do sistema de partidos foram confrontados com dois MANPs fortemente personalizados, nas figuras de Rui Moreira e de Isaltino Moraes, mas com grande implantação no terreno. Rui Moreira ganhou seis das sete freguesias. Isaltino ganhou quatro das cinco. Mas, em geral, as vitórias presidenciais destes movimentos resultaram em maiorias absolutas, o que parece ser uma nova variável que deverá ser tida em consideração pelos partidos tradicionais. Sabe-se como a legislação dificulta estas candidaturas. Sabe-se também que estes movimentos ainda têm uma organização nacional muito pouco ativa e eficiente. Mas também se sabe que a cidadania tem evoluído de tal modo que deixou de ser encapsulável com a velha ideia comunitária da pertença, em detrimento da informação e da exigência crítica. E estes fenómenos, aqui, a nível local e, por aí, já a nível nacional, anunciam novas exigências para a política que terão de ser levadas muito a sério porque os instrumentos de ação, de mobilização, de auto-organização e de participação da cidadania para a alternativa já existem e são poderosos.

### *Finalmente*

2.8. Finalmente, é possível também dizer que nestas eleições o grande teste da solução política nacional promovida por António Costa foi feito e resultou na sua normalização e na sua legitimação, ao mesmo tempo que representou uma recusa política do caminho traçado por Passos Coelho. Por outro lado, enquanto reforçou as propostas da cidadania expressa nos MANPs, não sufragou, de facto, a propalada força propulsora da líder do CDS/PP, tendo também evidenciado, por um lado, uma progressiva fragilização do PCP naquele que tem sido talvez o seu principal pilar e, por outro lado, um modesto reforço do Bloco de Esquerda. Apesar de tudo, não vejo nestas eleições uma viragem política tão profunda como parece resultar da imagem que ficou de certo modo cristalizada na noite das eleições e não obstante a saída de Passos Coelho e a entrada em cena de Pedro Santana Lopes, com o seu PPD/PSD, e de Rui Rio, como o anunciado futuro líder.

